

Democracia Socialista

Nesta edição

aldir.blanc
crise
educação
economia
américa latina
mercado e moral
fora bolsonaro
SU
PO
ES
la

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, AGOSTO DE 2020

 Esta revista está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Editores

Joaquim Soriano
Jéssika Martins Ribeiro
Marisa S. Mello
Tatau Godinho

Coordenação editorial

Jéssika Martins Ribeiro
Tatau Godinho

Grupo de trabalho editorial

Carlos Henrique Áraabe
Jéssika Martins Ribeiro
Raul Pont
Tatau Godinho
Tica Moreno

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Tiragem

500 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Revista Democracia Socialista

São Paulo, Associação Caetés,

Número 9, agosto de 2020

ISSN 2317-577X

Coordenação Nacional da DS

AfonsoFlorence
Alexandre da Rocha
Alicia Nelsis
Álvaro Alencar
Ana Carolina Silva
Ana Claudia Silva
Ana Pimentel Lima
Antônio Carlos
Arlete Sampaio
Balbina Rodrigues
Bernardo Cotrim
Beto Bastos
Bira de Souza
Bruna Rocha
Carlos Pestana
Carlos Henrique Áraabe
Cláudia Chanfrin
Cledisson Junior
Cristian Ribas
Daniel Gaio
Daniela Bonato
Dara Sant'Anna
Edmilton Cerqueira
Eliane Silveira
Elvino Bohn Gass
Eneida Nascimento
Estevão Cruz
Eulália Nascimento
Eutália Barbosa
Fabiola Paulino da Silva
Gabriel Medeiros
Gerusa Bittencourt
Gilmar Machado
Gimenes
Guilherme Barbosa
Herlon Miguel
Iranilde Novaes
Iris de Carvalho
Isolda Dantas

Janeslei Albuquerque
João Grandão
Joaquim Soriano
Jonas Cavalcante
José Raul
Josete Dubiaski
Juarez Guimarães
Karol Cavalcante
Lenilda Lima
Liliane Oliveira
Liliani Nascimento
Lourenço da Silva (*in
memoriam*)
Lúcio Costa
Luizianne Lins
Marcelo Fragozo
Margarida Salomão
Marina Lehmann
Mário Magno
Marlei Fernandes
Miguel Rossetto
Milton Rezende
Moara Correa Saboia
Nalu Faria
Pepe Vargas
Rafael Freire
Raimundo Ângelo
Raul Pont
Robinson Almeida
Rosalina Amorim
Rosana Sousa
Rosane Silva
Dr. Rosinha
Sofia Cavedon
Stênio Dias
Tatau Godinho
Tica Moreno
Ticiane Studart
Vânio dos Santos
Vera Miranda

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

CONJUNTURA

9

CRISE E ALTERNATIVA DE ESQUERDA

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

17

O DESAFIO DE UM PROGRAMA TRANSFORMADOR

RAUL PONT

27

A DEFESA DO SUS E O “FORA BOLSONARO”:

A NECESSIDADE DE CONSTRUIR UMA

AUTORIDADE SANITÁRIA DEMOCRÁTICA

RONALDO TEODORO E JUAREZ GUIMARÃES

39

COMO CHEGAMOS À DUPLA CRISE ECONÔMICA

E COMO SAIR DELA

ARNO AGUSTIN

75

ECONOMIA INTERNACIONAL EM CRISE

MARILANE TEIXEIRA

89

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA:

EMERGÊNCIA, RISCOS E ESPERANÇAS

MARGARIDA SALOMÃO

INTERNACIONALISMO

109

AMÉRICA LATINA: ATAQUES SISTEMÁTICOS

E RESPOSTA ESTRATÉGICA

DANILO URREA E TICA MORENO

NOTAS DE LEITURA

125

MERCADO E MORAL CONTRA A DEMOCRACIA:
COMO O NEOLIBERALISMO CONTRIBUIU
PARA O ABISMO ATUAL?
CLARISSE GOULART PARADIS

137

MARX NO CENTRO
JUAREZ GUIMARÃES

CULTURA

142

O BÊBADO E A EQUILIBRISTA
ALDIR BLANC E JOÃO BOSCO

144

RÉQUIEM PARA ALDIR BLANC
BETO BASTOS

POESIA

154

REVOLUÇÃO
SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

APRESENTAÇÃO

A Revista Democracia Socialista chega à sua nona edição. Em meio à atual crise política, aprofundada pela crise sanitária gerada pelo novo coronavírus, soma-se o governo anti-democrático, autoritário, entreguista e ultraneoliberal de Jair Bolsonaro. Este volume está dedicado à análise deste cenário e da construção de alternativas e saídas.

Para iniciá-lo, em seu artigo *Crise e alternativa de esquerda*, Carlos Henrique Árabe lança as bases para compreendermos a crise que a esquerda atravessa. O autor faz uma elaboração sobre a necessidade de radicalização da democracia para rompermos a crise e o desafio da construção de uma frente democrática e popular.

No cenário das eleições 2020, Raul Pont, em *O desafio de um programa transformador* aponta os caminhos para um programa petista transformador que seja capaz de sinalizar a esperança e a reconstrução de força política no país. Para o autor, o programa eleitoral do Partido dos Trabalhadores nestas

eleições deve orientar uma estratégia comum na concepção de radicalização democrática popular, com partidos de esquerda aliados e movimentos sociais, através da participação popular direta e organizada na busca de nova governabilidade e legitimidade baseadas na democracia participativa.

Adentrando os impactos da pandemia no Brasil, o artigo de Ronaldo Teodoro e Juarez Guimarães analisa a importância de defender o SUS e pautar o “Fora Bolsonaro” como estratégia para controlar a crise sanitária. Para eles, apenas uma autoridade sanitária democrática é capaz de controlar a pandemia e romper a marcha genocida que já nos fez perder mais de 100 mil vidas.

Em *Como chegamos à dupla crise econômica e como sair dela*, Arno Augustin pontua as principais características da atual crise e traça perspectivas para superá-la. O ex-secretário do Tesouro Nacional defende que o estrondoso fracasso das políticas neoliberais nos últimos anos, somado à crise sanitária, exige uma reação da sociedade que leve o Brasil novamente a um caminho de desenvolvimento e soberania nacional.

Ainda no cenário dos desafios e impactos da crise sanitária, o artigo de Marilane Teixeira se debruça na análise da economia internacional neste momento. A economista salienta que as respostas para a saída da crise devem emergir da resistência e lutas da classe trabalhadora e das organizações populares tendo em sua centralidade a preservação da vida, do trabalho e da renda.

Já o texto de Margarida Salomão trata sobre os principais impactos da pandemia na educação brasileira. A autora demonstra que não existe uma solução mágica para o tema e que é preciso analisar minuciosamente os desafios impostos pela crise sanitária aos gestores, profissionais da educação, estudantes e familiares. A autora também indica caminhos de ação, salientando a importância de uma educação emancipatória e transformadora.

Na sessão Internacionalismo, Daniel Urrea e Tica Moreno analisam os ataques sistemáticos à soberania na Améri-

ca Latina. A partir da caracterização das ofensivas neoliberais para o desmantelamento das democracias na região, os autores debruçam-se sobre a situação da Colômbia e apontam pistas para a derrubada imperialista e uma construção internacionalista e soberana dos povos.

Em Notas de Leitura publicamos duas importantes resenhas para compreendermos nosso tempo a partir de uma perspectiva marxista. *Em Mercado e moral contra a democracia: como o neoliberalismo contribuiu para o abismo atual?*, Clarisse Goulart Paradis apresenta a obra *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*, da cientista política estadunidense Wendy Brown.

Em *Marx no centro*, Juarez Guimarães apresenta o esforço internacional de estabelecer um novo paradigma clássico para a leitura de Marx. A obra *Marx nas margens: nacionalismo, etnicidade e sociedade não ocidentais*, de Kevin Anderson, apresenta, a partir da leitura de textos inéditos ou pouco referenciados, um Marx movido por uma visão de totalidade mundial das principais problemáticas da contemporaneidade.

Ainda nesta edição, homenageamos o saudoso Aldir Blanc, um dos maiores compositores da música brasileira, vítima fatal da Covid-19. Aldir nos deixou em 4 de maio, aos 73 anos de idade. Entre suas grandes composições está “O bêbado e a equilibrista”, consagrada na voz de Elis Regina como um dos hinos da luta popular no fim do regime militar. No artigo, o amigo Beto Bastos retoma a trajetória artística e o engajamento político desse músico e poeta genial.

Por último, o poema *Revolução* da portuguesa socialista Sophia de Mello Breyner Andresen dá o tom sobre a importância de manter em perspectiva o que pode nascer das crises, “como em página em branco/ onde o poema emerge”.

Boa leitura!
Os editores

CRISE E ALTERNATIVA DE ESQUERDA

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A relativa unidade alcançada pela esquerda com a palavra de ordem “Fora Bolsonaro” a retira da letargia da “velha normalidade”. Até então predominava a visão geral de profunda defensiva, a resistência, no enfrentamento do governo da extrema direita. Essa visão predominante incorria em três erros básicos. O primeiro deles exagerava a força do inimigo, não percebia que a fusão “programática” entre grupos de extrema direita e grupos de extremo neoliberalismo não arancaria o país da crise e nem poderia estabilizar seu governo. O segundo esquecia que continuava a existir um conjunto de forças de esquerda no país, com limites, é certo, mas cuja maior expressão foi a capacidade de chegar a polarizar quase metade do eleitorado em 2018. Vale dizer, continuava vigente a possibilidade de disputar a maioria do povo. E o terceiro erro, e cada vez mais óbvio, a impossibilidade de convivência democrática com a extrema direita no governo.

CARLOS HENRIQUE GOULART ÁRABE é da Coordenação Nacional da Democracia Socialista e Diretor da Fundação Perseu Abramo. Economista com mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O caráter genocida da extrema direita na pandemia ajudou a esquerda a convencer-se a adotar esse novo rumo, mas ainda sem tirar todas as consequências. Abriu-se o caminho para debater um governo da esquerda, vale dizer, um programa e uma frente de esquerda coerente com a extensa e profunda crise do capitalismo. As velhas crenças em supostos setores democráticos das classes dominantes – que já deveriam estar desfeitas há muito tempo antes do golpe de 2015 e 16 – caíram cada vez mais em desuso. A visão mais acanhada de democracia apenas como realização de eleições periódicas – reduzindo a soberania popular ao voto – também vai se esvaindo. O passo mais difícil, fazer a esquerda avançar a uma perspectiva democrática radical combinada com a crítica anticapitalista, como um programa contemporâneo, é o desafio maior.

I

Esse debate se desenvolve em meio ao que tem sido caracterizado como uma crise de três dimensões: a da pandemia, que progride de forma caótica em meio a um sistema de saúde pública sucateado pela extrema direita neoliberal (mas que tem sido a única referência de defesa da população); a da economia, que já vinha com desemprego e, sobretudo, subemprego muito altos, mergulha na parada súbita imposta pela ausência de política econômica de coordenação entre defesa sanitária e sustentação da renda (esta já muito deprimida pelos anos de recessão desde 2015); a do governo Bolsonaro, que já vinha sofrendo uma crise de governabilidade, acentua agora a perda de legitimidade e apoio social.

A essas três dimensões deve somar-se outra, a internacional, não só com o desgaste que se abate sobre o principal aliado de Bolsonaro, Trump, colocando em risco sua eleição. Trump, Bolsonaro e outros líderes de extrema direita

foram beneficiados pela longa crise iniciada em 2008 e pelas respostas antipopulares dos governos a elas. As respostas de conciliação com o neoliberalismo ou de defesa dos interesses do capital financeiro – logicamente, implicando grandes perdas para a grande maioria da população – abriram espaço para a extrema direita, supostamente “antissistema”. No nosso caso, se soubemos enfrentar como esquerda as primeiras ondas da crise mundial e conquistar as grandes vitórias de 2010 e de 2014, o mesmo não ocorreu em 2015, com a guinada neoliberal da política econômica do 4º governo do PT.

Agora, essa extrema direita alçada ao governo de diversos países no curso da grande recessão enfrenta o efeito internacional reverso, por subestimação ou mesmo negação da pandemia combinada com a parada súbita na economia. O Brasil se destaca como epicentro desse fenômeno, agravado pela superposição de crises de governo e da economia. O desenvolvimento da crise brasileira, por isso mesmo, comporta movimentos políticos mais rápidos e mais agudos de disputa de saída da crise.

Não é exagero dizer que abriu-se o período de disputa por um novo governo. Essa é a interpretação mais clara que devemos dar às lutas políticas em curso, e dela tirar consequências. Não há fim de um governo sem o surgimento de outro que o substitua. E, sem essa condição fundamental, porque haveria mobilização para por fim a um governo? Para colocar o que o seu lugar? Esse tem sido o impasse que ainda tem mantido uma base minoritária, mas significativa de apoio ao bolsonarismo. E mais importante ainda, essa base inclui segmentos populares.

Quanto tempo vai durar a disputa por um novo governo e, sobretudo, como vai terminar depende em grande medida da ação da esquerda. Se conseguir construir uma ação independente face às classes dominantes, a disputa por um novo governo poderá nos reconduzir à polarização social “clássica” que deu sentido às eleições presidenciais desde 1989. E con-

seguiremos a façanha de voltar a disputar a maioria nacional para a esquerda. Essa é a questão que nos desafia.

Não se pode excluir, de outro lado, que a crise da extrema direita desborde para uma completa desfuncionalidade do seu governo para a dominação política das classes dominantes, de modo a obrigá-las a intervir para uma substituição do governo por cima e sem nova eleição. Isso só reforça o caráter de uma disputa democrática radical do governo pela esquerda, naturalmente com o PT desempenhando um papel crucial.

A hipótese de esperar que a crise se desenvolva a tal ponto que o governo caia no colo da esquerda – essa hipótese considera a data ótima para essa queda por madurez outubro de 2022... – subestima o principal fator que já levou essa mesma esquerda ao seu maior erro e lhe custou o próprio governo: a luta de classes! Vale dizer: todas as classes agem, menos a nossa! Essa hipótese retira da cena histórica uma esquerda protagonista.

II

As batalhas pela re-polarização social no Brasil envolvem a conquista de nova eleição – nova e, sobretudo, democrática – para eleger um novo governo, a definição de um programa comum da esquerda para o Brasil e a construção da unidade de partidos de esquerda e dos movimentos sociais baseados na classe trabalhadora. Vale dizer, criar a saída democrática mais radical para colocar o fim no governo da extrema direita neoliberal e construir a mais forte e clara alternativa a ele.

Assim, a primeira dessas batalhas é logicamente pelo fim do governo da extrema direita e por um processo democrático de escolha de um novo governo. Ela não tem o resultado garantido da queda do governo genocida, mas é decisiva para a definição dos campos sociais na disputa política.

Os setores liberais irmanados com a extrema direita no mesmo programa econômico e enfrentando o risco comum de perder o governo central para a esquerda tendem a manter o governo Bolsonaro sob pressão, mas sem empurrá-lo para o fim. Elas, com alguma razão, esperam ser beneficiárias de um longo processo de ataques à classe trabalhadora e do definhamento do governo da extrema direita.

A esquerda tem manifestado o quanto é justo e democrático – ou seja, o quanto é necessário a aplicação do princípio da soberania popular – destituir um governo genocida, anti-civilizatório, antinacional, antidemocrático, anti-direitos sociais, em confronto permanente com a Constituição. E essa oposição tem conquistado apoio, o que mostra que esse caminho faz parte da conquista da maioria para se propor a dirigir o país. Mais do que isso, a esquerda pode demonstrar que não age por interesses próprios como partidos de políticos profissionais que não se importam com o sofrimento do povo a não ser quando pode ser capitalizado eleitoralmente em seu proveito. Pode demonstrar que é uma esquerda autêntica, defensora intransigente dos interesses da classe trabalhadora, capaz de confrontar toda injustiça e opressão.

A construção de campos claros na disputa política é uma das condições para a vitória. A medida da vitória não estará apenas no resultado imediato da luta pelo impeachment e pela convocação de nova eleição – que, obviamente, são fundamentais e somente possíveis como vitória da esquerda – mas sobretudo na capacidade de falar para a classe trabalhadora empregada, desempregada e subempregada. E tocar no coração do povo.

A segunda batalha que se trava entre os campos políticos de classe é o programa. O Brasil – e o mundo também – está mais desigual e excludente, com a democracia por um fio, sem soberania nacional, sob destruição ambiental. Mais do que bastar-se com a defesa do legado – na verdade, dos seus melhores momentos – dos governos do PT,

cabe mobilizar esse legado para dar credibilidade aos novos enfrentamentos necessários. Precisamos atualizar diagnósticos e alternativas. A crise que atravessamos abre caminho para propostas ousadas em todos os campos.

Devemos propor superações claras exatamente naqueles pontos nos quais nossos limites de governo – e causas da nossa derrota ou, se quisermos, da vitória dos golpistas – se manifestaram. Em três aspectos eles são claros: na política econômica, na democracia e na política de alianças.

Uma política econômica de ruptura com o neoliberalismo exige uma forte presença do Estado, um novo BC (nesse caso, pode-se até usar, em alguma medida, a definição do FED nos EUA) e bancos públicos determinantes no conjunto do sistema financeiro, do antigo setor produtivo estatal (Petrobrás e outros), além de pesquisa e tecnologia. Isso deve implicar reestatizações, investimentos em setores estratégicos e forte direcionamento da economia. Na verdade, é preciso um Estado muito mais “forte” do que aquela presença importante, mas multifacetada e contraditória (entre BC “do Meirelles” e MF “do Guido Mantega”, pra não falar da fase unificada “de Joaquim Levy”).

Não basta fortalecer o Estado. Se ele não for simultaneamente democratizado, suas estruturas de poder – conservadoras por sua própria natureza de dominação de classe – impedirão mudanças. O Estado acima da sociedade civil e cada vez mais um comitê de negócios das classes dominantes – produto do desenvolvimento do capitalismo – precisa ser subordinado à sociedade e desprivatizado.

Ao mesmo tempo, a própria sociedade civil precisa ser democratizada. Trata-se da sua “superestrutura” oligarquizada e mercantilizada – como são a educação, informação e os meios de comunicação – mas também da desigualdade de propriedade e renda no “chão” da sociedade. Esse é o terreno onde se ergueu de forma imbricada, inseparável, a moderna sociedade capitalista dependente.

III

Radicalizar a democracia: essa ideia tão forte compreende Estado e sociedade. Ao mesmo tempo, a conquista da democracia é uma luta política.

Essa perspectiva faz todo o sentido para o PT, que na sua origem proclamava que “A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.” (Manifesto de fundação do PT, 1980)

As lutas democráticas no Brasil, desde a derrota da ditadura, encontraram dois limites, o da estrutura social e o da estrutura de poder propriamente. Recuperar essa visão crítica e totalizante é fundamental para o programa necessário hoje. Isso quer dizer em especial superar a condição de ala esquerda da democracia liberal ou a concepção de democratizar a ordem mais do que superar a ordem, em que a esquerda brasileira se inseriu. E passar à condição de esquerda democrática e socialista.

É preciso associar a luta pela conquista do governo com a “democratização pela base”. Essa via é fundamental para mudar a correlação de forças e não só formar maioria eleitoral, mas sustentar um programa de mudanças. Nesse contexto, a luta social e sindical se unifica dinamicamente com a luta política pela conquista do governo central.

Em um programa democrático radical, a democracia participativa – como mobilização de maiorias para participar das decisões políticas – e o máximo da democracia eleitoral, uma Constituinte, devem se combinar como movimento e objetivos.

A radicalização da democracia – como compreendida na raiz do PT – implica colocar no centro das questões a unidade e movimento político da classe trabalhadora.

Esse processo foi profundamente erodido nos anos 2015 a 2018 por erros cometidos pelo PT e pelo profundo

ataque das forças da direita. Assim temos um enfraquecimento social da classe trabalhadora gerado pelo desemprego, um decorrente enfraquecimento organizativo dos sindicatos e centrais sindicais, e uma regressão nos níveis de consciência política causada pelas derrotas.

Compreendendo que a força social capaz de liderar o combate pela democracia é a classe trabalhadora, devemos afirmar que a questão democrática central é a construção da unidade da classe trabalhadora e da maioria do povo – a recuperação da confiança nas suas próprias forças – para defender seus direitos imediatos e ousar lutar por um futuro de mudanças políticas e sociais sob sua direção.

A fórmula histórica para conseguir avanços nessa direção é a frente única da classe trabalhadora, que tem se expressado entre nós como frente democrática e popular. Esta frente de partidos de esquerda, movimentos sociais e setores democráticos da sociedade tem que estar fundamentada em um Programa Democrático e Popular comum. Trata-se de um processo de construção de uma maioria social, política e eleitoral para apontar e sustentar uma saída de esquerda para a crise do país.

A construção desta frente democrática e popular deve dialogar com as dinâmicas de lutas unitárias da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, isto é, com o processo de luta social com suas expressões culturais, religiosas, feministas, antirracistas e anti-homofóbicas.

O centro programático desta frente democrática e popular é a combinação da defesa da democracia e dos direitos sociais intensamente atacadas pelas políticas e reformas econômicas neoliberais. Separar a defesa da democracia da luta contra as políticas de austeridade é corroer a sua base popular o seu próprio sentido. Esta frente democrática e popular não separa, mas integra as lutas pela liberdade e pela igualdade.

É através da luta por seus direitos fundamentais que o povo aprende o valor da democracia.

O DESAFIO DE UM PROGRAMA TRANSFORMADOR. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

RAUL PONT

A conjuntura em que ocorrem as eleições de 2020 é dominada pela pandemia que adquiriu contornos mundiais em sua expansão e letalidade. Seu caráter fulminante decorre da ausência de tratamento, seja a vacina que previne, sejam remédios eficazes que a curem.

No Brasil, a irresponsabilidade do governo Bolsonaro, a fragilização do sistema público de saúde e a brutal desigualdade social e regional nos conduzem ao topo do genocídio no planeta. Vamos disputar com os EUA, país sem um sistema público e universal de saúde, em número de óbitos causados pelo vírus. No Brasil, a ausência de planejamento e ação do Ministério da Saúde para uma política nacional de combate à Covid-19, ao desestimular o isolamento social e não investir em saúde e em uma política de renda básica, torna-se uma ação criminosa deliberada.

Sem planejamento, sem controle previsível, o isolamento social exigido no combate ao vírus fica à mercê dos Estados

RAUL PONT é fundador do PT, foi deputado federal (1991-1992), deputado estadual (2003-2007; 2007-2011), vice-prefeito (1993-1996) e prefeito de Porto Alegre (1997-2000). Defensor da participação popular, é dirigente partidário e, atualmente, membro do Diretório Nacional do PT.

e municípios e põe em risco o próprio calendário eleitoral e abriu um debate crucial. Apareceram propostas até de prorrogar mandatos, o que é inconstitucional e um grande prejuízo para a democracia no país, apresentadas inclusive por entidades de representação dos municípios que chegaram a propagandear a saída pela prorrogação dos mandatos até 2022.

O processo eleitoral já está prejudicado pelo autoritarismo governamental reinante com o desprestígio aos partidos políticos e ataques permanentes à democracia. Não há, também, espaço disponível na grande mídia para o fortalecimento dos Partidos, dos programas e projetos que representam como instrumentos insubstituíveis para a formação de vontades coletivas no sistema democrático.

Mesmo com o adiamento do prazo aprovado, o processo eleitoral de 2020 será difícil e exigirá de nós enorme capacidade de superação dessa conjuntura adversa. De um lado, a crise sanitária, de outro, um governo antidemocrático, autoritário, entreguista, ultraneoliberal cada vez mais rejeitado pela população, mas que sobrevive e tem bases sociais de sustentação nos grandes bancos que vivem do rentismo financeiro; da agroexportação que defende a primarização do país; da grande mídia que restringe sua crítica ao grotesco comportamento de Bolsonaro mas defende a política econômica do ministro Guedes; e das Forças Armadas ainda dominadas pelo maniqueísmo da Guerra Fria sem nenhuma sustentação do que ocorre no mundo real. Ao contrário, há crise entre as principais potências, fortalecimento de medidas protecionistas e nacionalistas de direita, crise no interior dos grandes blocos como é o caso da União Europeia, o que exigiria uma política externa multipolar, antibélica, pragmática e oposta ao servilismo atual ao imperialismo norte-americano.

OUTROS ELEMENTOS A AGREGAR NA AVALIAÇÃO CONJUNTURAL

Se o desafio é apresentar um programa transformador, que sinalize esperança e reconstrução de força política no país,

a análise tem que incorporar o debate feito no Partido e na esquerda brasileira sobre a experiência vivida com o golpe parlamentar-midiático-judicial que retirou a presidenta Dilma do governo e os resultados eleitorais de 2016 e 2018.

Esse diagnóstico envolve uma visão crítica e autocrítica sobre a política de alianças praticada no governo federal nos mandatos Lula e Dilma e que se estenderam como orientação de fato nos estados e municípios.

Isso incorpora o conjunto de ações e políticas públicas positivas que foram realizadas pelos governos mas que não tiveram protagonismo pelos beneficiados e, assim, pouca ou nula elevação de consciência e organização políticas como fruto desses direitos e/ou conquistas alcançadas.

A avaliação tem que incorporar, também, o debate sobre equívocos graves cometidos como a rendição programática e ideológica à pressão dos adversários na condução da política econômica após a vitória eleitoral dramática alcançada no quarto mandato em 2014. Era evidente que a política de austeridade de Joaquim Levy não seria de uma rápida tática para estabilizar a crise fiscal e retomar o crescimento. Transformou-se no agravamento da crise, no desemprego acelerado, na perda de base social importante para o governo e uma derrota ideológica à cartilha neoliberal de como retomar o crescimento.

Esse comportamento está intimamente vinculado à política de alianças e à composição governamental que vínhamos praticando e ampliando, a cada mandato, em detrimento de buscar fortalecer mecanismos de legitimação e sustentação popular aos nossos governos, através de experiências de democracia direta e participativa.

O preço pago foi altíssimo. A Operação Lava Jato, a versão midiática do “governo mais corrupto da história”, do “partido que quebrou o país”, prevaleceu como verdade dominante. A mesma mídia que defendia, hipócrita e ferrenhamente, a austeridade, o Estado mínimo, o fim da “gastança” social e a política rentista dos banqueiros, debitou na conta do governo petista o que foi posto em prática por seus diletos tec-

nocratas na política econômica cuja consequência direta para milhões tinha nome: o desemprego em massa.

Se somarmos a isso a exacerbação midiática do tema da corrupção, a cumplicidade dos órgãos da justiça com a parcialidade e a fabricação de provas da Operação Lava Jato, a ilegalidade crescente na produção massiva de *fake news* financiadas por empresários via caixa 2 e a traição golpista do PMDB através de Eduardo Cunha e Michel Temer, estamos com o cenário pronto que explica as principais razões da profunda derrota eleitoral que sofremos em 2016 e 2018.

A necessidade histórica da luta anticapitalista e a nossa herança de construção democrática, inovadora e singular com o direito de tendências, proporcionalidade e igualdade de gênero nas direções partidárias, a defesa da participação multi-étnica e de juventude, garantiram a resistência e a sobrevivência apesar de todo o massacre sofrido durante anos, rotulados de organização criminosa pela mídia.

A heroica vigília durante todo o período de prisão de Lula, a presença permanente em todas as lutas sociais e o enraizamento e capilaridade nacional nos permitiram continuar no tabuleiro político e retomar iniciativas.

É verdade, no entanto, que nesta conjuntura onde ainda persistem os preconceitos e o antipetismo construído nas versões midiáticas, há um novo cenário político. Desde o atual quadro partidário brasileiro às mudanças ocorridas no mundo, há um horizonte muito distinto daquele vivido nos anos 1990, que culminaram com a chegada do PT à presidência da República em 2002.

A ATUALIZAÇÃO PROGRAMÁTICA ANTICAPITALISTA EM TEMPOS DE PANDEMIA

A escolha de Porto Alegre pelos organizadores do primeiro Fórum Social Mundial (janeiro de 2001) não foi aleatória. A razão da escolha estava na radicalidade da experiência

de governo na capital e no Rio Grande do Sul baseada na democracia participativa.

Se o objetivo do Fórum era confrontar Davos e o neoliberalismo dominante, o melhor símbolo deveria ser a democracia participativa, a participação direta da população na definição das políticas públicas e do orçamento municipal.

O Orçamento Participativo (O.P.) tornou-se um ponto de programa consensual dos que defendiam que “outro mundo seria possível”. A experiência demonstrava que além da democratização da decisão sobre os gastos e políticas públicas, ali se ensaiavam novas formas de participação e deliberação que iam além da burocratizada e elitizada democracia representativa. Na prática concreta vivia-se, nas reuniões e fóruns regionais, e nos espaços temáticos que se foram criando, a experiência inovadora que apontava como possível a construção de uma nova institucionalidade a desafiar os programas partidários da esquerda.

A conquista da presidência da República e da política de alianças adotada, buscando governabilidade via alianças congressuais e coalizões governamentais com o centro e até a centro-direita foi solapando, de fato, que essa proposta permanecesse e fosse defendida, inclusive, noutra perspectiva de sustentação político-social. No primeiro mandato de Lula ensaiou-se uma experiência de participação popular via a estrutura dos conselhos temáticos já existentes e que, por legislação, estão capilarizados nos estados e municípios, inclusive, com funções de fiscalização e controle e que continuam existindo, com experiências variadas de participação popular mas sem avançar no sentido da deliberação.

Apesar de alguns processos positivos de participação popular nos encontros setoriais (saúde, educação, habitação popular etc.), a experiência foi sendo abandonada e substituída pela tradicional negociação congressional e pelo fortalecimento das famigeradas e corruptoras “emendas parlamentares”.

A constituição de uma frente de esquerda que ampliasse e sustentasse, junto com movimentos sociais e sindicais, uma experiência desse tipo sequer foi tentada.

O realismo da relação de forças no Congresso e nas Assembleias e o pragmatismo governamental levou-nos a abandonar uma prática política que nos educaria, nos exigiria enfrentar a crise teórica e programática da esquerda mundial no século XX, no campo da representação política e na gestão pública.

Vimos ruir ou estagnar as experiências burocráticas e autoritárias dos Partidos únicos e/ou o afastamento crescente dos partidos de esquerda nos governos de uma perspectiva socialista, pela manutenção de práticas capitalistas e de acumulação de capital que reforçou a subordinação à lógica capitalista.

A rendição ideológica e programática ao neoliberalismo fez com que a maioria das experiências de governo no campo da esquerda aceitasse e até praticasse as políticas de privatização de empresas públicas, de bancos, das áreas de serviço essenciais como água, energia elétrica, portos, aeroportos, telecomunicações, transporte público, saúde, educação etc. Não avançamos – nas experiências da esquerda mundial – em novas formas de gestão pública desses setores com participação dos trabalhadores e com controle público dos usuários. Da mesma forma, há um atraso histórico na elaboração teórica e nas experiências de uma nova institucionalidade política. Não vamos avançar nessas formulações se não colocarmos em prática experiências vivas com o protagonismo da participação popular. Sem aceitar esse desafio, vamos continuar, simplesmente, reproduzindo instituições seculares criadas e organizadas para manter relações de dominação de classe e domesticar, pelas vantagens e privilégios, seus oponentes como ocorre hoje nos parlamentos e nas instituições do Estado capitalista.

Neste momento, que queremos superar derrotas eleitorais e políticas, numa conjuntura de gravíssima crise sanitária que expõe todas as mazelas e contradições do capitalismo,

de profunda crise econômica no país agravada pelas medidas praticadas pelo governo Bolsonaro e uma ausência de valores éticos e morais com descrédito nas instituições, necessitamos um programa eleitoral que, também, responda às reivindicações imediatas e sentidas pela população. Mas, principalmente, um programa eleitoral que combine isso com a luta anticapitalista. Mesmo nos limites da disputa municipal, é possível e, para nós, obrigatório que as campanhas eleitorais assumam também a propaganda educativa dos valores da igualdade social, da solidariedade, do coletivo, do planejamento superando o mercado. Por isso, a campanha eleitoral não pode abdicar dos temas da reforma política, do combate à brutal desigualdade social, da defesa de uma estratégia de desenvolvimento com o planejamento do Estado, das lutas pela igualdade e enfrentamento a todas as formas de discriminação combinadas com o anticapitalismo.

UM EIXO CENTRAL NOS PROGRAMAS ELEITORAIS MUNICIPAIS

O eixo estruturador dos programas municipais deve estar assentado na democracia participativa, nas experiências positivas que já realizamos. Seu fundamento é a participação popular através de formas diretas que se adequam a cada realidade (no Brasil temos o município de São Paulo com 11 milhões de habitantes e há várias capitais e cidades com mais de um milhão de habitantes e a maioria dos municípios com menos de 10 mil habitantes) por regiões, por paróquias, por distritos e/ou zonais e a estrutura existente dos Conselhos Municipais temáticos, inclusive com funções legais previstas nas várias legislações (conselhos de saúde, educação, transporte, moradia, assistência social etc.). Essa variedade enorme entre os municípios encerra, também, uma imensa diversidade de história, experiências e lutas sociais, mas são todos entes jurídicos semelhantes perante a União.

Nossos programas devem garantir que as políticas e os gastos públicos orçamentários sejam decididos diretamente pela população conjuntamente com o governo, que deve propiciar as condições materiais e as informações e dados orçamentários, os limites dos novos investimentos, comprometendo-se em apresentar nas Câmaras Municipais o resultado fiel desses processos e a garantia de sua consecução. O Orçamento Participativo pode e deve criar outros mecanismos de consulta e protagonismo por meio de congressos, conferências, plebiscitos que venham ampliar o acesso à informação e a participação das comunidades.

As ferramentas digitais existentes hoje permitem estender isso de forma infinita. No Brasil, já há campanha orquestrada pela direita de transformar o celular num mecanismo de participação direta que substitua o Parlamento por um processo plebiscitário permanente. Ao menos é o que transmite a proposta que circula nas redes sem uma autoria clara e identificada.

Para nós esses mecanismos não podem eliminar a participação presencial, onde se exerce a formação da cidadania, onde se dá a educação política e compreensão do funcionamento, do papel e das competências do Estado em seus vários níveis, onde se aprende a debater e a decidir com solidariedade, prioridade e soberania popular sobre o orçamento público.

A questão central, o divisor de águas da nossa experiência com outras de consulta ou ouvidorias que se apresentam como semelhante é o caráter deliberativo, vinculante, da soberania da decisão sobre o serviço e/ou a obra definida pela comunidade e o respeito e o seu cumprimento pelo Executivo. Esta é a essência da experiência de Orçamento Participativo que praticamos.

UM PROGRAMA DE PRIORIDADES SOCIAIS

A campanha eleitoral será, necessariamente, nacionalizada. Ou seja, no debate, nos panfletos, nas reuniões públicas, nas redes sociais, no rádio e TV, os temas nacionais estarão presentes pois os municípios dependem deles diretamente: o sistema tributário e a partilha federativa dos recursos, a legis-

lação autoritária sobre os gastos públicos e a política de austeridade neoliberal, o financiamento das grandes obras públicas nas áreas de saneamento e habitação popular, o papel do Estado e do planejamento como indutores de desenvolvimento, a reforma política exigida para substituir o caráter corruptor, anacrônico e antidemocrático do atual sistema eleitoral, a brutal desigualdade social e a liquidação em curso das conquistas e direitos sociais da Constituição Federal de 1988.

Precisamos, também, responder às competências municipais específicas e algumas com obrigatoriedade orçamentária como as áreas da educação infantil e fundamental e o sistema de saúde. As políticas de assistência social, habitação popular e mobilidade certamente vão variar muito de acordo com a dimensão dos municípios, mas o que distinguirá uma política petista, uma política de esquerda nessas áreas será a profunda democratização de suas decisões por meio dos Conselhos Municipais, articulados com os mecanismos gerais de decisão orçamentária no Orçamento Participativo.

O que distingue, também, nossas políticas públicas não é só a forma em que se realizam ou o seu cumprimento além dos mínimos constitucionais e das leis orgânicas.

Não basta, por exemplo, garantir os recursos materiais da educação. O importante, também, é engajar professores, alunos e comunidade escolar no debate sobre o conteúdo pedagógico do ensino-aprendizagem, no combate aos índices de evasão e repetência, na formação permanente e continuada dos docentes, na formação da cidadania e no estímulo à cultura e ao esporte às crianças e adolescentes. Uma escola cidadã que prepare para a democracia.

O que distingue, também, uma administração petista é a defesa e a luta para que os serviços essenciais como a água, o saneamento, a mobilidade, a energia, a comunicação tenham caráter público e não sirvam à acumulação privada do capital.

O município pode ser um importante indutor do desenvolvimento econômico sustentável, no estímulo à formação de cooperativas, de incubadoras empresariais e tecnológicas, de crédito e/ou microcrédito para investimentos locais, de

compras coletivas e direcionadas nas escolas, hospitais e refeitórios públicos, nas políticas de apoio e extensão técnica para pequenos produtores e na capacitação gerencial de micro e pequenas empresas, na organização e apoio às cooperativas de recicladores de resíduos e outras iniciativas adequadas às características e ao meio ambiente de cada município.

Por menor que seja o município, o planejamento, a ocupação do solo urbano, a exploração de recursos naturais são elementos sujeitos ao poder regulador municipal, às vezes concorrente com o Estado e a União, mas o poder local não pode abdicar de fazer valer no município a racionalidade, o combate à especulação e destruição do meio ambiente, em suas variadas hipóteses.

Pensar e elaborar uma base comum programática para os mais de 5.500 municípios brasileiros, profundamente diferentes em suas condições de população, socioeconômicas, meio ambiente e de formação histórico cultural é impossível, mas o que importa é o método e uma estratégia comum que o partido deve orientar. Nesse sentido, o esforço desta contribuição é assentar esta estratégia comum na concepção de radicalização democrática popular, com partidos aliados e movimentos sociais, através da participação popular direta e organizada na busca de nova governabilidade e legitimidade baseadas na democracia participativa.

Somos favoráveis que esse esforço e essa política seja defendida pelo nosso Partido como algo inseparável da formação de uma Frente de Esquerda orgânica, permanente e que tenha um programa comum com base na democracia participativa.

Essa proposta não é incompatível com os legislativos municipais que existem hoje, mas estabelecer outra forma na sua relação com o Executivo e, com sua prática, nos permite retomar um debate com base real para propormos profundas mudanças na institucionalidade representativa atual.

A DEFESA DO SUS E O “FORA BOLSONARO”: A NECESSIDADE DE CONSTRUIR UMA AUTORIDADE SANITÁRIA DEMOCRÁTICA

RONALDO TEODORO E JUAREZ GUIMARÃES

Se a palavra de ordem “Fora Bolsonaro” condensa e faz convergir toda uma série de razões democráticas que justificam e tornam imperiosa a sua defesa, do ponto de vista da sobrevivência dos mínimos direitos do povo brasileiro, o conceito de “autoridade sanitária democrática nacional” é hoje fundamental para convergir a tradição sanitária que fundou e constrói o SUS com a luta democrática.

Se para a democracia brasileira o impeachment sem comprovação de crime de responsabilidade da ex-presidenta Dilma foi uma ruptura com a ordem constitucional de 1988, o governo Bolsonaro está consolidando agora um “golpe na saúde”, como bem sentenciou a fundadora do SUS e histórica sanitarista Sônia Fleury, com a militarização e o sequestro do Ministério da Saúde.

Neste contexto, o lançamento público em 3 de julho do documento “Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19”, pelas principais entidades do sanitarismo brasileiro, deve ser

JUAREZ GUIMARÃES é professor da UFMG, Doutor em Ciências Sociais, pesquisa principalmente nas áreas de teoria política, com ênfase nas tradições republicanas; marxistas, feministas e antirracistas, na área de pensamento político e social brasileiro, além de políticas públicas relacionadas aos Estados do Bem-Estar Social.

RONALDO TEODORO é professor adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ. Doutor em Ciência Política e pesquisador do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros da UFMG, tem estudado as políticas de saúde pública, a ação do Estado e o Sistema Único de Saúde.

entendido como a resposta histórica a este golpe: nele a inteligência sanitária e científica brasileira indica o caminho, em tudo oposto ao tomado pelo governo Bolsonaro, de como enfrentar a pandemia e evitar o genocídio do povo brasileiro. Este documento histórico, o mais importante produzido nestes tempos de pandemia no Brasil, pode ser lido e acessado no link <http://cebes.org.br/2020/07/plano-nacional-de-enfrentamento-a-covid-19-e-atualizado-para-uma-2a-versao/>

Se os valores em torno do SUS – da medicina preventiva, seu sentido público e universalista, sua construção democrática e sua apropriação científica para uso social – constituem um patrimônio da esquerda brasileira, tem havido, ao longo da história, muitos desencontros, desalinhamentos e até mesmo rupturas entre a esquerda democrática do país e a tradição sanitária. Ao reagir ao golpe na saúde, exigindo plenos poderes ao SUS e acolhendo o documento “Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19” como um dos centros de seu enfrentamento programático da crise, vinculando-o ao “Fora Bolsonaro”, as esquerdas e centro-esquerdas brasileiras darão um passo decisivo para a necessária refundação do SUS, como fundamento do direito público à vida do povo brasileiro.

BOLSONARO E “CAPITALISMO DE DESASTRES”

Tomando emprestado o conceito de “capitalismo do desastre”, de Naomi Klein, que associa choques coletivos a rupturas nos regimes de bem-estar social, é possível dizer que o governo Bolsonaro começa a compreender a catástrofe pandêmica do novo Coronavírus como ativo político à sua plataforma neoliberal. A identificação documentada dessa tendência política serve para dissipar ilusões quanto a uma possível reorganização programática de seu *staff* diante do crescente sentimento de comoção em curso.

No dia 06 de fevereiro de 2020, já sob certa comiseração proveniente da crescente disseminação do novo coronavírus no

mundo, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 13.979 que pode ser considerada o ponta pé inicial para as grandes transformações regulatórias observadas até aqui. Em essência, ela dispõe sobre medidas de emergência de saúde pública, àquela altura já internacionalmente reconhecida. Sob seu amparo, tramitaria em regime de urgência, a Medida Provisória nº 924 (MP), sancionada em 13 de março, remanejando R\$ 5 bilhões de reais do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Fundo Nacional de Saúde (FNS), para os Ministérios da Saúde e da Educação. O importante é destacar que, ao contrário do que afirma o texto da referida MP, não se trata de ‘crédito extraordinário’ para enfrentamento da emergência de saúde pública, mas do remanejamento e antecipação de recursos previstos no gasto federal.

Com esta previsão, na sequência de três dias o então ministro da Saúde, Henrique Mandetta, anunciou com a Portaria nº 395/2020 a liberação de até 430 milhões reais a serem gastos na rede pública de saúde. A linha geral do planejamento seguia, conforme suas palavras, a “liberação não carimbada destes recursos”, cabendo aos Estados definirem a sua forma de aplicação nas ações de média e alta complexidade, que, como se sabe, alcança os serviços ambulatoriais e hospitalares do SUS.

Ato contínuo, o ministro Paulo Guedes anunciou, como forma de enfrentamento econômico da nova pandemia, outro remanejamento de recursos e antecipação de crédito, somando o total de R\$ 147 bilhões do orçamento federal. Na linha das medidas fiscalistas do governo, tal medida insistiu em não colocar recursos novos na economia, mas impor ao Estado uma renúncia fiscal agregada de 52,2 bilhões de reais ao beneficiar empresas com a dispensa de recolhimento do FGTS e do Simples Nacional. Na área social, a antecipação de crédito ganhou o seguinte formato: abono salarial (12,8 bilhões), facilitação de saques do FGTS (21,5 bilhões), antecipação do 13º para idosos e retomada do Programa Bolsa Família (3,1 bilhões).

Desde o dia 25 de fevereiro, se multiplicam os casos confirmados de Covid-19 no Brasil, formando na consciência pública a de escala monumental dos desafios. No entanto, as medidas mais estruturais adotadas pelo governo para a expansão de leitos e outros insumos necessários ao enfrentamento da pandemia seguem sendo o obsequioso respeito à disciplina fiscal amarrada pela ‘Lei do teto de gastos’, as exigências do superávit fiscal e a chamada ‘regra de ouro’ que travam os investimentos públicos. Além do que, em nenhuma das medidas os 36% da população que vivem empurrados para fora dos marcos formais do trabalho receberam a atenção dos planejadores. Como se sabe, esses contingentes expostos aos regimes intermitentes de trabalho, de contratação temporária e microempreendimento individual autônomo, foram metas perseguidas diligentemente com as reformas trabalhistas dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Em 19 de março, outro efeito colateral das convicções fiscais do ministério comandado por Paulo Guedes pode ser observado com o anúncio do desbloqueio de 10 bilhões de reais do Fundo Garantidor que as Operadoras de Saúde mantêm junto a ANS, com vistas a que tais corporações invistam em equipamentos e expansão de leitos. O dado concreto, no entanto, foi a imediata fragilização do Estado em controlar o mercado da saúde. Como discutido nos estudos da saúde coletiva, a dissolução do Fundo Garantidor é uma antiga demanda das corporações de seguro. Sua principal adversidade, como declara a própria ANS, consiste na fragilização da solvência (liquidez) que protege aqueles que dependem de tais serviços privados, aumentando o risco de inadimplência junto a seus prestadores.

O segundo grande impacto que se pode observar após a declaração de emergência de saúde pública conformada na Lei nº 13.979/2020 vem a ser a MP nº 296, de 20 de março, que passou a dispensar os processos públicos de licitação para a compra e venda de mercadorias ligadas à área da saúde. A

expectativa de agilidade na tramitação dos pregões públicos, divulgados como entrave burocrático no circuito político liberal, promete o favorecimento concreto da corrupção venal. Com tal MP, ficam dispensados, por exemplo, a observação do menor preço, o caráter inidôneo das empresas, e a observância de seus compromissos fiscais e trabalhistas. A compra de insumos voltados à pandemia com valores superfaturados e preferencialmente de empresas próximas da influência política do ministro da saúde, começa a ser veiculada por agências de notícias.

A quinta medida que aprofunda as disfuncionalidades do setor privado frente aos objetivos de controle público da saúde perseguido pelo SUS encontra-se no recém-divulgado Decreto 10.283 de 20 de março, que cria a Agência Para o Desenvolvimento da Atenção Primária (ADAPS). Diversas organizações da saúde pública vêm alertando que a nova Agência abre mais um circuito de *contratação de serviços privados para prestação assistencial de saúde à população*. É oportuno lembrar que, em 2019, mudanças profundas no financiamento da Atenção Primária à Saúde já haviam sido encaminhadas. A previsão é que já no próximo semestre a transferência de recursos do governo federal para as equipes de saúde da família seja calculada estritamente pela população cadastrada nas clínicas de família e não mais pelo conjunto da população residente nos municípios. A contenção brutal de recursos será inevitável.

Ainda neste longo mês de março, a Medida Provisória 297/2020, republicada no mesmo dia 24 como MP 298, reforça a linha geral do governo de manter a execração social como diretriz de combate à pandemia do novo Coronavírus. Mesmo com a supressão do polêmico artigo que permitia a suspensão de contratos de trabalho por quatro meses, o novo documento mantém a sua essência política. Como diretriz central, simplesmente susta a validade de acordos e convenções coletivas, contorna o controle sindical e limita ações

dos fiscais do trabalho, passando a definir a vontade patronal como baliza para a manutenção, ou não, de normas para segurança e saúde do trabalhador, a definição de jornada de trabalho e o manejo de férias, banco de horas e o recolhimento de obrigações fiscais como o FGTS. Para se ter uma ideia do que essas transformações representam e aonde estamos sendo lançados, basta recordar que o reconhecimento desses instrumentos coletivos de organização do processo produtivo resulta de sangrentas e históricas lutas trabalhistas travadas já desde o século XIX, no movimento operário internacional.

Ainda sobre a MP 298, é preciso ter claro como lição que o tsunami que se avizinha não demoveu o governo de promover a proteção unilateral de empresários, o direito irrestrito de propriedade perseguido pela eufêmica ‘MP da Liberdade Econômica’, de 2019. Documentamos aqui que a suspensão do direito legislado previsto no Código de Direitos Trabalhistas permanece como princípio doutrinário do atual programa econômico. Será importante acompanhar a reação do Congresso Nacional, especialmente o pronunciamento de Rodrigo Maia, sobre esse assunto.

Do ponto de vista político, torna-se evidente que o governo federal não tem se deslocado da agenda ultraliberal que o elegeu. Ao contrário. A catástrofe iminente indica que o presidente mantém a energia dos distúrbios políticos como lógica de ação para manter-se vivo. É possível reiterar que o estado de calamidade pública tem se mostrado um excluyente de ilicitude, um salvo conduto, para que o governo aprofunde a tática de terra arrasada contra o marco social da Constituição de 1988. O que se pode dizer é que, até aqui, a pandemia provocada pelo Coronavírus está sendo utilizada para efetivação do que Naomi Klein vem chamando de “doutrina do choque”. Como anunciamos anteriormente, trata-se de um ‘capitalismo de desastre’ de desastre que, alimentando-se de crises de largas proporções, vem devorando o convalescente Estado de bem-estar social brasileiro.

AUTORIDADE SANITÁRIA DEMOCRÁTICA NACIONAL

Se com o ex-ministro Mandetta havia uma autoridade sanitária apenas muito parcial, a todo momento desestabilizada e deslegitimada por Bolsonaro, com Nelson Teich criou-se um vácuo inoperante e agora, com o general Pazuello, houve um verdadeiro sequestro do Ministério da Saúde. O principal ato do general de plantão foi o de tentar criar um sistema de *fake news* institucional, mascarando o número de mortos, e pretendendo formar os novos desaparecidos políticos do coronavírus.

A necessidade de criar uma autoridade sanitária democrática nacional, um fórum permanente dotado de legitimidade política e capacidade de coordenação é, neste contexto da maior pandemia da história do país, um imperativo incontornável.

Ela teria três funções interligadas. Em primeiro lugar, construir um canal direto de comunicação com a população brasileira, como referência científica, de coordenação de informações e de iniciativas gerais para o enfrentamento da pandemia e da transição para uma nova situação de normalidade. O seu sentido democrático ficaria realçado com a sua relação direta com as capacidades de organização e mobilização da sociedade civil brasileira, de cidadania ativa e dos movimentos sociais, necessárias para o enfrentamento da pandemia.

Em segundo lugar, servir de referência e de orientação para a ação dos diversos poderes institucionais, do legislativo e do judiciário, além do ministério público, para as autoridades municipais e estaduais que, por sua vez, conferem a legitimidade deste fórum. Estas ações, hoje gravemente descentradas e fragmentadas, precisam adquirir uma crescente convergência, de orientação e de sentido. Sem uma coordenação, não se consegue vencer o avanço fatal da pandemia!

Em terceiro lugar, esta autoridade sanitária democrática nacional interditaria, na prática, por meio da obstrução congressual, da interdição judicial, de atos administrativos de governos estaduais e municipais, de atitudes de desobediência

civil todos os atos do governo Bolsonaro que reforçam o caminho do genocídio do povo brasileiro.

Na verdade, esta dinâmica de formação de uma autoridade sanitária alternativa ao governo Bolsonaro, de forma pontual e descontínua, têm se avolumado desde o início da pandemia. Seja através das orientações gerais da OMS e dos consensos da comunidade científica internacional, seja através da resistência de governadores e prefeitos, seja através de decisões do Congresso Nacional, em particular da Câmara Federal, seja através de ação dos procuradores ou mesmo por decisão do STF. Particularmente importantes, foram as iniciativas de movimentos de favelas e comunidades, de movimentos sociais de solidariedade, produzindo uma auto-organização sanitária de proteção diante da ausência de governo.

Assumindo esse sentido político, duas iniciativas mais estruturadas se destacaram. Em primeiro lugar, com o Consórcio de Governadores do Nordeste, que formou logo no início da pandemia, sob a coordenação do cientista Miguel Nicolelis, um notável esforço de coordenação de iniciativas, protocolos e experiências. Mas este consórcio enfrentou sempre a hostilidade e o agressivo boicote do governo federal, limitando o seu potencial de atuação, por falta de verbas, de instrumentos e insumos básicos fundamentais. A segunda medida de maior alcance deve ser reconhecida no “Painel CONASS COVID-19”, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que desde o dia 07 de julho atualiza diariamente os indicadores gerais da pandemia. Essa extraordinária iniciativa, que materializa o compromisso constitutivo da tradição sanitária com a vida dos brasileiros, eleva o entendimento de que a construção de uma autoridade sanitária democrática nacional é, não apenas, uma necessidade, como um ideal possível.

A MARCHA DO GENOCÍDIO

Mas é preciso constatar que todas estas iniciativas proto-formadoras de uma autoridade sanitária alternativa diante de um governo negacionista, se retardaram, suavizaram e, em

alguns locais por um período, achataram a curva de expansão da pandemia, foram e são ainda basicamente insuficientes para deter o genocídio em curso.

Chamamos de genocídio a resultante do encontro do governo Bolsonaro com a pandemia, que se expressa exatamente pelo número de mortes evitáveis caso o governo brasileiro tivesse seguido minimamente as orientações científicas e sanitárias que formam um robusto consenso na comunidade internacional. Se o governo Bolsonaro é hoje reconhecido internacionalmente como o principal governo negacionista do mundo, seria preciso desnaturalizar, pela raiz, os efeitos mortais da pandemia.

O Brasil tornou-se, de fato, o epicentro da pandemia no mundo. Já é o segundo país em número de infectados e em número de mortes, só atrás dos EUA, assolado pelo governo Trump. O que, decerto, é uma medida que diz também sobre o tamanho de sua população, em comparação com outros países como Itália, Espanha e Grã-Bretanha.

Mas a informação fundamental é a que revela que o Brasil tem hoje a maior taxa de expansão e o maior aumento do número de mortes em média, conforme registrado na primeira quinzena de julho. E exatamente no momento em que governos estaduais e municipais, que vinham adotando posturas de isolamento social com algum rigor e, em alguns casos extremos com medidas de *lockdown*, optam por iniciar o retorno à “normalidade”.

O resultado disso é um genocídio, cujo tamanho do número de mortos não pode ser de antemão configurado, mas já chegando a mais de uma centena, poderá somar talvez centenas de milhares de mortos, se uma medida forte e nacional de *lockdown*, pelo menos por duas semanas, ou de forte isolamento social não for tomada, principalmente nos grandes centros urbanos. Esta proposta foi feita, em entrevista do jornal *Valor Econômico*, pelo coordenador da maior pesquisa nacional sobre o coronavírus, Pedro Hallal.

O Instituto para Métricas de Saúde e Avaliação (IHME), ligado à Universidade de Washington, previu em 26 de maio

– antes, portanto, das medidas de flexibilização da quarentena recém-tomadas – que o número de mortos no Brasil deve chegar em 125 mil já no início de agosto. O modelo de previsão trabalha com os efeitos das regras de distanciamento social, tendências de mobilidade e capacidade de testes. E prevê que, na escalada atual, o Brasil passaria o número de mortes por coronavírus nos EUA ainda no fim de julho.

O epidemiologista e reitor da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallall, coordena a maior pesquisa epidemiológica sobre o coronavírus feita no Brasil, contratada pelo Ministério da Saúde, e uma das maiores do mundo. Já por duas vezes testou amostras de 250 pessoas em 133 cidades das maiores sub-regiões do país, tal como formuladas pelo IBGE.

Além de constatar a desigualdade regional e social do avanço da pandemia – mais forte na região Norte do país, migrando das camadas mais ricas e médias para as camadas mais pobres da população – Pedro Hallall se surpreendeu com a velocidade de sua expansão. O caso da cidade do Rio de Janeiro seria o mais grave, evoluindo o grau de contaminação em duas semanas de 2,5 % para 7% da população. Apenas na cidade do Rio de Janeiro, haveria 500 mil pessoas já infectadas pelo coronavírus, revelando o grau de subnotificação da contaminação no país já que, em todo o Brasil, os números oficiais davam conta, naquela data, de 800 mil infectados.

A avaliação de Pedro Hallall é que a decisão de flexibilizar a quarentena neste momento equivale a “um kamikaze”, “um blefe contra a pandemia”, que terá resultados gravíssimos. Resultados sanitários, econômicos e sociais, pois é claro que, quanto mais amplo e alongado o patamar de pico da pandemia, maiores serão os danos.

A questão é: por que está havendo uma tal dessintonia entre o juízo sanitário seguro – partilhado pelas lideranças das principais entidades de saúde pública e científicas do país – e as autoridades e governantes públicos em um momento decisivo de auge da expansão da pandemia e do número de mortos?

FORMAR AGORA A AUTORIDADE SANITÁRIA DEMOCRÁTICA NACIONAL

A resposta é que não existe hoje no país uma autoridade sanitária nacional democrática, ficando as ações de governos da federação ao sabor de circunstâncias, pressões econômicas locais, juízos casuísticos. O governo Bolsonaro foi, na verdade, apenas de forma muito instável e parcial, um autoridade sanitária sob a gestão Mandetta. Mas Bolsonaro sempre operou na linha de uma contra-autoridade sanitária, negando as evidências da pandemia e atacando, por todos os meios, o distanciamento social necessário. Em um primeiro momento, a estrutura federativa do SUS, seu corpo técnico enraizado nas secretarias estaduais e municipais, garantiu uma certa diretriz básica de enfrentamento da pandemia. Mas esta estrutura federativa, sem um apoio sanitário nacional democrático, está agora cedendo às pressões sociais e econômicas da longa quarentena sem uma adequada e suficiente rede de apoio e proteção social, à ausência de uma testagem ampla, à ansiedade pelo retorno.

Desde o início da pandemia, foi se alterando a conjuntura política do país. Não se trata mais do desgoverno Bolsonaro e uma crise de governabilidade que atinge claramente várias áreas decisivas – meio-ambiente, educação, relações internacionais, direitos humanos, além do descrédito da área econômica –, mas de uma crise de legitimidade do próprio governo Bolsonaro.

Esta crise de legitimidade foi trazida à tona pelo protocolo, na Câmara Federal, de pedidos de impeachment de vários partidos de esquerda e centro-esquerda (PT, PSOL, PC do B, PSB, PDT, Rede), pelo acúmulo de crimes de responsabilidade explicitamente cometidos pelo governo, pelo deslocamento para a oposição de vários setores neoliberais que antes faziam parte de sua base eleitoral, parlamentar e institucional, combinados com uma persistente queda de popularidade de

Bolsonaro nas pesquisas e nas redes sociais. Está em curso no STF um processo sobre *fake news* e seu disparo ilegal na campanha de 2018, que poderia levar, se consequente, à cassação da própria chapa Bolsonaro/ Mourão. As ruas começam a ser decisivamente ganhas para a luta antifascista.

A construção de uma autoridade sanitária nacional, neste contexto, além de um imperativo para salvar dezenas se não centenas de milhares de vidas é uma possibilidade democrática que não se pode mais adiar.

O seu núcleo é exatamente o fórum que organizou no dia 11 de junho a “Marcha pela Vida: Em defesa do SUS, da ciência e da democracia” que aglutina em sua formação o Conselho Nacional de Saúde do SUS, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o Centro de Estudos Brasileiros em Saúde (CEBS), a Sociedade Brasileira de Infectologia, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, a Andifes (que reúne os reitores das universidades federais), a OAB, a ABI, a Associação Brasileira Rede Unida, a CNBB, a Sociedade Brasileira de Bio-Ética.

Com a legitimação dos partidos e lideranças democráticas brasileiras, em oposição a Bolsonaro, em uma dinâmica suprapartidária, ela pode e deve se tornar uma autoridade pública sanitária, com decisões por consenso, tornando-se um referencial norteador das decisões e orientações fundamentais para bloquear o avanço da pandemia e para organizar uma transição, com medidas a serem postas em prática pelas autoridades públicas. Ela deveria convidar uma representação do Congresso Nacional e do poder judiciário, além, é evidente, de representações dos governos estaduais e municipais.

Sem esta autoridade sanitária nacional democrática, a marcha do genocídio continuará o seu curso fatal.

COMO CHEGAMOS À DUPLA CRISE ECONÔMICA E COMO SAIR DELA

ARNO AUGUSTIN

E não se enganem: o mercado quer manter o Bolsonaro. Só querem que ele seja mais ameno e pegue um pouco mais leve com a Globo. Mas eles estão adorando a política de destruição do Estado.

Lula, 01.07.2020, no Twitter.

Este artigo trata das diferentes e contrapostas experiências de políticas econômicas no Brasil nos últimos anos e de seus resultados concretos que conformaram a economia no momento anterior à pandemia. Procura, também, propor fundamentos e formas de financiamento para que o Brasil possa sair da crise econômica dupla em que se encontra hoje. Dupla porque oriunda de duas causas distintas que se somam. A primeira, a recessão causada pelas políticas neoliberais dos últimos cinco anos e já existente anteriormente à Covid-19, e a segunda, a própria Covid-19.

POLÍTICAS DE CRESCIMENTO X POLÍTICAS RECESSIVAS

Para esta análise, utiliza-se um período de política econômica que vai de 2003 até 2014 e um segundo, iniciado em 2015 e que passa o curto e interrompido segundo man-

ARNO AUGUSTIN é economista, ex-Secretário do Tesouro Nacional. O autor agradece aos amigos que contribuíram com suas sugestões na elaboração deste texto, em especial aos economistas Aniger de Oliveira, Jorge Ussan e Victor Hugo Santana sem cuja colaboração e paciência este texto não seria possível.

	2003-2014		2015-2019	
	Acumulado	Média Anual	Acumulado	Média Anual
PIB - VARIAÇÃO REAL	50,69%	3,48%	-3,14%	-0,64%
PIB PER CAPITA - VARIAÇÃO REAL	33,38%	2,43%	-7,02%	-1,45%

Fonte: Banco Central do Brasil

dato da presidenta Dilma e os governos golpistas de Temer e Bolsonaro. Esse corte não decorre de todo o tempo em que o PT esteve no governo, uma vez que o objetivo aqui é comparar as políticas econômicas efetivamente executadas no período denominado desenvolvimentista (2003-2014) e nos cinco anos já completados do período neoliberal atual (2015-2019). Esses dois intervalos de tempo expressam, da melhor forma, as políticas econômicas efetivamente executadas, assim como seus resultados.

A partir de 2003, iniciou-se no Brasil um processo de 12 anos de desenvolvimento que mudou o país, ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula e do primeiro mandato da Presidenta Dilma. De 2003 a 2014, o PIB do Brasil cresceu 50,69%, uma média de 3,5% ao ano, o que é um resultado extremamente positivo. Esse período contrasta fortemente com a queda acumulada do PIB de 3,14% dos últimos cinco anos, nos quais os brasileiros perderam 7,02% da sua renda per capita (Tabela 1).

O crescimento do PIB per capita a uma média anual de 2,43%, perfazendo um crescimento de 33,38% nesse período de 12 anos, é significativo. Na média, significa que os brasileiros passaram a ter um aumento de 33% na sua renda no período. Esse resultado deve-se a políticas econômicas desenvolvimentistas, principalmente a partir de 2006, quando uma transição ainda com alguma dubiedade foi superada.

O período desenvolvimentista constitui-se em programas coordenados que buscavam um ideal de desenvolvimento para o país, abrangendo crescimento econômico com distribuição de renda, acompanhado de melhorias sociais, educacionais e culturais e de infraestrutura pública.

Alguns exemplos são as ações a seguir:

1) Programas de investimento público como o Programa de Aceleração do Crescimento, o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Investimento em Logística, dentre outros.

2) Redistribuição e melhoria da renda da população, através de programas de renda mínima como o Bolsa Família, outros programas assistenciais, de um salário mínimo real crescente, de políticas de aumento do emprego e de uma legislação trabalhista protetora do trabalho. Em suma, um conjunto de ações que davam vigor ao mercado de consumo.

3) Desenvolvimento de políticas sociais (Educação, Formação Profissional, Ciência e Tecnologia, Saúde, Assistência Social, Segurança, Cultura etc.).

4) Financiamento do Investimento Privado (BNDES) com taxas de juros compatíveis com o longo prazo, como o Programa de Sustentação do Investimento.

5) Empresas estatais com programas de investimento e incentivo à produção local, em especial na Petrobrás e Eletrobrás.

6) Incentivos tributários e subsídios à economia, em especial ao investimento.

É importante compreendermos que as políticas desenvolvimentistas provocaram efeitos macroeconômicos equilibrados. Ao contrário do que inventou a versão terraplanista da economia (que infelizmente é absolutamente hegemônica), a situação fiscal ao final desta fase, em 2014, era muito positiva.

Começemos pelas reservas internacionais. Quando um país tem um nível de reservas internacionais baixo, tende a sofrer ataques especulativos e instabilidades em função de qualquer evento internacional. Já foi usual dizer-se que, quando havia uma gripe na Rússia, ela se transformava em uma pneumonia no Brasil. O Brasil não estava preparado para choques e tinha seu crescimento condicionado pela restrição externa, uma vez que a maior temperatura da economia poderia au-

mentar as importações (como insumos e equipamentos para a própria produção ou mesmo para atender diretamente o aumento de consumo decorrente da renda maior). E, se o crescimento das importações não fosse acompanhado por um acréscimo nas exportações, poderia fazer o país não ter divisas internacionais suficientes.

As poucas reservas existentes em 2002 eram basicamente decorrentes de um empréstimo do FMI, o que tornava o quadro ainda mais grave. É adequado lembrar que a escassez de reservas internacionais é a corrente utilizada pelo FMI para aprisionar os países nas políticas econômicas neoliberais. Dispor de um elevado nível de reservas é decisivo para a autonomia nacional e a sua ausência impede a implementação do conceito de nação.

No período desenvolvimentista a restrição externa tornou-se bem menor, pois as reservas internacionais subiram de US\$ 37,8 bilhões em 2002 para US\$ 363,3 bilhões em 2014. Um crescimento vigoroso de 961%. Este significativo aumento demonstra que a confiança dos atores internacionais na economia brasileira nesse período (e no seu governo) era muito maior do que quer admitir o fundamentalismo neoliberal.

Tabela 2: RESERVAS INTERNACIONAIS - (Brasil) - bilhões de dólares

	2002	2014	2019
RESERVAS	37,8	363,3	356,9

Fonte: Banco Central do Brasil

Se a cobertura econômica da grande mídia fosse mais neutra, certamente o termo “quebrado” não seria usado para 2014, mas sim para 2002. Mas não foi isso que ocorreu. Aqui valeu a versão fabricada, não valeram os fatos.

Quando se trata de analisar o resultado das políticas econômicas distintas, o fundamentalismo neoliberal deixa de lado o rigor técnico preferindo o pior tipo de subterfúgio: o das *fake news*. Com total falta de correção técnica, santifica a gestão fiscal de 2002 e condena a de 2014.

Tabela 3: Dívida Líquida do Setor Público (Brasil)

DÍVIDA LÍQUIDA	2002		2014		2019	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
	892.292	59,93%	1.883.147	32,59%	4.041.769	55,70%

Fonte: Banco Central do Brasil

A dívida líquida do setor público em relação ao PIB é o principal indicador de solidez fiscal do país. Ela é calculada deduzindo da chamada dívida bruta (dívida total) as disponibilidades que o país tem, como os valores do caixa único, as reservas internacionais e os empréstimos foram feitos pelo governo ao sistema financeiro. Assim evita-se uma espécie de dupla contagem. Mostram-se os indicadores fiscais relacionados à economia (PIB) porque isso nos permite ter uma ideia da sua sustentabilidade.

A tabela a seguir demonstra que dívida líquida era de 59,93% do PIB em 2002; e caiu para a metade em 2014 para 32,59%, uma queda de 27,34 pontos no PIB (Tabela 3).

Os números objetivos da dívida pública tornam impossível aceitar a versão do jornalismo econômico que reproduz as falsidades de interesse do mercado financeiro. A não ser ofendendo os fatos e a verdade.

Mesmo que nos cinco anos de políticas neoliberais (2015 a 2019) a relação dívida/PIB tenha praticamente dobrado, elevando-se de 32,59% para 55,70% do PIB, esse jornalismo distorcido trata o período como se fosse de recuperação fiscal. O balanço é dado de acordo com o interesse, não dos fatos.

Quem ouve os neoliberais de plantão fica com a impressão de que o período desenvolvimentista, que se encerrou em 2014, gerou déficits elevados. Uma simples informação desmonta a versão. De 2003 a 2014 o resultado primário do setor público consolidado foi **positivo em R\$ 935,6 bilhões**, quase um trilhão de reais. De 2015 a 2019, quando foram implementadas as medidas de austeridade, o resultado primário

Tabela 4: RESULTADO PRIMÁRIO, DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA E PESSOAL (Brasil)				
	Acumulado 2010-2014		Acumulado 2015-2019	
	Média R\$ Milhões	Média /PIB	Média R\$ Milhões	Média /PIB
RESULTADO PRIMÁRIO	78.825,6	1,72%	-109.550,4	-1,69%
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA	45.163,1	0,95%	165.223,7	2,47%
DESPESA DE PESSOAL DA UNIÃO	193.153,4	3,73%	278.304,0	4,21%

Fonte: Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional

rio do setor público consolidado foi **negativo em R\$ 547,7 bilhões**. Mais de meio trilhão de reais. **A austeridade fiscal neoliberal deu enorme prejuízo fiscal.**

A Tabela 4 mostra dois períodos de igual tempo, quinquênios, para facilitar a comparação entre políticas desenvolvimentistas e neoliberais.

O resultado primário passa de uma situação média anual de 1,72% do PIB **positivo** no quinquênio 2010-2014, para 1,69% **negativo** no quinquênio 2015-2019. O resultado primário tem uma piora anual média de 3,41% do PIB. Um completo desastre para quem jogou o país em recessão e milhões de pessoas na miséria em nome de melhorar as contas públicas.

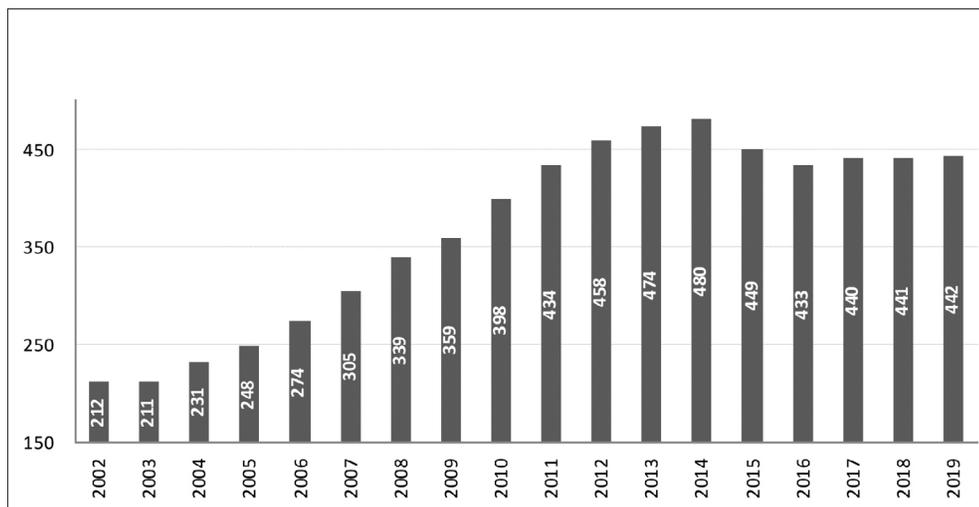
A tabela também mostra que até mesmo as despesas com pessoal e com o déficit da previdência sobem em relação ao PIB no período 2015-2019. Toda a conversa em nome do ajuste resultou em uma situação fiscal pior, pois quanto mais se corta gasto, mais se prejudica a economia e, por decorrência, a receita pública se torna declinante ou estagnada.

Na divulgação parcial da grande mídia brasileira omite-se a principal força que conduz ao equilíbrio ou desequilíbrio das contas públicas: o crescimento econômico.

O Gráfico 1 a seguir mostra a arrecadação das receitas da previdência social, corrigidas pelo IPCA a preços de maio de 2020.

Gráfico 1: Arrecadação das receitas previdenciárias administradas pela RFB - R\$ bilhões

(preços constantes maio/2020 IPCA)



Fonte: Receita Federal do Brasil

O gráfico ilustra bem que as receitas da previdência crescem em termos reais até R\$ 480,2 bilhões em 2014, caindo a partir daí. No ano passado (2019), foram de apenas R\$ 442,0 bilhões. Trata-se de uma decorrência da queda do crescimento, do aumento do desemprego e da precarização e informalidade. Esse é um dos principais motivos do aumento do déficit da previdência no período.

O mesmo vale para o total das receitas administradas pela Receita Federal. O total das receitas arrecadadas em 2019 é inferior à arrecadação de 2014. Caiu, em valores reais, de R\$ 1,54 trilhão para R\$ 1,50 trilhão. Ressalte-se que essa queda ocorre mesmo com os propalados cortes nas desonerações tributárias sobre a folha de salários. Aumentaram-se os impostos e mesmo assim a arrecadação caiu.

As receitas públicas precisam ter crescimento real, uma vez que as necessidades de serviços públicos se tornam maiores, em especial porque a população aumenta. Nestes últimos cinco anos a população brasileira cresceu em 8,3 milhões

de pessoas, mas as receitas caíram. Como comparação, entre 2009 e 2014, o total das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF) havia crescido mais de R\$ 300 bilhões em valores constantes, de R\$ 1,24 trilhão para 1,54 trilhão. Se o país tivesse mantido este ritmo de crescimento, a situação fiscal seria totalmente diferente.

Este efeito de queda das receitas piora significativamente os resultados fiscais e é uma consequência direta da recessão. Quando a economia deixa de crescer, ou entra em recessão, o mesmo ocorre com os impostos, uma vez que eles incidem preponderantemente sobre o fluxo da atividade econômica e não sobre o estoque de riquezas. Muitas vezes a receita cai mais do que proporcionalmente à queda do PIB. Por isso as políticas recessivas são irresponsáveis, inclusive no que concerne aos cortes indiscriminados de despesas por elas realizadas. A consequência deles é a recessão; esta prejudica as receitas e aí, mesmo com cortes de despesa, o déficit fiscal aumenta. É isso que ocorreu no Brasil nos últimos cinco anos.

Se uma despesa pública induz ao crescimento, haverá uma ampliação da receita gerada. Também na receita previdenciária esse efeito é muito relevante. Mas o contrário é igualmente verdadeiro. O corte de investimento e de outras despesas e as políticas recessivas causam uma sangria na arrecadação. É por isso que os ajustes neoliberais dão prejuízo fiscal. A recessão fere de morte a receita e, mesmo que se reduzam as despesas, a situação piora.

Para a melhor compreensão do que ocorreu no Brasil nos últimos anos devemos analisar as coisas pelo lado do crescimento econômico e da receita, e não pela lógica fantasiosa e irreal do neoliberalismo que abstrai a consequência dos cortes que faz. Olhando-se os efeitos integrais da política econômica dos últimos cinco anos, percebe-se que a austeridade neoliberal é, na verdade, um suicídio na economia e nas contas públicas.

A partir de 2015, a política econômica se inverte, por pressão do mercado financeiro, e o governo adota o receituário recessivo exigido pelos adversários. E a opção pelas po-

líticas recessivas teve o resultado inevitável dessas políticas: prejudicou o crescimento, diminuiu a receita e causou desequilíbrio fiscal.

No governo Temer, as coisas ficaram ainda mais graves com as selvagens reformas previdenciária e trabalhista, o teto de gastos, o congelamento da aplicação em saúde e o acervo neoliberal completo.

E quando o horror parecia estar no máximo, chegamos à eleição de um presidente genocida e irresponsável que entregou a economia a um mandalete do mercado com a intenção de executar o programa máximo de destruição do Estado. Os resultados foram catastróficos.

De 2015 a 2019, o PIB real per capita no Brasil caiu 7,02%. Isso significa que cada brasileiro ficou, em média, 7% mais pobre. Como, junto com isso, houve um processo de concentração de renda, o efeito sobre os trabalhadores e desassistidos foi ainda mais dramático.

Não apenas a economia piorou, como o prognóstico para o futuro passou a ser sombrio. A taxa de investimento é a razão entre o Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo - FBKF) e o PIB. Se ela é alta, significa que as empresas e os governos estão conseguindo investir, provavelmente porque têm uma expectativa de que a economia cresça. Ao investir, ajudam a confirmar a expectativa de crescimento, pois o acréscimo no investimento garante a demanda adicional. Além disso, o investimento eleva a capacidade instalada e, portanto, um aumento na demanda tende a não provocar inflação, uma vez que a economia fica preparada para vender mais. É a principal vacina para desequilíbrios inflacionários.

A efetivação do conjunto de políticas governamentais que criaram uma expectativa favorável para o crescimento, assim como fortes políticas específicas de financiamento a concessão de subsídio ao investimento, fizeram com que a taxa de investimento subisse para um patamar médio de 20,53% no período 2010-2014 (Tabela 5).

Tabela 5: TAXA DE INVESTIMENTO (FBKF/PIB) (Brasil)		
	Média 2010-2014	Média 2015-2019
TAXA DE INVESTIMENTO (FBKF/PIB)	20,53%	15,70%

Fonte: Banco Central do Brasil

A política recessiva de 2015 a 2019 pôs tudo a perder e a taxa de investimento despencou para uma média de 15,70% do PIB. Com isso, a expectativa da economia tornou-se dramaticamente negativa e, antes mesmo da Covid-19, estávamos em recessão acentuada e sem qualquer expectativa de melhora.

Os condicionantes sociais, que também tendem a significar uma demanda maior, haviam se deteriorado significativamente. A taxa de desemprego, que era de apenas 6,5% ao final de 2014, um patamar historicamente baixo, praticamente dobrou, subindo para 11,0% ao final de 2019.

O emprego com carteira, ou seja, o formalizado, que é aquele com mais qualidade, caiu, de 38,3 milhões de pessoas, em 2015, para 35,4 milhões, ao final de 2019.

A queda do emprego formal significou maior informalidade e uberização. Houve um aumento do emprego sem carteira de 14,5 milhões, ao final de 2014, para 16,4 milhões, em 2019, e os trabalhadores por conta própria cresceram de 21,6 milhões, em 2014, para 24,6 milhões, em 2019.

Portanto, além do desemprego quase dobrar, a parte do emprego que restou se tornou precária. Esse emprego precário, sem direito algum, a moderna escravatura, está cobrando seu preço com a pandemia. A inexistência de qualquer direito, inclusive de não se arriscar a contrair a Covid-19, obriga esses trabalhadores a continuar a trabalhar mesmo que não haja condições sanitárias adequadas.

Essa realidade contribui para que o Brasil passasse a ser um exemplo mundial negativo de infectados e mortos pela Covid-19. Até o presidente americano Donald Trump, grande defensor do caricato governo brasileiro, afirma isso.

O fato é que a renda dos brasileiros da faixa de 5% mais pobres caiu 39% de 2014 a 2018 (último dado disponível) e

a extrema pobreza aumentou 67%, o que corresponde a um total de 8,2 milhões de brasileiros nesta situação.

A VERSÃO TERRAPLANISTA NA ECONOMIA

A insatisfação gerada pelo empobrecimento causado pelas políticas neoliberais foi habilmente transferida pelas elites rentistas e pela grande mídia para um ódio contra o PT e a esquerda em geral. Os ressentimentos, ódios e versões fabricadas em Curitiba já vinham sendo preparados para serem usados num golpe arrasador, quando a pressão política do golpismo levasse o governo a errar e se enfraquecesse. A partir de 2015 a direita golpista e o mercado conseguem obrigar o governo a aplicar políticas recessivas de cunho neoliberal e o enfraquecimento resultante permite o golpe fatal.

A confusão gerada neste período de segundo mandato do governo Dilma é o grande trunfo que a direita brasileira usa, até hoje, para apresentar uma versão que inverte os fatos e as responsabilidades; e se subtrai da população a causa real das coisas: **omite-se que é sob o advento das políticas neoliberais que a economia piora.** Mesmo depois de cinco anos de fracassos neoliberais, a culpa ainda é jogada para as políticas de desenvolvimento do passado. Uma completa fraude intelectual, mas que ganha ares de alguma seriedade pela hegemonia total da versão no tipo de jornalismo econômico que a grande mídia produz.

Quando da adoção das políticas recessivas, a indústria brasileira foi ladeira abaixo, mas a indústria da versão e das *fake news* floresceram como nunca, jogando todas as responsabilidades da recessão de 2015 em diante para políticas econômicas que não mais estavam em vigor.

Adotou-se uma política recessiva, mas a culpa da recessão não foi imputada a esta opção. A culpa foi sistematicamente reportada a pecados difusos atribuídos ao passado, nunca comprovados e sequer claramente definidos. Como

decorrência, dogmas religiosos e não científicos do tipo “O PT quebrou o Brasil” assumem ares de verdade, abstraindo-se de forma deliberada os períodos históricos em que as coisas aconteceram, as políticas reais que foram implementadas e seus resultados factuais. Passou a importar apenas a versão e não os fatos.

Inverter o ônus das responsabilidades é um sórdido, mas eficiente, método de imposição de resultados políticos baseados em supostos falsos. A história está cheia de exemplos de inversão das responsabilidades. No tempo histórico, essas falsidades tendem a ser desmascaradas. Mas, quando isso finalmente ocorre, a sociedade já pagou um preço enorme.

O conluio da grande mídia com a direita política, ambos a serviço da especulação financeira, e com o uso abundante de economistas e juristas arrivistas, conseguiu convencer parcelas relevantes da população brasileira de que a consequência recessiva das políticas neoliberais não era delas, mas das políticas de desenvolvimento. Conseguiram construir uma onda de opiniões avassaladoramente majoritárias, mas absolutamente destituídas de fundamento ou racionalidade. Infelizmente, o terraplanismo econômico venceu.

A gravidade política dessas teses falsas é enorme. Nesse sentido, as pesquisas de opinião são reveladoras. Ainda em 2020 o Presidente Lula é apontado como o maior responsável pelas dificuldades econômicas do país. Em 2020, *dez anos após ele ter deixado de ser Presidente*.

Esta narrativa foi imposta pelo pensamento neoliberal que se valeu da confusão gerada pela adoção de políticas contracionistas e recessivas no final dos governos do PT, em 2015 e 2016 até o golpe. Pressionados pelo mercado, acabamos adotando políticas contrárias aos fundamentos que a esquerda sempre defendeu e isso permitiu a confusão que nos destrói até hoje.

Este período gerou uma enorme dificuldade para o PT debater as políticas econômicas. Tivemos dificuldade de fazer isso no processo do golpe de 2016 porque havia uma

contradição com a política adotada pela equipe econômica do segundo mandato da Presidenta Dilma; não debatemos adequadamente economia na eleição de 2018 e continuamos sem fazê-lo agora.

Não fizemos o debate econômico a partir dos interesses conflitantes entre os trabalhadores e a elite rica. Não demonstramos que a nossa visão correspondia ao interesse da maioria. Não demonstramos que as políticas neoliberais correspondiam ao interesse da oligarquia financeira rentista. A inexistência de uma explicitação da diferenciação de classes e de projetos no debate econômico é a grande falha que, enquanto não for adequadamente sanada, em especial pelo discurso econômico do próprio PT, impedirá que o Brasil volte ao rumo do desenvolvimento.

Nosso posicionamento deve ser mais nítido, mostrando que qualquer política econômica de conciliação com o rentismo financeiro não interessa aos trabalhadores e trabalhadoras e condena o Brasil à recessão e ao desemprego. E precisamos construir a segurança nas pessoas de que não iremos conciliar com o mercado especulativo em nenhuma circunstância.

A COVID DA ECONOMIA: O RENTISMO FINANCEIRO

A chave para entendermos as dificuldades de crescimento e desenvolvimento no Brasil está na preponderância do rentismo financeiro em relação à economia real, que é aquela que produz bens e serviços necessários às pessoas. A especulação financeira asfixia a economia e domina a política brasileira, contando para isto com o apoio incondicional e interesseiro da grande mídia.

A principal despesa pública não é o investimento, não é a despesa com funcionalismo, não é o déficit da previdência, não é o programa Bolsa Família. E nem mesmo é a educação, a saúde, a segurança e a cultura, tomadas todas juntas.

O principal gasto público no Brasil é a transferência de renda para os rentistas financeiros através do pagamento de juros. *De 2015 a 2019, o Brasil gastou dois trilhões e cinquenta e seis bilhões de reais em juros.*

Trata-se de um gasto absurdamente alto. É 2,48 vezes maior do que o déficit da previdência, que foi de R\$ 826 bilhões nestes cinco anos.

É 1,47 vez maior do que todo o gasto de pessoal da União com o funcionalismo, que foi de R\$ 1,391 trilhão nesse mesmo período.

Com o dinheiro gasto pagando juros nos últimos cinco anos, poderíamos **pagar R\$ 600,00 para sessenta e cinco milhões de brasileiros** (o número dos que recebem o auxílio emergencial da Covid-19) por cinquenta e três meses, ou seja, **por quatro anos e cinco meses.**

QUATRO ANOS E CINCO MESES DE AUXÍLIO EMERGENCIAL!

O déficit da previdência e o pagamento de funcionários públicos são sempre os principais bodes expiatórios apontados pelos neoliberais para alegar que existem gastos excessivos. No entanto, ambos são menores do que os juros pagos pelo governo. Ainda pior, esta despesa com juros é maior do que a soma das despesas em saúde, educação, cultura e segurança.

O avanço das teses neoliberais implicou muitas mudanças na atuação do setor público. Uma delas é que se constitui uma importante omissão na divulgação dos resultados fiscais. A própria legislação estabeleceu uma atenção diferenciada e metas para as receitas e despesas denominadas de receitas e despesas primárias.

São despesas primárias: educação, saúde, segurança, cultura, saneamento, estradas, previdência, pessoal, investimentos etc. Não são despesas primárias: o pagamento do principal e dos juros de empréstimos.

Não haveria nada de errado em existir essa divisão entre despesas primárias e não primárias se ela não fosse um caminho para limitar as despesas primárias e liberar totalmente as despesas não primárias. A legislação foi feita de forma esportivamente diferenciada para preservar o gasto financeiro. O teto de gastos, por exemplo, só vale para despesas primárias. Em juros, pode-se gastar à vontade. Ocorre que as despesas financeiras são pagas tanto como qualquer outra e impactam a situação fiscal da mesma forma. O dinheiro que paga uma é igual ao que paga outra.

Além disso, há uma falha na forma como a legislação definiu a divulgação das estatísticas fiscais. Na hora das divulgações principais, a despesa com juros, que é a maior, é omitida e escondida. Parece que ela não existe, sua divulgação é quase inexistente. Esta despesa escondida corresponde a 25% de todas as despesas, maior do que qualquer outro gasto tomado individualmente.

Considerando seu valor elevado, é importante entendermos como e por que o gasto com juros é feito, se ele é realmente necessário nesse patamar, e quem decide gastar tudo isso. Sim, porque ao contrário do que se possa imaginar, não é o mercado mas o próprio governo que define a taxa de juros. **Portanto, o governo pode decidir gastar menos com juros.**

A cada 45 dias a diretoria do Banco Central reúne-se no COPOM (Comitê de Política Monetária) e define a taxa básica de juros da economia, denominada taxa SELIC. Nas palavras do próprio Banco Central, conforme descrito no seu site:

Uma vez definida a taxa SELIC, o Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto - comprando e vendendo títulos públicos federais - para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião.

O ponto relevante é que esta SELIC elevada só tem esse patamar porque o BC assim deseja e assim definiu.

De um ponto de vista técnico e teórico, o Banco Central fixa a taxa básica de juros em um determinado patamar exclusivamente por receio de que um excesso de atividade econômica e/ou uma desvalorização do real, em relação às demais moedas, gere inflação.

Ocorre que, no caso brasileiro, há uma agressividade na ação do BC, que gera uma distorção caracterizada na fixação de taxas básicas de juros em patamares altos, mesmo quando a economia está em recessão. Ou seja, é imperativo supor que ele possa ter sido capturado pelo mercado e aplique sistematicamente essas taxas elevadas, que drenam recursos públicos para a especulação, mesmo sem razão para isso. Mesmo em recessão profunda.

No período recessivo 2015-2019, não havia motivo macroeconômico para as taxas terem sido fixadas nos patamares em que foram. A temperatura da economia era baixíssima, com uma queda do PIB de mais de 3,6% em 2015 e 3,3% em 2016, seguindo-se três anos de um crescimento pífio, de pouco mais de 1%. No acumulado desses cinco anos, tivemos uma queda de 3,14%. Uma indiscutível e prolongada recessão. Portanto, não havia nenhum motivo para parar a economia com juros altos.

A Tabela 6 mostra o nível de utilização da capacidade instalada da indústria brasileira. Nela verifica-se que, em todo o período, a utilização da capacidade instalada foi aproximadamente 10% menor do que a média anterior. Isso significa que a indústria estava longe de produzir o que poderia, ou seja, não havia demanda suficiente. Não havia na indústria e não havia nos demais setores, lembrando-se que o PIB desse período foi negativo, num acumulado de - 3,14%.

	MÉDIA 10-14	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA 15-19
NUCI	84,03%	76,40%	73,86%	74,40%	75,86%	75,10%	75,10%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Agora, alguém em sã consciência, exclusivamente por motivos técnicos, diria que o principal e iminente risco do Brasil nesse período de recessão era a inflação alta? **Com a economia parada?**

Os juros elevados tendem a produzir a apreciação do real em relação às demais moedas, como o dólar. Nossas taxas altas configuram um diferencial de juros que atrai parte do capital especulativo mundial para o Brasil. Com isso nossa taxa de câmbio é historicamente apreciada, ou seja, o dólar é baixo em relação ao real. Esta é uma das principais razões para a falta de crescimento da economia brasileira, pois nossas exportações acabam sendo pouco competitivas e as importações são estimuladas. Particularmente para a indústria brasileira, o real apreciado tem sido mortal.

Mesmo assim, o Banco Central vê vantagem no real apreciado, já que as viseiras que o mercado financeiro coloca nele o impedem de enxergar qualquer coisa que não seja a inflação. E como o real apreciado influencia a inflação para baixo, o Banco Central atua permanentemente nesse sentido, ignorando os efeitos dessa política sobre a economia real.

A opção de parar a economia foi absolutamente equivocada e se tornou ainda pior porque feita com juros reais elevados. Juros reais elevados têm efeitos colaterais muito danosos, inclusive para o equilíbrio fiscal. Não deveriam ser usados como remédio para qualquer mal, uma espécie de cloroquina da economia.

Mesmo no período aqui denominado desenvolvimentista, os juros reais eram altos. A situação era menos grave, na medida em que o restante da política econômica era expansionista e havia vigoroso crescimento econômico. Mas, mesmo assim, o gasto com juros era injustificável, impondo ao país um custo fiscal inaceitável.

É comum ter-se a impressão que os juros foram baixos no período recessivo 2015-2019, uma vez que os valores nominais caíram. Mas os juros reais não caíram da mesma for-

ma, e na média do período recessivo ainda foram superiores ao quinquênio 2010-2014. A média da SELIC real *ex-post*, de 2015 a 2019, foi de 4,09% e, de 2010 a 2014, de 3,47%. Particularmente, em 2016, com uma SELIC média real de 7,28% e, em 2017, de 6,81%, tivemos uma taxa inacreditável quando comparada com uma economia que teve uma queda real de 3,28% em 2016 e um crescimento inexpressivo de 1,32% em 2017, em cima de uma base depreciada por dois anos de forte queda, em 2015 e 2016.

	MÉDIA 10-14	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA 15-19
SELIC real <i>ex post</i>	3,47%	2,36%	7,28%	6,81%	2,58%	1,57%	4,09%
PIB variação real	3,36%	-3,55%	-3,28%	1,32%	1,32%	1,14%	-0,64%

Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (elaboração própria)

O juro básico elevado é uma transferência de dinheiro público, de impostos de toda a sociedade para setores rentistas, que já são detentores de riqueza, e que passam a ser privilegiados por uma riqueza adicional oriunda do Estado. Ou seja, quem já tem o privilégio da riqueza tem um segundo, que é uma remuneração distorcida e segura dessa riqueza.

Socialmente é uma opção desastrosa e iníqua. Fiscalmente é o caminho para o aumento da dívida pública. E economicamente significa desemprego e miséria.

A CLOROQUINA DA ECONOMIA

O total do endividamento público é originado de duas vertentes:

a) Uma primeira, que é bastante divulgada e é decorrente de razões fiscais (receitas e despesas do governo), que é administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

b) Uma segunda, pouquíssimo conhecida e que é administrada pelo Banco Central, que tem origem exclusiva-

mente na política monetária, ou seja, na necessidade que o BC vê de interferir no valor do juro para torná-lo mais elevado e cumprir o seu desejo de ter uma determinada taxa SELIC. São as chamadas operações compromissadas.

A propaganda da religião neoliberal divulga permanentemente a tese de que a origem de todos os males é o gasto público excessivo e que a dívida pública só existe por motivos fiscais. Fica sempre subentendida a idéia de que é exclusivamente a dívida pública que gera os juros altos.

Ou seja, a insinuação sempre presente é a de que uma vez que a dívida governamental não é integralmente paga quando vence, o governo disputa o dinheiro existente no mercado vendendo títulos do Tesouro, e este é o motivo das taxas terem um certo patamar. Nada mais falso. Se fossem os títulos do Tesouro que definissem a taxa básica de juros, não seria necessário que o BC entrasse no mercado vendendo títulos e recolhendo dinheiro, ou seja, fazendo aquilo que se chama redução da liquidez. Se existe a necessidade de se fazer isso, é porque não há falta de dinheiro e excesso de títulos e, sim, o contrário. Há sobra de dinheiro em circulação e, portanto, o que pressiona a taxa é a ação do Banco Central e não os títulos do Tesouro.

Diariamente o Banco Central faz operações de venda de títulos, chamadas de operações compromissadas, com o objetivo de diminuir a quantidade de dinheiro na economia e forçar a taxa de juro que ele decidiu. Se não fizesse isso, a consequência seria a de que a SELIC seria menor do que aquela que a diretoria do BC definiu. É essencial a compreensão de que as operações compromissadas não são feitas para financiar algo e, de fato, nada financiam.

Para realizar as chamadas operações compromissadas, o Banco Central usa um título público que tinha ou que recebeu gratuitamente do Tesouro (contabilmente funciona como se fosse uma capitalização do Banco Central pelo seu proprietário, o Tesouro Nacional) para retirar dinheiro privado da economia. É fundamental entender que o Tesouro

Nacional não recebe o dinheiro auferido por estes títulos, ou seja, *o Tesouro não se financia com estes títulos*. O dinheiro auferido simplesmente fica depositado no Banco Central, não é usado para nada.

O artigo 164 da Constituição Federal inclusive proíbe que o Tesouro Nacional venda títulos para o Banco Central, ou seja, o Governo não pode ser e não é financiado pelo Banco Central. Portanto, **no Brasil não há financiamento de despesas do governo por emissão de moeda ou com fonte nas operações compromissadas**.

O BC endivida-se artificialmente (não é uma dívida real ou de origem fiscal) exclusivamente para diminuir a liquidez, ou seja, a quantidade de meios de pagamento circulando na economia, por receio de que o excesso de demanda gere inflação. São razões de política monetária, ou seja, fazer com que a taxa SELIC seja aquela definida pelo Banco Central com receio de inflação. Não são razões de política fiscal, ou seja, não são para financiar despesas públicas.

Perceba-se que quanto maior for o volume dessas operações, mais difícil se tornará para a STN vender os seus títulos no mercado, pois haverá menos dinheiro circulando para comprá-los (o mesmo vale para uma empresa que queira vender algum título no mercado). A ação do BC, portanto, dificulta a rolagem da dívida pública e não o contrário. Dessa forma, as compromissadas regulam o mercado e fazem com que a média de juros dos títulos seja aquela que BC passa a objetivar quando define a taxa SELIC.

O volume dessas operações compromissadas é muito significativo. No fechamento do primeiro semestre de 2020 **essas operações compromissadas eram de R\$ 1,385 trilhão, equivalentes a 19,3 % do PIB**. Isto significa que parte importante da dívida (e os consequentes juros) do país só existe porque o Banco Central definiu uma taxa SELIC alta e precisa intervir no mercado para garantir o seu valor. E que o país aloca um valor muito alto, de mais de um trilhão de reais, nesse uso.

Mas também significa que em momentos de crise econômica e baixa demanda, como nesta recessão agravada pela Covid-19, esses recursos poderiam e deveriam ser direcionados para estimular a economia, pois não gerariam inflação. E que essa utilização ainda teria o efeito positivo de diminuir a dívida pública bruta.

Atente-se para a expressão “*diariamente*” na explicação do Banco Central de como funciona sua atuação no mercado para forçar a SELIC que ele deseja. Sendo diariamente, os bancos e especuladores financeiros adquirem uma segurança máxima, pois mesmo que não se esforcem para emprestar, têm rentabilidade mínima garantida. Não precisam ter risco emprestando para a economia para ter rentabilidade. Tudo o que não emprestem será regamente remunerado pelo Banco Central. Aliás, é mais do que diariamente. No final do dia há uma segunda raspagem feita pelo BC do dinheiro eventualmente parado, de forma que nenhum centavo de dinheiro especulativo deixe de ser beneficiado. Não é de se admirar, portanto, que os lucros do sistema financeiro especulativo sejam absurdamente elevados, mesmo quando a economia está mal.

Na prática os Bancos e Fundos de Investimento têm a garantia de que todo o volume de dinheiro que não tiverem utilizado na sua atividade fim, que deveria ser suprir a economia com recursos, será muito bem remunerado pelo Banco Central, portanto, com dinheiro público.

Pode parecer inacreditável, mas o BC usa o dinheiro de impostos para estimular os Bancos e fundos a não emprestar, a não cumprir a função econômica pela qual existem, ou seja, passa a ser tão lucrativo e sem risco aplicar no curto prazo em operações compromissadas estéreis, que as atividades econômicas reais, que evidentemente têm risco, acabam sendo preteridas. Imagine-se o caso do investimento de longo prazo, cujo financiamento passa a ser dramático. A ciranda financeira hegemônica as aplicações e a economia real fica à míngua.

Assim, os Bancos vão sempre ter uma opção lucrativa e por isso vão pensar duas vezes antes de emprestar para as pessoas ou empresas. Na prática tendem a emprestar para quem tem pouco risco, para quem praticamente não precisaria. E, quando emprestam, cobram uma taxa de juros indecente, pois agregam à taxa básica de juros (SELIC) um *spread* muito elevado.

O *spread* é a diferença entre a taxa de captação dos bancos (cujo principal componente é a SELIC) e o valor que os bancos cobram dos contratantes do empréstimo. Essa diferença é cobrada em função de riscos, custos operacionais e **lucro**. Como os bancos não precisam emprestar (pois sempre podem ter lucro emprestando ao Banco Central), só emprestam para as pessoas ou empresas com um *spread* muito elevado, o que implica um lucro exorbitante. Por isso as taxas de juros cobradas pelos bancos são tão altas e os seus lucros tão estratosféricos.

Em 2019, as taxas de juros com recursos livres dos bancos foram em média de 36,8% a.a., sendo que, para pessoa física, foram de 50,4% a.a. O *spread* foi de 30,2% e para pessoa física foi de 43,5%. E viva a liberdade. Dos bancos, é claro.

Utilizar um montante de compromissadas que implica uma dívida remunerada de 19,3% do PIB é algo surreal.

Como o objetivo não é financiar o governo, haveria maneiras muito mais baratas de diminuir a liquidez, uma vez que a regulamentação do sistema financeiro e a definição dos depósitos compulsórios (remunerados e não remunerados), direcionamento de crédito e outras exigências de caráter regulatório são uma atribuição pública e a cargo do próprio Banco Central. Bastaria, por exemplo, utilizar os depósitos compulsórios não remunerados para enxugar toda a liquidez e já se economizaria muito.

Tudo isso mostra que, na verdade, o objetivo é mesmo transferir riqueza para o mercado financeiro e rentistas. Não é de se admirar que, mesmo na crise pela qual passamos, os lucros bancários sejam tão extraordinários.

O REMÉDIO DAS ELITES PARA A ECONOMIA: MAIS CLOROQUINA

Em momentos de crise geral, o sistema econômico capitalista já demonstrou ter capacidade, a partir da coordenação e atuação direta do Estado, de produzir crescimento sustentado no tempo, enfrentando e vencendo uma crise geral, como ocorreu na sequência da crise de 1929. Sob a inspiração keynesiana, foram adotadas políticas econômicas que produziram o Estado de bem-estar social em boa parte do mundo, por um período histórico considerável. As políticas econômicas implementadas pelos governos fizeram a diferença.

As evidências até o momento mostram que, infelizmente, um caminho desse tipo não passa pela cabeça das elites brasileiras. Passados os primeiros momentos de susto com o tamanho da crise atual, e nossas elites já retornam com a violência usual às velhas teses rentistas. O que se ouve é que qualquer apoio do Estado à economia deve ser retirado o mais rápido possível, sem que se sintam sequer obrigados a explicar o porquê. Simplesmente repetem os conceitos religiosos usuais do neoliberalismo e acabou. Os mesmos conceitos que nos levaram a cinco anos de uma brutal recessão e miséria.

Se o Governo Federal quisesse fazer a sua obrigação mínima na retomada, precisaria providenciar sustentação de renda, do emprego, amparar a situação financeira das empresas e compensar as perdas fiscais dos Estados e Municípios.

No entanto, a primeira reação do Ministro Guedes à pandemia foi propor mais reformas austericidas. Algo inacreditável, uma vez que a economia necessita exatamente do oposto. Até os mais ortodoxos neoliberais reconheceram isso, menos o Governo Bolsonaro.

Igualmente grave é o anúncio de privatizações em plena crise recessiva máxima. Além da desnacionalização provável e da transferência de riqueza pública à elite, os preços de venda seriam aviltados. A elite ficará mais rica. E o país mais

pobre. No caso dos ativos de bancos públicos, as vendas chegaram inclusive a ser feitas, o que é matéria para ser investigada e compreendida pela sociedade.

O Governo Bolsonaro fez de tudo para atrasar, impedir, reduzir a amplitude do apoio à economia. A pressão das bancadas progressistas e a percepção da gravidade e irresponsabilidade da postura do governo levaram o Congresso a votar uma legislação menos danosa, principalmente no caso do auxílio emergencial, obrigando o governo a ceder a aceitar três parcelas de R\$ 600,00.

Posteriormente, a acentuada corrosão política e moral do governo e o medo do impeachment levaram o governo federal a ceder mais uma vez, aceitando mais duas parcelas. Esse comportamento revela apenas uma esperteza política e não uma preocupação com a economia ou com a vida das pessoas.

O Governo começou falando em apenas duas parcelas de R\$ 200,00. A necessidade e realidade se impuseram e o auxílio tornou-se, até o momento, cinco parcelas de R\$ 600,00. A distância entre estes extremos mostra que o Governo foi arrastado e teve que alterar completamente a sua posição inicial. Fica evidente que se dependêssemos dos neoliberais de plantão, as dificuldades da população na pandemia seriam ainda maiores.

O boicote permanente do governo federal ao isolamento é igualmente um fator de atraso da recuperação econômica. Ao atrapalhar a implementação da medida sanitária mais eficiente, Bolsonaro prejudicou em muito a economia brasileira, pois ampliou a dimensão e o tempo da Covid-19 no Brasil. Ao contrário dos países que fizeram um isolamento rígido, o tempo de retomada aqui será bem maior. É exatamente o contrário do discurso irresponsável e interesseiro feito pelo governo. Quanto menor for o isolamento, mais lenta e menos vigorosa será a recuperação.

A continuidade do mecanismo de transferência de renda para o rentismo, através de uma SELIC artificialmente alta (foram transferidos dois trilhões de reais de dinheiro público

em juros para essa turma nos últimos cinco anos), é uma das razões pelas quais nossas elites tendem a apostar na continuidade do neoliberalismo, mesmo que isso signifique abdicar do crescimento do país e aumentar a miséria. Não se trata apenas dos grandes bancos, mas de todos aqueles que, de uma forma ou outra, se beneficiam dos rendimentos financeiros. Vale também para as empresas que têm parte fundamental de sua lucratividade oriunda da área financeira. Vale para os detentores de riqueza sob a forma de aplicações financeiras, inclusive setores de renda média. O apoio empresarial a esse sistema muitas vezes inclui a própria indústria e o comércio, que perdem muito na sua atividade fim, devido à recessão causada pelas próprias políticas neoliberais, mas compensam isso com rendimentos financeiros.

A financeirização é a outra face do neoliberalismo. A redução das taxas de lucro reais é compensada com ganhos financeiros fictícios. São fictícios porque não decorrem de produção econômica, não refletem bens ou serviços efetivamente produzidos. Os momentos de euforia e de depressão do mercado financeiro, inclusive a Bolsa de Valores, refletem muito mais esse mundo fictício do que a economia real. Sendo assim, o risco de crises profundas estará sempre rondando o sistema e, quando essas se colocam, é o estímulo oriundo de recursos públicos que impede a quebra. Aí o dinheiro público pode ser gasto a rodo, sem que os autoproclamados defensores da responsabilidade fiscal digam uma palavra.

Não deixa de ser irônico que os que atacam o gasto público em nome da responsabilidade são os mesmos que defendem um sistema baseado em valores fictícios, sem contrapartida na economia real. A despesa pública injetada na economia, pelo contrário, produz aumento do trabalho humano e, portanto, nada tem de artificial, atende à lei do valor. A economia efetivamente cresce e existe uma renda maior a ser distribuída.

A opção do fundamentalismo neoliberal é por uma política econômica que custou mais de dois trilhões de reais de

1. O *Relatório Focus* é uma publicação divulgada semanalmente pelo Banco Central com o resumo das expectativas de mercado sobre indicadores da economia.

dinheiro de impostos, sustentando um fluxo de transferência para pagar a manutenção de um elevado estoque de poupança especulativa. Usa-se a desculpa de um risco inflacionário inexistente para beneficiar a privilegiada elite do país.

O aterrador é que, mesmo com a projeção para 2020 de uma queda na economia de 9,1% do PIB (segundo o insuspeito FMI), o fundamentalismo neoliberal prepara-se para continuar esse processo. Se confirmadas as projeções do FMI, terminaremos o ano de 2020 com a economia 12% abaixo da de 2014.

Isso significa que a renda per capita será ainda menor, em 16%, da observada em 2014. Considerando a concentração de renda sempre ascendente, os mais pobres sofrerão bem mais do que isso.

Quando a queda da economia já estava muito evidente, em junho de 2020, o BC fixou a SELIC em 2,25%. Esta taxa básica de juros é elevada e incorreta para uma economia em queda livre.

A meta de inflação é de 4%, mas ela tem um piso mínimo de 2,5%. Significa que, pelas regras do sistema de metas de inflação, o Banco Central não deve deixar que ela fique abaixo disso. Mas mesmo depois de o BC ter fixado a SELIC de junho, a expectativa do mercado financeiro (pesquisa Focus¹) era a de uma inflação abaixo do piso mínimo. Até o mercado financeiro especulativo entende que a política do BC levará a uma inflação abaixo da meta mínima, portanto descumprindo solenemente suas responsabilidades.

Sob a certeza da maior recessão da história, o Banco Central não mira sequer no centro da meta ou na meta mínima, mas abaixo disso. Quando o risco é para cima, os falcões monetários atacam com força total e destroem sem pena a sua presa, que é a economia real, o equilíbrio fiscal e o emprego e a renda dos brasileiros. Mas quando o risco (certeza, no caso atual) é para baixo, se transformam em cordatas pombas, que deixam a meta ser descumprida, sentenciando a sociedade a

pagar dezenas ou centenas de bilhões de reais de dinheiro público a mais do que a sua própria meta exigiria. Além de conduzir milhões de pessoas para a miséria.

AS CONDIÇÕES PARA A VOLTA DO DESENVOLVIMENTO

A alternativa civilizatória para o Brasil é voltarmos a ter uma política econômica que conduza ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

Ao contrário da propaganda neoliberal esse é o único caminho sustentável no tempo, pois baseado na economia real e não em uma ciranda financeira fictícia.

A crise de 1929 foi superada com a adoção do paradigma teórico keynesiano, ou seja, com o Estado assumindo o papel de indutor do crescimento.

Nada nos garante, no entanto, que os principais países do mundo seguirão o caminho da afirmação do conceito de civilização, que só será possível através da participação direta do Estado. O processo de financeirização e a adoção do neoliberalismo selvagem mundo afora são impeditivos robustos a isso. Qualquer previsão definitiva nesse momento tende a ser prematura.

No caso brasileiro, se dependermos das nossas elites e do Governo Bolsonaro e seu Ministro da Economia – um fundamentalista do rentismo –, é certo que não sairemos do fundo do poço.

Por essa razão, urge a derrubada do Governo Bolsonaro, feita com força popular capaz de desestabilizar a atual correlação de forças. A partir daí poderemos ter condições de implementar um projeto que defenda a vida e recupere a economia.

Se o garrote político e de força do rentismo financeiro puder ser neutralizado por novas condições políticas, nada impede o Brasil de retomar um caminho econômico promissor.

A Covid-19 traz mudanças estruturais importantes na economia. As relações internacionais que já estavam se movimentando tendem a dirigir-se a uma diminuição do papel dos EUA e a um aumento da influência chinesa. O espaço de cada país nas cadeias de produção internacional será disputado, o que exigirá ação estatal direta e política econômica adequada.

Devemos esperar uma redução do emprego, o aumento do uso da tecnologia e automação e o crescimento da precarização.

As mudanças no processo de produção e o crescimento do desemprego aumentarão ainda mais a desigualdade de renda. Se o Estado não intervier e compensar estes fenômenos, haverá sérios problemas de demanda e a atividade econômica será afetada por isso.

Garantir a demanda em momentos de queda econômica pronunciada é uma condição essencial para a retomada e só pode ser feita pelo Estado.

Para garantir demanda nesse momento de crise, a primeira obrigação governamental é sustentar a renda e o emprego. O auxílio emergencial de R\$ 600,00 cumpre um papel importantíssimo, mas o correto seria ampliá-lo em valor e, principalmente, no tempo. Mesmo que o governo agisse corretamente (o que não ocorrerá enquanto Bolsonaro não for deposto), a economia iria demorar a se recuperar.

O auxílio emergencial precisa durar o tempo que a emergência econômica existir, por razões humanitárias, mas também por razões econômicas. Esta injeção de recursos na economia é imprescindível. Sem ela a demanda cairia ainda mais e a recuperação demoraria muitos e muitos anos.

A segunda prioridade é garantir o emprego sem apelar para uma precarização ainda maior, como quer o Ministro Guedes. A garantia do emprego formal deveria ser dada com a proibição de demissões, acompanhada de apoio governamental para que as empresas, em especial pequenas e médias, possam honrar com compromissos oriundos de uma manutenção compulsória do emprego.

A renda e o emprego devem ser sustentados pelo governo, mesmo com custo fiscal alto. Medidas que precisam ser implementadas de forma imediata e darão condições melhores para a economia no médio e longo prazo.

Mas o governo deveria iniciar a organizar imediatamente também as medidas que têm efeito num prazo mais longo. O tamanho da recessão recomenda e permite um pacote ousado de investimentos em infraestrutura pública. Não havendo restrição decorrente de inflação, deve-se aproveitar a situação e retomar no país programas como o PAC. Algo nesse sentido foi insinuado dentro do Governo atual e fulminado pelo Ministro Guedes, o representante maior dos interesses rentistas do mercado.

Um plano de infraestrutura aos moldes do PAC diminuiria a queda de demanda e permitiria uma suavização da queda do investimento privado e prepararia o país para o futuro.

Para situações de demanda agregada deprimida, como é o caso da situação econômica hoje, Keynes chegou a falar em cavar e tapar buracos ou construir pirâmides. Não precisamos ser tão radicais. O Brasil tem um atraso histórico na sua infraestrutura e não há nenhum motivo para não enfrentá-lo neste momento. Para que isso possa ser feito quando a situação sanitária melhorar, é necessário que o planejamento seja realizado agora.

Anteriormente, já se argumentou que sob recessão severa não há motivo algum para termos taxas de juros reais elevadas ou sequer positivas. Zerar ou tornar negativa a SELIC é uma medida óbvia, que deve ser tomada imediatamente para pensarmos em construir condições de retomada econômica. Além de ter um efeito fiscal positivo, o juro básico zerado ou negativo tem efeito direto sobre a atividade econômica, principalmente no médio prazo. Tende a aumentar a quantidade de dinheiro em circulação, principalmente por obrigar o sistema financeiro a emprestar para ter rentabilidade.

É relevante que existam programas de financiamento à pequena e média empresa, que tendem a ter enormes dificuldades nessa pandemia. Se a SELIC estiver zerada, o financiamento será mais fácil. Mas, mesmo assim, caberá ao Estado intervir para que o *spread* cobrado pelo sistema financeiro não torne os juros impeditivos.

Uma taxa básica de juros zerada pode ter como efeito uma desvalorização cambial. O valor das moedas estrangeiras seria ainda mais alto em reais. Mas na ausência de pressão inflacionária isto não seria ruim, pois daria mais competitividade à indústria brasileira, num mundo em que o protecionismo tende a se acirrar.

Ao contrário do que tem feito o Governo Bolsonaro, que tem aproveitado a pandemia para “passar a boiada”, não apenas na destruição do meio ambiente, como também na legislação trabalhista e nas relações formais de trabalho, o Estado deve atuar na contenção dos processos de uberização, que transformam os trabalhadores em escravos modernos.

Essas e muitas outras iniciativas devem ser tomadas se quisermos uma saída menos traumática dessa situação. Todas elas dependem da atuação do Estado e, portanto, da orientação política que a sociedade terá no próximo período.

TEMOS COMO PAGAR?

Sim, temos como pagar. As medidas sugeridas têm custo fiscal expressivo, mas são perfeitamente viáveis. Senão, vejamos.

Toda a argumentação feita acima objetivou comprovar que a sociedade brasileira tem suportado custos fiscais trilionários com a transferência de recursos públicos para o rentismo.

Esta é a principal fonte de recursos para a retomada econômica. Estancar esta sangria financeira não causará nenhum problema econômico relevante. Se os rentistas optarem por gastar seus recursos e não mais aplicá-los em títulos, isto até seria bom para a economia.

Um exemplo numérico ajuda a compreensão. Nos doze meses anteriores a junho de 2020 (portanto já computado os primeiros meses da pandemia) o déficit primário foi expressivo, de R\$ 458,8 bilhões. Nesse período, o país pagou de juros um valor semelhante, de R\$ 359,8 bilhões. É impressionante que se entregue ao mercado especulativo um valor dessa dimensão, semelhante ao déficit da pandemia. Ora, redirecionar esses recursos (ou parte significativa deles), que hoje são doados à especulação financeira, para a recuperação econômica e para a manutenção da vida seria bem mais sensato e ajudaria, em muito, a situação fiscal.

Obviamente que a reação política a isso será relevante. Mas será que nem mesmo nesta pandemia conseguiremos diminuir a ganância dessa elite tão privilegiada?

Este é o momento para a sociedade brasileira adotar um novo caminho e deixar de ser refém da mesquinhez.

Talvez a História ainda venha a demonstrar que o golpe de 2016 teve seu impulso inicial nos protestos de 2013. Não deixa de ser instigante a coincidência temporal, e de alguns atores dessas manifestações, e a reação conservadora à tentativa da Presidenta Dilma de impor uma taxa básica de juros SELIC real em patamares civilizados. Esta tentativa ocorreu até o final do primeiro semestre de 2013. A consequência da reação conservadora nós já conhecemos: a deposição ilegal da Presidenta eleita, a manipulação jurídica que impediu eleições democráticas em 2018, ao afastar o principal candidato do campo popular, e a consequente eleição fraudulenta desse irresponsável que envergonha e destrói nosso país.

É importante compreender que tudo isso mostra apenas dificuldades políticas de vencer o rentismo, não uma inviabilidade econômica ou objetiva de qualquer ordem. Obviamente não é fácil, mas são condições subjetivas que, como tal, dependem apenas de força política e organizativa, bem como de correta definição ideológica.

Uma primeira necessidade para podermos implementar as medidas requeridas é acabar com o entulho legislativo

austericida que a especulação financeira rentista impôs ao país nos últimos anos. Ressalte-se que esse entulho só proíbe despesas primárias, como saúde, educação, segurança, assistência social e investimentos. Gastos com juros, com o consequente aumento da dívida pública, estão totalmente liberados. A prova de que é assim é que, de 2014 a 2019, a dívida pública líquida em relação ao PIB cresceu de 32,59% para 55,70% do PIB. E nesse período tudo o que se fez foi cortar despesas primárias.

Assim que começou a pandemia, foi votada no Congresso uma Emenda Constitucional que ganhou a alcunha de “Orçamento de Guerra”. Essa emenda retirou provisoriamente da legislação o entulho de comandos que impõem proibições à despesa pública primária no Brasil. Por que isso foi necessário? Porque a legislação impede o Estado de executar suas funções básicas. E quando uma pandemia obriga, mesmo os recalitrantes neoliberais, a fazer uma política de preservação da economia e da vida, isso só pode ser feito suspendendo a legislação. Fica provada sua inadequação.

O teto de gastos e o conjunto dessas leis proibitivas não atendem ao interesse do país, interessam apenas aos rentistas financeiros. Então elas precisam ser integralmente revogadas. Não se trata apenas de diminuir a radicalidade das proibições de efetivar despesa pública. Trata-se de extinguir esse entulho fiscalista, que é apenas um punhal na garganta que a especulação financeira usa para subjugar o país.

Mesmo depois do elevado déficit do primeiro semestre de 2020, as disponibilidades de caixa do governo federal eram de quase um trilhão de reais. O Tesouro dispunha de 997,4 bilhões de reais ao final de junho deste ano. O governo federal poderia simplesmente gastar esse valor (se alterado o entulho de leis fiscalistas) sem sequer buscar recursos no mercado, vendendo títulos públicos que pagassem juros. Nem mesmo aumentaria a dívida bruta (embora obviamente impactasse a dívida líquida).

Além disso, o país deveria diminuir o elevado valor da dívida (e seus juros) em operações compromissadas de 19,3% do PIB. Isto poderia ser feito se o Banco Central zerasse a SELIC e parasse de recolher, ou pelo menos diminuísse substancialmente, a montanha de dinheiro em operações compromissadas que recolhe diariamente no mercado. Maior liquidez ajudaria a economia a se recuperar, pois os bancos seriam obrigados a emprestar se quisessem ter alguma rentabilidade desse recurso. Essa é outra fonte de financiamento importante que o Brasil pode contar. A diminuição do valor das operações compromissadas teria também a vantagem de diminuir a dívida bruta.

Não é o milagre da multiplicação dos pães. Alguém vai perder e muito. Só que, como já demonstramos, esse alguém são rentistas financeiros e instituições financeiras que já têm sido privilegiados por ganhos abusivos e totalmente sem motivação econômica.

O próprio Banco Central informa que a economia de juros para uma redução da taxa básica de juros SELIC é significativa. Cada um ponto de redução da SELIC economiza R\$ 36,4 bilhões, ou 0,51% do PIB.

Além disso, a depreciação do câmbio também tem efeito favorável na diminuição da dívida pública líquida, uma vez que, graças aos governos do PT, o Brasil é credor líquido externo (temos mais reservas do que dívidas em moeda estrangeira). Chegamos até mesmo a emprestar ao FMI. Conforme cálculo do próprio Banco Central, uma depreciação de 1% na taxa de câmbio implica uma diminuição da dívida líquida de R\$ 12,1 bilhões, ou 0,17% do PIB.

Vale lembrar que o nível de reservas do país é confortável. Mesmo que o Governo Bolsonaro já as venha dilapidando desde o ano passado, as reservas deixadas pelos governos do PT foram tão elevadas que ainda permanecem em um patamar de US\$ 350 bilhões.

Todos os países do mundo tendem a ter crescimento de suas dívidas em função da pandemia. Não há motivo algum

para o Brasil, que aumentou sua dívida com uma irresponsabilidade fantástica nos últimos cinco anos, não possa fazê-lo por um motivo relevante como a recuperação da economia e a salvação da vida de muitos brasileiros.

O país transferiu dois trilhões de reais nos últimos cinco anos, enriquecendo elites já privilegiadas. Redirecionar esse fluxo desta destinação tão fútil para a preservação da vida e da economia é fiscalmente muito mais responsável.

Mas também há alternativas no espectro tributário, que podem impulsionar a arrecadação fiscal sem prejuízo à recuperação econômica. O Imposto sobre Grandes Fortunas, por exemplo, seria muito bem-vindo neste momento. A revelação de que os 42 maiores bilionários brasileiros aumentaram sua fortuna em 34 bilhões de dólares durante a pandemia (março a junho) torna essa cobrança um imperativo moral. Da mesma forma, deveríamos taxar a distribuição de lucros e dividendos, como ocorre na maioria dos países do mundo.

No mesmo sentido, considerando também a proposta de manutenção do câmbio consistentemente depreciado, seria economicamente vantajoso e tributariamente justo que houvesse tributação sobre exportação de produtos não industriais que recaísse sobre os exportadores de minérios e matérias-primas não processadas.

Portanto, existem formas tributárias de melhorar a situação fiscal sem prejudicar a economia. Da mesma forma, o redirecionamento do fluxo de juros que hoje vai para o rentismo seria uma fonte de recursos economicamente eficiente e viável. Em ambos os casos a dificuldade é só uma: a ganância das elites brasileiras.

Por fim, temos a revogação do impedimento do artigo 164 da Constituição Federal, que proíbe o Banco Central de comprar títulos do Tesouro, ou seja, proíbe o financiamento público por meio de aumento da emissão.

Esta é uma alternativa presente em várias economias em momentos como este. Embora tenda a aumentar a dívida

pública, também conduz a uma melhora na economia, impulsionando mais do que proporcionalmente a receita.

Todos os caminhos aqui apontados são economicamente viáveis. Como incidem sobre os privilegiados de hoje, os fundamentalistas neoliberais, os rentistas, as grandes fortunas e os grandes bancos fariam oposição às alternativas apontadas. Mas o estrondoso fracasso das políticas neoliberais nos últimos cinco anos e o aprofundamento da recessão já existente pela Covid-19 exigem uma reação da sociedade. No bojo desta, é possível ao Brasil alterar a correlação de forças que tantos desatinos produziu e reencontrar um caminho de desenvolvimento e soberania nacional.

ECONOMIA INTERNACIONAL EM CRISE

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

INTRODUÇÃO

A economia mundial já vinha de um quadro de desaceleração econômica quando foi surpreendida pela crise sanitária que se transformou rapidamente em uma crise de grandes proporções superando a de 2008. Ao afetar a maior parte dos países, derruba qualquer perspectiva positiva do ponto de vista econômico para o ano de 2020 e induz a uma mudança de grande impacto na macroeconomia global, evidenciando a perda de eficácia das políticas econômicas. Com isso, Bancos Centrais das principais economias intervêm para sustentar a riqueza financeira, estratégia já adotada na crise de 2008, ao mesmo tempo em que os Estados nacionais elevam seus gastos com medidas para conter a interrupção dos fluxos monetários e estimular a demanda por meio da manutenção da renda. No cenário internacional há mais incertezas do que confiança sobre a eficácia dos mecanismos de enfrentamento à crise. Não

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA é economista, doutora em Economia pela Unicamp, é professora e pesquisadora do CESIT/IEUnicamp, assessora sindical e estudiosa das relações econômicas e do trabalho, dedicando-se com ênfase no último período à crítica do desmonte dos direitos e políticas de proteção social. É membro da Coordenação Nacional da DS.

1. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/-/dcomm/documents/briefingnote/wcms_749399.pdf

2. A perda é calculada com base em uma semana de trabalho de 48 horas.

3. OIT. *Perspectivas sociais e del empleo en el mundo*. Resumen ejecutivo. Tendências, 2017. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/-/dcomm/publ/documents/publication/wcms_540901.pdf

4. As Nações Unidas preveem que a pandemia jogará cerca de 420 milhões de pessoas de volta à extrema pobreza em todo o mundo, aumentando ainda de 135 milhões para 265 milhões o total de habitantes no planeta que voltarão a sofrer períodos de fome crônica. Acessado em 02/08/2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/saida-da-crise-em-forma-k-ampliaradesigualdade.shtml>

há um modo adequado de lidar com a crise uma vez que expõe as contradições de um modo de produção e organização econômica e social que se sustenta por meio da exclusão social de milhões de pessoas que não têm acesso à saúde, condições sanitárias adequadas, trabalho e renda.

De acordo com a OIT¹ as perdas de horas de trabalho pioraram durante o primeiro semestre de 2020, refletindo a deterioração da situação, especialmente nos países em desenvolvimento. Durante o primeiro trimestre do ano, cerca de 5,4% de horas trabalhadas, equivalente a 155 milhões de empregos em tempo integral, foram perdidos. Estima-se que as perdas de horas de trabalho no segundo trimestre de 2020, em relação ao último trimestre de 2019, atinjam 14,0% no mundo todo (equivalente a 400 milhões de empregos em período integral), com a maior redução (18,3%) ocorrendo nas Américas². E sua trajetória futura permanece incerta. Para que se possa medir a dimensão desse momento, vale lembrar que em 2017 o desemprego acumulado no mundo chegou a 201 milhões de pessoas, 30 milhões a mais do que em 2008³.

O impacto sobre o trabalho atingiu, sobretudo, os mais desfavorecidos e vulneráveis. A economia informal é responsável por 60% dos trabalhos no mundo, ou seja, 1,6 bilhão de pessoas sinalizando para o aumento da pobreza e da extrema pobreza⁴. Seus efeitos também são diferenciados para os sexos. Se estabeleceu uma clivagem entre os que têm seus rendimentos assegurados e a proteção à vida e os precisam seguir trabalhando e colocando em risco a sua existência. Em contraste com as crises anteriores, o emprego das mulheres corre maior risco do que o dos homens, principalmente devido ao impacto da desaceleração no setor de serviços. Ao mesmo tempo, as mulheres representam uma grande proporção de pessoas em ocupações na linha de frente, especialmente nos setores de saúde e assistência social. Além disso, o aumento da carga de cuidados não remunerados, efeito da crise, recai sobre as mulheres.

As crises, ao longo do capitalismo, foram analisadas por diferentes autores que buscam interpretá-las como manifestação das tendências na própria lógica da dinâmica econômica e, mais do que procurar identificar uma única explicação, trata-se de estudar, em cada circunstância da crise concreta, como nas contradições internas a lei de acumulação rompeu com o regime de acumulação anterior. Se, em 2008, foi a esfera financeira que contaminou a esfera produtiva, agora, ao contrário, a atividade produtiva parcialmente paralisada atinge as finanças.

As crises do capitalismo contemporâneo mais relevantes foram a de 1929 (grande depressão), a dos anos de 1970 (desregulamentação do sistema financeiro e a crise do petróleo), a crise de 2008 (crise financeira) e a de 2020 (crise sanitária). A flutuação do mercado financeiro segue uma dinâmica própria (a exemplo da crise de 1929 e de 2008), tanto nos períodos de expansão da bolha, quanto de contração posterior. As crises financeiras podem antecipar uma queda da economia real, acompanhá-la ou ser o resultado dela, porém, em nenhum momento constitui uma manifestação isolada; forma parte de processos mais profundos de curto e longo prazo. A separação entre as finanças e a economia real nas últimas cinco décadas e a hegemonia desta sobre aquela evidenciaram a necessidade de novas abordagens sobre as causas das crises. Marx e Keynes, a partir de suas perspectivas, já alertavam para as possibilidades de dissociação entre o setor produtivo e financeiro⁵.

O COLAPSO DO CAPITALISMO FINANCEIRO

Sob qualquer perspectiva em que se analise a crise, ela necessariamente aponta para as fragilidades do modelo de desenvolvimento civilizatório no mundo. A subordinação crescente do capital produtivo à lógica das finanças é uma das características distintivas do capitalismo desse último século.

5. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000100002&script=sci_arttext

6. "A 'nova' fase do neoliberalismo". Publicado em 2019. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>

Sem fronteiras, ele arrasta os Estados nacionais para uma intrincada teia de relações de poder e dominação, esvaziando o papel dos Estados e fragilizando ainda mais as políticas de proteção social e de direitos. Para Dardot e Laval⁶, os mercados financeiros impõem regras financeiras e políticas que entram em contradição direta com o financiamento dos serviços públicos. São os imperativos dos mercados financeiros que remodelam as instituições.

Os países desenvolvidos atravessaram um longo período de dinamismo econômico e social no pós-guerra. Esse modelo estava pautado por uma forte articulação entre políticas de Estado e modelo de produção. Dessa forma, a produção em massa típica dessa etapa do capitalismo se apoiava em um mercado de consumo forte e uma classe trabalhadora estruturada e organizada do ponto de vista sindical, com isso os índices de desemprego eram baixos e a desigualdade diminuiu em toda a Europa.

Uma conjunção de fatores contribuiu para o esgotamento desse longo ciclo de crescimento virtuoso. A queda das taxas de lucro e as ameaças à hegemonia do dólar, associadas à crescente participação dos circuitos financeiros, estão na origem da crise de rentabilidade dos anos de 1970. Dessa forma, a articulação entre o sistema financeiro e produtivo direcionou os novos investimentos produtivos e tecnológicos, aprofundando com isso a divisão internacional do trabalho. Os países desenvolvidos se especializaram cada vez mais no desenvolvimento de novas tecnologias, limitando os países menos desenvolvidos a condição de exportadores de matérias-primas ou produtores de bens de baixo valor agregado; essa dependência se reflete na crise atual que acirrou a competitividade internacional e revelou as fragilidades do livre mercado.

Por outro lado, a gestão do processo de produção se concentrou nas mãos de grandes grupos econômicos e a disputa dos países periféricos por recursos se acirrou em um contexto de grande concorrência internacional. Com isso, as eco-

nomias locais foram submetidas às diretrizes mundiais de gestão, à reorganização da produção e à redução de custos, que se intensificaram como condição essencial para alcançar maiores níveis de competitividade em um cenário de grandes instabilidades.

Ainda que as políticas de austeridade, implementadas após a crise de 2008, tenham evidenciado seu fracasso, elas continuam sendo impostas com o argumento de que é a única solução para assegurar a recuperação econômica. No terceiro trimestre de 2012, considerado chave na aplicação das políticas de austeridade, a dívida pública em relação ao PIB na zona do euro era de 90%; comparada com o mesmo período de 2011, ela subiu aproximadamente 5%. Na Espanha, o desemprego chegou a mais de 40% entre os jovens e a mais de 23% na força de trabalho total, com redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, assalariados de todos os setores, especialmente para os pequenos negócios⁷. Em 2011 a Comissão europeia cortou quase 80% da ajuda alimentar para os pobres, reduzindo o programa de ajuda alimentar de 500 milhões de euros para 113 milhões de euros⁸.

De acordo com Blyth⁹ (2017), na zona do euro as dívidas do governo cresceram sob austeridade, e não ao contrário, à medida que os países viram seu PIB cair em proporção maior aos cortes nos gastos, de tal maneira que suas dívidas aumentaram ao invés de diminuir, portanto, o que está por de trás é uma crise bancária e não uma crise de gastos públicos.

Por outro lado, segundo o Instituto de Finanças Internacionais - IIF¹⁰ a dívida global, no primeiro trimestre de 2020, atingiu o equivalente a 331% do PIB global – ou US\$ 258 trilhões. Já no quarto trimestre de 2019, a dívida global equivale a 320% do PIB mundial. A emissão bruta de dívida pública elevou-se a um nível recorde de US\$ 2,1 trilhões em fevereiro de 2020, enquanto entre 2017-2019 havia sido de US\$ 0,9 trilhões¹¹. Os principais beneficiários da dívida pública são os bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão e investidores.

7. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Sobre-a-austeridade-Na-Europa/7/32670>

8. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2575:catid=28&Itemid=23

9. Mark Blyth. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

10. Disponível em <https://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/07/2020/divida-global-atingiu-331-do-pib-no-1-tri-diz-iif>

11. François Chesnais. "A l'encontre", 12-4-2020. Disponível em <http://alencontre.org/>

12. Jürgen Habermas. *Diagnósticos do tempo. Seis ensaios*. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2005.

13. Cédric Durand. "Fictitious Capital: How finance is appropriating our future", 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316857924_Fictitious_Capital_How_Finance_Is_Appropriating_Our_Future

14. Para Durand, a oligarquia social do século XVII, de Veneza, Gênova e Amsterdã, retira-se do comércio ativo e volta-se para uma sociedade de investidores rentistas.

Em sua análise, Habermas¹² antevê os dilemas que já estavam postos para os estados nacionais que, desde os anos de 1980, vêm se transformando em instrumento das grandes corporações, cada vez mais endividados e reféns das pressões das instituições financeiras, FMI e Banco Mundial com suas armadilhas de ajuste fiscal, as economias mundiais se defrontam com as pressões de um capitalismo cada vez mais hegemônico pelos interesses das finanças e distante de seus reais propósitos que deve ser o de garantir o bem-estar-social.

Para Durand¹³, a financeirização, a desindustrialização e a polarização social seguem a mesma direção desde o século XVII¹⁴; no entanto, três aspectos se destacam nessa última etapa de globalização e neoliberalismo: o aumento do endividamento das principais economias desenvolvidas desde os anos de 1980, a ampliação da participação dos lucros financeiros sobre os lucros totais e o crescimento das desigualdades. Neste contexto, há um aumento da renda associada à propriedade do capital ao mesmo tempo em que há um declínio do padrão industrial. Ainda, segundo o autor, a crise de 2007/2008 mostra que políticas de austeridade, reformas estruturais são a prioridade para assegurar a estabilização financeira e, desta forma, garantir que sejam as necessidades do capital e não a das pessoas que prevaleçam. O que reforça a desconexão entre o esgotamento da dinâmica produtiva, as necessidades do capital e as aspirações populares.

O que se impõe é uma riqueza construída com base na especulação financeira e no endividamento dos Estados nacionais. E a sua contradição reside justamente no risco que o excesso de endividamento pode representar para os portadores de papéis; ao mesmo tempo em que o risco aumenta o prêmio, também pode sinalizar falta de controle e calote e daí advêm as pressões permanentes pela redução da estrutura do Estado e a redefinição do seu papel não mais como impulsor do desenvolvimento econômico, mas como facilitador dos negócios privados. Trata-se de um círculo vicioso em que

o risco alimenta a especulação e justifica as elevadas taxas de juros que, ao final, produzem déficits gigantescos pelo volume que representam.

No Brasil os títulos da dívida pública são remunerados seguindo a mesma lógica, juros elevados para compensar o risco de um calote mesmo quando a dívida líquida do setor público se encontrava nos menores patamares. O pagamento dos juros da dívida é o principal mecanismo de transferência de recursos públicos para o rentismo. Entre abril de 2013 e julho de 2015 a taxa Selic subiu de 7,25% para 14,25%¹⁵.

Por outro lado, a livre circulação mundial do capital financeiro (globalização financeira), com o único objetivo da valorização patrimonial, tornou-se de tal maneira predominante e hegemônica nas últimas décadas que perdeu a nacionalidade e passou a se movimentar para países centrais ou periféricos, desde que estivesse garantida maior rentabilidade. Embora tenha havido alguns esforços para exercer um controle mais rígido sobre o capital financeiro, eles não foram suficientes para romper com o entrelaçamento com as demais esferas da economia.

A desregulamentação acelerada que se seguiu aos anos de 1980, acompanhada de inovações financeiras, estimulou poderosos benefícios financeiros que conduziam a crises. Conforme Durand¹⁶, os governos respondiam com resgates que permitiam novas expansões. Com o tempo os mercados financeiros cresceram cada vez mais em relação à economia não financeira. O capital fictício assumiu um lugar central no processo geral de acumulação de capital e se apresenta por meio das dívidas, ações e um número incontável de produtos financeiros cujo peso em nossas economias é cada vez maior e representa um direito sobre riquezas que ainda sequer foram produzidas.

Reflexo desse processo, que se acentuou a partir da crise de 2008, é a ampliação da pobreza e da desigualdade em 26 países de economia avançada, cuja renda média caiu 2,4%

15. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/540164/RAF15_ABR2018_Divida.pdf

16. Cédric Durand. "Fictitious Capital: How finance is appropriating our future", 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316857924_Fictitious_Capital_How_Finance_Is_Appropriating_Our_Future

17. OECD. <https://www.oecd.org/g20/topics/employment-and-social-policy/The-Labour-Share-in-G20-Economies.pdf>

18. François Chesnais. "A l'encontre", 12-4-2020; <http://alencontre.org/>

19. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/economia-global-vive-estagnacao-na-produtividade-dez-anos-apos-a-crise-diz-relatorio.shtml>

entre 2008 e 2013. O relatório da OCDE de 2014¹⁷ indicava que o aumento persistente do desemprego em muitos dos países da OCDE tem exercido uma pressão considerável para a queda do crescimento do salário real e com isso tem ajudado a frear os custos unitários do trabalho e, por consequência, promove a competitividade externa em alguns países, em particular na zona do euro. O baixo salário é tratado como uma oportunidade de viabilizar a melhor estratégia para fomentar a disputa de mercados.

AS POLÍTICAS DE ESTADO FRENTE ÀS INCERTEZAS DE CRISE SANITÁRIA

Ao final de 2019, as economias avançadas ainda não tinham produzido uma saída para a crise de 2007/2008 e, muito menos, uma retomada do processo de acumulação. As perspectivas de crescimento para a OCDE em 2020 eram de 2,9%. Portanto, a crise da economia mundial começa antes da pandemia. Conforme Chesnais¹⁸, entre as causas está a perda de eficácia dos instrumentos monetários, perda de efetividade da intervenção dos Bancos Centrais, elevado nível da dívida pública e a incapacidade da própria burguesia capitalista, além da estagnação da atividade produtiva e da produtividade. A produtividade, aliás, está estagnada desde a crise de 2008¹⁹.

A crise sanitária forçou os países a adotar medidas sensíveis à ampliação dos gastos governamentais e na contramão das políticas liberalizantes e de austeridade fiscal que vinham sendo implementadas em várias economias. Para garantir os fluxos monetários entre os agentes econômicos e famílias e assegurar renda, foram injetados milhões de euros pelos países da União Europeia. Ações coordenadas foram adotadas com o objetivo combater a pandemia e suas consequências. As medidas foram direcionadas a ações de cooperação para a saída da crise; a manutenção do trabalho e renda; as formas de finan-

ciamento da retomada e junto aos setores estratégicos para a economia pós-coronavírus²⁰.

Os países desenvolvidos agiram rapidamente por meio de um pacote de medidas com objetivo de controlar os efeitos sobre a economia. Na Alemanha, o governo aprovou, no final de março, um plano de recuperação econômica no valor de 750 bilhões de euros para complementar o salário de trabalhadores com jornada reduzida, para o auxílio aos trabalhadores autônomos e microempresários e para a criação de um fundo para a concessão de crédito ou aquisição de empresas em dificuldades²¹. Na França, no plano aprovado em meados de abril no valor de 110 bilhões de euros, 45 bilhões foram destinados a empresas e desempregados, além da liberação de 300 bilhões de euros para serem utilizados como garantia, por parte do Estado, aos empréstimos bancários realizados às empresas²². Em julho de 2020, a União Europeia aprovou um plano orçamentário inédito formado por um fundo de reativação para aliviar os danos econômicos no valor de 750 bilhões de euros, um marco financeiro de 1,0 trilhão de euros para o período de 2021-2027 e 540 bilhões de euros para sistemas de regulação de emprego, gasto sanitário e avais a empresas. Esse montante equivale a 17% da renda nacional bruta da União Europeia.

No Brasil, as respostas por parte do governo foram lentas e para lá de insuficientes. A medida de maior impacto é o auxílio financeiro emergencial (R\$ 600,00 por 5 meses) para as pessoas desempregadas, em trabalhos por conta própria, informais e as pessoas beneficiárias do bolsa família. O valor estimado para este programa é de R\$ 254 bilhões. Do total de R\$ 509,6 bilhões previstos para o combate à Covid-19 foram gastos, até 30 de julho de 2020, 56%.

A crise sanitária também expôs as fragilidades das cadeias globais de produção. Desde 2007 que os fluxos internacionais vinham sofrendo com o impacto da crise financeira. A participação das cadeias globais nos fluxos internacionais respondem por cerca de 50%²³.

20. Disponível em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2020-0054_PT.html

21. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/19/veja-medidas-economicas-adotadas-pelos-paises-para-socorrer-populacao-e-empresas.ghtml>

22. Disponível em <https://www.proskauer.com/alert/the-french-government-response-to-the-covid-19-highlights-of-measures-taken>

23. Dados do Banco Mundial divulgados pelo IEDI. Disponível em https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_980.html

24. Disponível em <https://nacoesunidas.org/covid-19-reduzira-producao-economica-global-em-us85-trilhoes-nos-proximos-dois-anos/>

25. Michel Husson, membro do conselho Científico da ATTAC, em artigo publicado por *Alternativas* em 30/03/2020.

26. Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial do FMI (de outubro de 2019). Este relatório concentrou-se nos riscos representados pelas baixas taxas de juros, e dois de seus principais autores, Tobias Adrian e Fabio Natalucci, resumiram as principais mensagens em um post de blog. Eles insistem no superendividamento das empresas: "A dívida das empresas cujos lucros não são capazes de cobrir os juros pode aumentar para (...) cerca 40% da dívida total das empresas nos países estudados".

De acordo com as Nações Unidas²⁴, a economia global deverá perder 8,5 trilhões de dólares de produção nos próximos dois anos. O crescimento global é projetado em (-4,9%) para 2020. A pandemia da Covid-19 teve um impacto mais negativo na atividade no primeiro semestre de 2020 do que o previsto, e a recuperação é estimada para ser mais gradual do que o sinalizado anteriormente. O impacto adverso nas famílias de baixa renda é particularmente agudo. Contudo, há um grau de incerteza acima do normal em torno dessas previsões.

AS POSSIBILIDADES DIANTE DA CRISE

A crise sanitária está causando a queda da produção, o desemprego, a desigualdade de renda e o aumento da pobreza. As fronteiras entre o mercado e o Estado serão alteradas? Para Husson²⁵, o espaço entre o privado e o público, entre bens e bens comuns, dependerá da evolução da política após essa tragédia.

Todas as medidas adotadas desde 2008 tiveram como principal objetivo o retorno aos patamares de antes da crise. Todas as políticas implementadas desde então tinham o propósito de retomar a "normalidade" por meio da preservação do valor dos títulos financeiros. Não se criou nenhum mecanismo de regulação no qual se estabelecessem limites à sua livre circulação. Para Husson, o esgotamento dos ganhos de produtividade condenou o capitalismo a um funcionamento patológico voltado a capturar o máximo de valor. Desde a crise de 2008, tudo foi feito para que nada mudasse. Previsões de explosão de uma bolha já eram previstas. As baixas taxas de juros alimentavam o endividamento das empresas²⁶. A comissão Europeia avalia o declínio do PIB da área do euro em 7,2% em 2020 e crescimento de 6,7% para 2021. Trata-se de números que estão sendo revistos continuamente uma vez que a zona do euro registrou queda de 12,1% do PIB no 2º trimestre de 2020. Para União Europeia como um todo, o

PIB caiu 11,9% no 2º trimestre.²⁷ Para Husson, trata-se da difícil arte de prever o imprevisível.

A crise explodiu os modelos usados para fazer previsões. O consumo das famílias é um componente essencial da demanda agregada e, provavelmente, vários tipos de comportamento coexistirão. Dessa forma, as decisões de lazer, viagens e férias irão depender do controle da pandemia. As previsões não se aplicam pelo caráter da crise.

Enquanto isso, as ações de grandes corporações mundiais da área de tecnologia disparam, beneficiadas com resultados trimestrais positivos, arrecadando US\$ 28 bilhões em lucros, são elas: Amazon, Apple, Facebook, mesmo com o crescimento econômico geral dos EUA caindo 32,9%²⁸.

Por outro lado, a retração no comércio internacional se soma às cadeias de produção deslocadas; e de maneira não proporcional. Alguns fornecedores e subcontratados terão seus negócios reduzidos ou encerrados. A incompatibilidade de tempos também é uma incompatibilidade de espaços, com áreas da economia mundial afetadas desigualmente. Por exemplo, a desaceleração nos países emergentes, penalizada pelas saídas de capital e pela queda nos preços das commodities, contribuirá para a retração da economia mundial. As multinacionais procurarão redistribuir suas fontes de suprimento.

Para Dardot e Laval²⁹, o neoliberalismo só se sustenta e se fortalece porque se nutre das crises econômicas e sociais que gera desde os anos de 1970. Aprofunda as medidas de austeridade indefinidamente e, quanto mais ineficazes elas se apresentam, precisam ser intensificadas ainda mais, se reforçando pela hostilidade política e, com isso, esvazia o conteúdo dos serviços públicos e despreza seus efeitos destrutivos na condição de vida das pessoas.

Para Stiglitz³⁰ a maneira mais eficaz de enfrentar o poder de mercado é aprimorar os sistemas de regulação e ampliar o investimento público em educação, infraestrutura e tecnologia, ao mesmo tempo em que é necessário mais ação coletiva.³¹

27. Disponível em https://www.lemonde.fr/economie/article/2020/07/31/le-pib-espagnol-plongee-de-18-5_6047794_3234.html

28. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Clipping-Internacional/Clipping-Internacional-31-07-2020/44/48302>

29. "A 'nova' fase do neoliberalismo". Publicado em 2019. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>

30. tiglitz é considerado um economista nekeynesiano; tem-se dedicado a analisar o desenvolvimento econômico no mundo e seus estudos contribuíram para o surgimento de uma corrente que se denomina "novos desenvolvimentistas".

31. Disponível em <https://www.brasil247.com/ideias/joseph-stiglitz-em-todas-as-dimensoes-o-neoliberalismo-foi-um-fracasso-incontestavel>

32. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/04/06/fiscal-monitor-april-2020#Chapter%201>

33. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597701-neoliberalismo-contaminado-artigo-de-michel-husson>

A crise, ao elevar a necessidade de ação fiscal a um nível sem precedentes, recupera o debate sobre o papel do Estado na economia. No entanto, as instituições internacionais, ao mesmo tempo em que reconhecem a necessidade de medidas de apoio, insistem nas condicionalidades e os países terão que implementar reformas estruturais para encurtar o tempo necessário para a retomada³². Para Husson³³, será difícil para o sistema econômico retornar ao seu funcionamento anterior à crise. As cadeias globais de valor estão desorganizadas, empresas falidas, difícil gestão na área de saúde, o que sinaliza para uma reorientação do sistema e alguns já estão preparando o próximo passo, mas certamente não será mais Estado. Por outro lado, as crises podem se transformar em um vetor de profundas transformações estruturais frente a um projeto político que seja capaz de atrair e integrar todos os setores da sociedade sensíveis a uma perspectiva transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise generalizada nos coloca em cenários diferentes e muito mais incertos do que as crises anteriores. Enfrentamos choques de oferta e demanda em que as incertezas irão ditar o tempo econômico de cada setor com diferentes níveis de recuperação. Se por um lado, os grandes grupos econômicos favorecidos pela ampliação da liquidez do mercado financeiro e pelas isenções fiscais asseguram uma saída estável da crise com o apoio do estado neoliberal, a classe trabalhadora e os pequenos negócios não estão tendo o mesmo destino e o cenário é de aumento da pobreza e das desigualdades, especialmente entre as economias menos desenvolvidas e com forte presença de um estado neoliberal. Já indicando que as medidas para o período pós pandemia é de mais austeridade e retirada direitos, a exemplo dos recentes anúncios do Ministério da Economia em relação área do trabalho.

O capitalismo historicamente sempre lidou com diferentes estratégias para a saída das crises: em 1929 com a

ampliação do Estado, em 1970 com a desregulamentação do sistema financeiro e dos mercados, em 2008 com o aprofundamento da agenda neoliberal. Contudo, a crise atual apresenta um componente novo que é a **preservação da vida**, evidenciando a importância do Estado na garantia de políticas públicas essenciais, especialmente na área de saúde, mas também nas políticas de preservação do emprego e da renda.

Abre-se um momento histórico em que as respostas à saída da crise estão na construção de uma força social do lado da classe trabalhadora, das organizações sociais e populares, forjando a capacidade de resistir aos desmontes dos direitos, conformando um campo de resistência e de luta cuja centralidade esteja na preservação da vida, no trabalho e na renda.

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: EMERGÊNCIA, RISCOS E ESPERANÇAS

MARGARIDA SALOMÃO

Sem esperança, não surge o inesperado.

Murilo Mendes, *Texto Dêlfico*, 1972

É banalidade reconhecer que a pandemia da Covid-19 provocou tais alterações pelo planeta que hoje ninguém sabe dizer ao certo o que virá a ser o “novo normal”. A questão é que ele já está sendo gestado (ainda que sem alarde) e sua interrupção não se dará via parto sem dor.

Como caberá sempre à esquerda escrever a *História do Futuro* (tomando emprestada ao Padre Antônio Vieira essa bela expressão), é nossa tarefa nos prepararmos para disputar o mundo novo que está emergindo e que pode (ou não) ser mais admirável...

Assediados pela tragédia sanitária no Brasil (o número avassalador dos óbitos e das contaminações, potencializado pela inépcia, pela omissão, pela indiferença genocida do governo Bolsonaro), temos dificuldade em priorizar para o debate uma das áreas mais afetadas pelo advento da pandemia – o vasto universo da educação.

MARGARIDA SALOMÃO é deputada federal (PT/MG), titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Inovação na Câmara Federal. Linguista e professora universitária, foi reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e é pré-candidata a prefeita pelo PT na cidade.

E, no entanto, a desorganização da educação assoma como elemento central quando refletimos sobre a vida cotidiana: os efeitos na formação de crianças e jovens, os reflexos no cenário familiar, no trabalho, especialmente no trabalho das mulheres, seu desdobramento segundo as dimensões de classe e raça, o impacto sobre uma população de quase 60 milhões de estudantes e, pelo menos, mais 5,5 milhões de trabalhadoras e trabalhadores, envolvendo, numa conta para baixo, um terço da população brasileira. Sim, é esse o tamanho do problema!

Em termos mundiais, os números são também muito impressionantes: dados da UNESCO apontam que a pandemia afetou, com a suspensão das atividades escolares, 91% da população estudantil do mundo, um montante de 1,5 bilhão de pessoas.

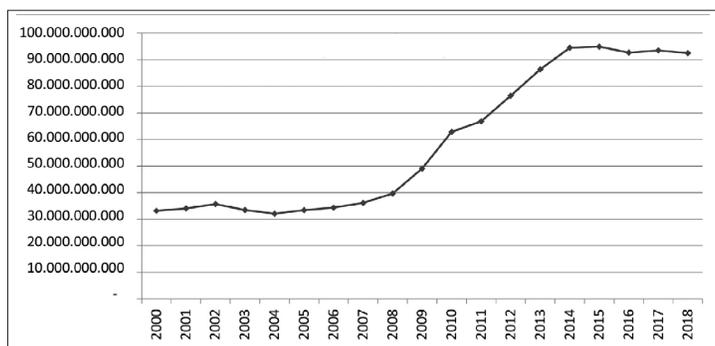
Uma análise relevante da nova conjuntura terá obrigatoriamente que considerar as consequências que advirão da pandemia para a reestruturação dos espaços de aprendizagem assim como do trabalho pedagógico, as novas relações de convivência, além dos velhos problemas de sempre: que competências certificar e como fazê-lo, como dispor sobre tempos e currículos, como avaliar o impacto da pandemia na formação dessa multidão de crianças e jovens sem escola, como reengajar os estudantes em seus cursos, como assegurar sua permanência na escola...

Nesse quadro, como fica a educação? Essa é uma pergunta formulada, cada vez com mais aflição, por famílias, governos, educadoras e educadores, eventualmente até mesmo pelos alunos... que vivenciam uma experiência diferente desde que o ano escolar não começou neste ano civil de 2020.

A educação brasileira, uma construção social tardia para o padrão das sociedades ocidentais, inclusive latino-americanas, conheceu nas duas primeiras décadas do século XXI uma expansão quantitativa e qualitativa sem precedentes na história do país.

Pista inegável desse movimento está expresso no forte crescimento dos recursos orçamentários destinados à educação entre 2003 e 2015, segundo dados do Tesouro Nacional, apresentados pelo Professor Nelson Amaral em audiência pública da CCTCI da Câmara dos Deputados.

Gráfico 1: Função Educação



Fonte: STN: Despesas por Função 2000-2018 e cálculos deste estudo

Essa evolução expressiva alcançou todos os níveis da educação brasileira, desde avanços na merenda e no transporte escolar, passando pela criação do FUNDEB, por cuja constitucionalização e ampliação nesse momento lutamos, até uma espetacular transformação do ensino superior: 18 novas universidades e 173 campi universitários por todo o Brasil. Também foram implantados 360 novas unidades de Institutos Federais pelo país. Esse esforço levou a uma duplicação do número de alunos no sistema público federal da educação superior já em 2014.

Tal mudança não foi apenas quantitativa; na verdade, alterou a educação superior em sua qualidade ao interiorizá-la e democratizá-la pelo sistema de cotas sociais e raciais: hoje 71% do alunado da educação superior pública procede de famílias com renda inferior a 1,5 SM e 51% dos estudantes se identificam como negras e negros, numa experiência sem precedentes de diversificação do topo da sociedade brasileira, para usarmos a precisa descrição da Professora Maria Carlotto, da UFABC.

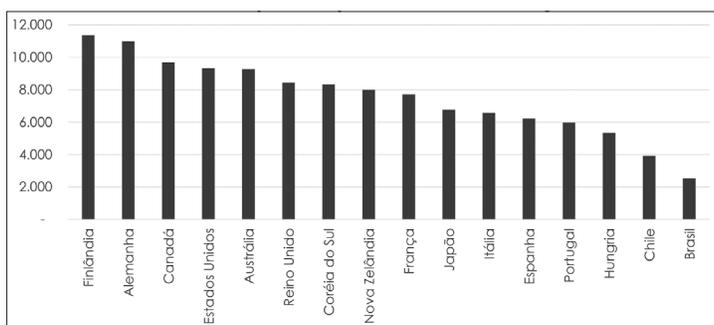
É fato que nesse processo a vergonhosa desigualdade social do Brasil cobra seu preço (segundo a ONU, éramos em 2015 o 10º país mais desigual do mundo). Como observei em outro trabalho meu, publicado esse ano na revista Teoria e Debate, as avaliações censitárias mostram que “*dentro da rede pública, 98% dos estudantes com nível socioeconômico mais alto têm um desempenho adequado de leitura, situação que só é apresentada por 45,4% dos estudantes com o nível socioeconômico mais baixo. O quadro é ainda muito pior com relação ao conhecimento de matemática: 85,9 e 14,3% respectivamente, conforme o nível socioeconômico.*”

Está óbvio que esses resultados que colonizam o debate sobre a **qualidade da educação pública brasileira** precisam ser revistos à outra luz. Parafraseando o famoso *É a economia, estúpido!*, de Larry Summers, aqui precisamos dizer *É a desigualdade, estúpido!*

Essa invectiva é imprescindível frente à recente cantilena da direita brasileira (desde as sumidades do Partido Novo até o movimento *Todos pela Educação*), segundo os quais no Brasil gasta-se demais com educação para a obtenção de resultados pífios. Nada mais equivocado. Em primeiro lugar, embora o Brasil tenha chegado a gastar 6,5% do PIB com educação nos anos de ouro, antes do advento da nefasta Emenda Constitucional 95, o gasto orçamentário por aluno é inferior ao de todos os países da OCDE. Assim como o é a remuneração dos profissionais da educação.

O Gráfico 2 também apresentado pelo Professor Nelson Amaral, na sua exposição já referida (na CCTI da Câmara dos Deputados), ranqueia o gasto por aluno, aplicado por diversos países, segundo (insuspeitos) dados da CIA.

Os preclaros advogados da tese segundo a qual “não faltam recursos, falta gestão” desconsideram, além da desigualdade social, a gritante diferença entre o investimento da Finlândia (notória campeã do PISA) e o investimento do Brasil (cerca de 5 vezes menor). E isso dentro de um quadro históri-

Gráfico 2: Valor aplicado por habitante - Educação

Fonte: CIA: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> e cálculos deste estudo

co no qual, por quase quatro séculos, prevaleceu a ordem colonial e a escravidão, e do qual o racismo e o viralatismo são o legado mais triste. Nenhum desses elementos contribui para que disponhamos de uma “educação de qualidade”.

É errada a análise da direita; errada e perversa por ter como fito a desconstrução do caráter público e laico da oferta da educação no Brasil.

Esse erro, entretanto, não minimiza os problemas reais que temos a enfrentar – e que vão desde a oferta de educação infantil pelo menos nas proporções previstas pelo Plano Nacional de Educação até uma reforma real do ensino médio, que eleve o percentual de concluintes além dos 55% que contabilizamos hoje. E isso para ficarmos em apenas duas fragilidades inegáveis do quadro educacional brasileiro.

Não deixa de ser irônico, tanto quanto é revelador, que, tendo construído um sistema nacional de pós-graduação à altura da competição internacional, não tenhamos ainda creche nem para a metade das crianças brasileiras de 0 a três anos... E que o intervalo da diferença entre o acesso à creche entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres tenha crescido 7 pontos nos três últimos anos!

A evolução da educação brasileira conquistada nos governos Lula e Dilma, com o seu elenco de avanços e insuficiências, passou a ser gravemente ameaçada no período subsequente.

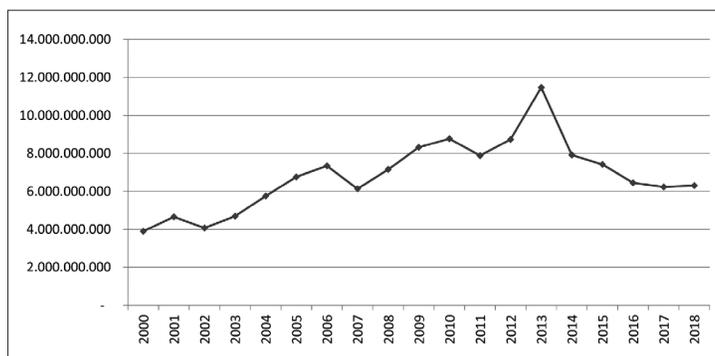
O programa *Ponte para o Futuro*, a radicalização neoliberal que golpeou a presidência Dilma e encerrou a pactuação da Nova República, teve o seu fiscalismo abraçado e aprofundado pela dupla Bolsonaro/Guedes.

Com isso, adeus Plano Nacional de Educação, aprovado há seis anos atrás pela unanimidade do Congresso Nacional. A Emenda Constitucional do Teto de Gastos inviabiliza diretamente que consigamos em 2024 elevar para 10% do PIB o gasto nacional com educação.

Adeus, PRONATEC e a tentativa de oferecer formação técnica à juventude pré-universitária. Adeus, consolidação do REUNI: a quantidade de obras inacabadas nos campi de Universidades e Institutos Federais testemunha o abandono da política de democratização e interiorização da educação superior.

Adeus, também, todo o esforço de robustecer a ciência e tecnologia nacional. O quadro abaixo, também do Professor Nelson Amaral, ilustra esse percurso acidentado; se atualizássemos o gráfico, nos depararíamos com realidade ainda pior: pelos dados da LOA de 2020, retroagimos nosso investimento em C&T&I ao nível do Orçamento de 2003.

Gráfico 2: Função - Ciência e tecnologia



Fonte: STN: Despesas por Função 2000-2018 e cálculos deste estudo

As restrições a que aludimos são ainda mais angustiantes considerando que graduamos quase 22,9 mil doutores em

2018 (eram 7,7 mil em 2003; dados do INEP) e, nas presentes condições, não teremos como aproveitá-los. Levantamentos recentes apontam para uma taxa de desemprego de 25% entre os doutores e de 35% entre os mestres recentemente titulados. E isso, antes da pandemia, na época em que a desocupação de doutores nos Estados Unidos estava em 2%.

Os estudos das economias desenvolvidas demonstram a necessidade de duplicarmos o número dos doutores de que dispomos, tanto para completar o ciclo de expansão qualificada da nossa educação superior como para assegurar soberania numa economia estruturada pela mercantilização do conhecimento.

Dados oferecidos pela publicação *Education at a Glance*, edição de 2019, mostram que, entre 35 países comparados (da OCDE), o Brasil é o que apresenta o quarto menor percentual de doutores na faixa populacional entre 25 e 64 anos. A rigor, deveríamos estar graduando anualmente 30 mil doutores, meta inteiramente compatível com os 60 mil mestres que formamos por ano.

O arrocho fiscal que oprime o país compromete o seu florescimento em todas as vertentes. E um destes rebatimentos mais perversos é o desperdício de toda uma geração de jovens pesquisadores.

No lugar disso, o que nos oferece o governo Bolsonaro? Uma parada de horrores! Sem mirar estrategicamente o panorama da educação brasileira (e abordar suas fragilidades – as carências de vagas de creche e de educação infantil, o problema da retenção na educação fundamental, o abandono do ensino médio pelos jovens, a necessidade de protagonismo das Universidades no parque tecnológico nacional), o Ministério da Educação foi escalado para a posição mais ofensiva na guerra cultural contra a democracia.

Uma sucessão de ministros da educação completamente ineptos turbinou várias idiotices, todas elas muito nefastas: ao invés de tentar alcançar as metas do Plano Nacional de Educação, perdemos tempo enfrentando “achismos” sobre

alfabetização, a proposta de militarização das escolas (para resolver problemas de indisciplina), as denúncias de proselitismo esquerdista nos livros didáticos (que divulgavam até mesmo a “ideologia de gênero”...), a suposta partidarização das escolas, a balbúrdia nas universidades!

E isso ainda sem falar na hostilidade à constitucionalização do FUNDEB, na relutância em adiar o ENEM, nas intervenções desorganizadoras da CAPES, entre tantas bobagens. Uma política de destruição e atraso. Uma tragédia, é o menos que se pode dizer.

Pois é a esse MEC, desnorteado e inepto, que caberia coordenar o esforço nacional para enfrentar os efeitos da pandemia no universo da educação! Estamos mal.

Há uma pauta emergencial, que, com governo ou desgoverno, não podemos deixar de reconhecer e que, proposta pela comunidade educacional, tem sido encaminhada pelo Congresso Nacional na ingrata tarefa de suprir as lacunas do executivo.

Dois objetivos devem presidir à adoção dessas providências: em primeiro lugar, a **segurança sanitária** de alunos, educadores, suas famílias; em segundo lugar, a garantia de que **as medidas educacionais na pandemia não venham a aprofundar a desigualdade social no país.**

É uma forte convicção da população brasileira que a educação é passaporte necessário para a mobilidade social, convicção que não se verifica em termos absolutos mas que corresponde, de toda forma, a condição liminar para uma vida mais próspera. Inúmeras pesquisas de opinião apontam esse elemento.

Muito grave então nos darmos conta, segundo dados divulgados nas *Diretrizes para a Educação Escolar Durante e Pós a Pandemia*, do CNTE, que 66% da população entre 9 e 17 anos não tem acesso à internet nem em sua casa, nem na casa de amigos e familiares; que, segundo a PNAD 2019, 40% dos domicílios brasileiros abrigam três ou mais pessoas por dormitório;

que os computadores portáteis e tablets continuam concentrados nas famílias mais ricas (90% e 49%, respectivamente).

Como imaginar então que asseguraremos uma educação remota de qualidade à maioria das crianças e jovens brasileiros na ausência dessas mínimas condições materiais? A luta pelo adiamento do ENEM teve como mote a denúncia da indignidade de concentrar vantagens nas mãos dos beneficiados de sempre, mais uma espantosa manifestação dessa “meritocracia” à brasileira.

A questão da segurança sanitária foi inicialmente garantida com a suspensão, no primeiro semestre, das atividades das 180 mil escolas públicas e privadas que ministram a educação básica no país; a educação superior também suprimiu as atividades presenciais: em muitas instituições, foram atingidas **todas** as atividades de ensino.

Na verdade, a educação foi talvez o único setor da vida brasileira no qual se praticou um *lockdown* para valer. O debate em curso sobre a retomada da escola no segundo semestre precisa considerar as condições sanitárias que prevalecem localmente para fazer a defesa da vida de **todas** as pessoas que participam da comunidade escolar.

Por conta disso, o Congresso está votando uma legislação que flexibiliza o cumprimento do calendário escolar, basicamente dispensando a obrigatoriedade dos 200 dias letivos, desde que comprovadas as 800 horas de atividades previstas pela LDB.

Permite-se também que o ano escolar ultrapasse o ano civil (como já estamos acostumados a fazer quando praticamos as reposições de calendário negociadas ao fim de nossas greves), sempre respeitada nessas decisões a autonomia dos entes federativos e das universidades. Permite-se, além disso, que seja adotado um contínuo de duas séries, ou anos escolares, para proceder às reposições previstas, dentro das normas do Conselho Nacional de Educação e observado o que dispõe o BNCC.

A intervenção do Congresso introduz a obrigatoriedade de contribuição da União para que sejam asseguradas condições materiais e pedagógicas ao exercício das atividades não presenciais; existe a provisão de liberação dos recursos autorizados pela Emenda Constitucional 106 (a do “orçamento de guerra”) para cobrir supletivamente todas as medidas que se fizerem necessárias (uma estimativa de 31 bilhões de reais para a educação básica).

Tudo isso foi um ganho frente à omissão militante do MEC e às instruções genéricas do Conselho Nacional de Educação. Vamos agora considerar os desafios concretos no enfrentamento dessa situação problemática.

Não há como evitar que a retomada das atividades educacionais venha a recorrer a meios híbridos. Considerada a real situação de vida dos estudantes e suas famílias, como tornar isso possível? Alternativas já previstas pelas redes de ensino incluem oferta de material pedagógico para ser levado para casa, aulas televisionadas, atividades via TIC.

Em todos esses casos, há dificuldades nas quais diretamente esbarramos: além das insuficiências de acesso à internet, nenhuma das redes estaduais de televisão cobre a totalidade dos municípios do estado para poder oferecer uma versão satisfatória de “telecursos”.

Nas situações mais afortunadas, nos casos em que os alunos podem recorrer a plataformas educacionais, o risco é de aproveitamento de serviços privados, que estão brotando como capim na chuva, vislumbrada a rica “oportunidade de negócios” por empreendedores de todas as cepas. A imprensa já denunciou uma dessas empresas que servem à comunicação bolsonarista ofertando uma plataforma educacional, cuja implementação pelos sistemas públicos não apenas remuneraria regamente os serviços prestados, mas, bonificação incluída, presentearia os visionários empreendedores com os dados pessoais dos usuários...

Nesse caso é preciso cobrar da União não só o repasse de recursos para financiar as atividades surgidas da emergên-

cia mas também para desenvolver sistemas públicos dedicados ao trabalho educacional, construídos com plataformas abertas que protejam os direitos dos usuários e atendam à necessidade inadiável de fomentar tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação **com caráter não proprietário**. Como, aliás, já prevê a legislação nacional sobre os REA (Recursos Educacionais Abertos), aprovada em 2019 nas Comissões de Educação e de Cultura da Câmara, de iniciativa do Deputado Paulo Teixeira, e relatada por mim.

De toda forma, dificuldade muito relevante é a falta de experiência dos professores com pedagogias não presenciais, envolvendo tecnologias da informação. Pesquisas realizadas recentemente com a força de trabalho docente e divulgadas pela CNTE revelam que mais de metade dos educadores não lidou com esses meios na sua formação inicial e mais de 80% se sentem desconfortáveis com essa metodologia. Na verdade, mais de 70% dizem não ter recebido nenhuma formação para trabalharem assim... Mais ou menos como entrar em campo para disputar um torneio de basquete com o time de futsal.

E tudo isso sem desconsiderar a questão de gênero, gritante nesse caso, já que mais de 80% do professorado na educação básica é constituído por mulheres. Portanto, o trabalho domiciliar executado por quem vai participar dessa educação remota será trabalho dobrado ou triplicado: mulheres trabalhadoras em casa operando plataformas educacionais, mais a jornada do cuidado, da casa e da família... Uma beleza.

Só para demonstrar a complexidade dessa situação, dados internacionais revelam que mulheres professoras universitárias, exercendo *home office* nesse primeiro semestre de 2020, registram declínio de sua participação percentual em publicações acadêmicas! Vamos imaginar agora o *home office* praticado nos lares brasileiros, muitos deles monoparentais, e que têm as professoras da educação básica como arrimo das famílias.

E, já que visitamos mentalmente a casa das professoras, vamos pensar agora nas casas de seus alunos e alunas. Lem-

brando os dados do PNAD a que aludimos antes, é difícil acreditar que as moradias reais das classes populares ofereçam a crianças e jovens algum ambiente reservado ao estudo. A luta histórica pela educação em tempo integral, outra das metas do PNE, assenta na percepção de que a oferta de uma educação democrática passa pela disponibilização de espaços que favoreçam a aprendizagem.

Outro elemento pertinente nessa discussão é a preparação dos próprios estudantes para esse tipo de instrução, que requer uma grau avançado de letramento, capacidade de concentração, disciplina. Até a colaboração da família com que contam os defensores da chamada “educação domiciliar” é um recurso que dificilmente apoiará nossos alunos da rede pública, considerados os dados sobre a escolarização média da população brasileira.

Tudo isso nos aponta para uma situação na qual o ensino pelos meios remotos não terá como se estabelecer como a estratégia preferencial, quanto mais a exclusiva. De toda forma, para a educação infantil e para os primeiros anos do ensino fundamental, essa já era uma alternativa inadequada.

O que repõe como prioridade a reinvenção dos tempos e espaços da aprendizagem e outras condições de infraestrutura, inclusive o transporte escolar. Como as exigências sanitárias aposentaram de vez as salas lotadas e como não há suficiências de espaços imediatamente disponíveis, cogita-se de escalar a frequência à escola, os alunos comparecendo em dias alternados. A ver como isso repercutirá no cotidiano das famílias.

A mim me parece inadiável um forte investimento adicional em educação. Em várias frentes que, a seguir, enumero:

1. a obtenção de mais espaços pedagógicos que ampliem as possibilidades de acomodação dos alunos, recorrendo, onde possível aos equipamentos sociais existentes no território nucleado pela escola (igrejas, escolas de samba, clubes recreativos...);
2. o recrutamento de um número maior de educadores que possam atender a grupos menores, considerando inclusive

as necessidades de atendimento individualizado para os alunos que experimentaram essa longa ausência do contexto escolar;

3. a admissão de pedagogias alternativas que eduquem pela reflexão sobre as profundas alterações verificadas na experiência dos jovens e das crianças dentro do processo da pandemia.

Em outras palavras, nunca a inspiração de Paulo Freire se fez tão necessária.

Por conta disso, é central pautar aqui a situação profissional dos educadores. Para defendê-los. Gestores públicos, às vezes com sérios problemas financeiros e orçamentários, nesse momento de grave crise social, têm cancelado contratos e sustentado que a adoção da educação remota pode levar a um enxugamento da folha de pessoal: tudo errado! O momento é de mobilizar todo mundo para a construção de uma nova prática que, como eu disse acima, vai demandar **mais**, e não menos, profissionais.

Uma pergunta que não quer calar; os mesmos educadores vão responder pelas atividades presenciais e remotas, combinadas? Qual será a jornada desses heróis e heroínas, que, em condições normais, já levam trabalho para casa?

Impossível desconsiderar a realidade de que as matrículas das redes públicas incharam durante a pandemia. Alunos de estabelecimentos privados se deslocaram para elas seja porque as escolas particulares faliram (triste caso das escolinhas de educação infantil, muitas delas escolinhas de bairro, que contribuíam para mitigar o nosso déficit de oferta de vagas nesse nível de ensino); seja porque as famílias, sobrecarregadas com a queda de renda e emprego, tiraram as crianças da escola no esforço de sobrevivência em condições muito apertadas.

Não vejo solução imaginável para um contexto tão complicado que não exija um gigantesco trabalho de construção coletiva. E aqui não aludo a uma utopia romântica mas a uma situação inescapável. Sem uma articulação competente das escolas, que envolva colaborativamente estudantes, educa-

dores e famílias, considero inevitável não a “perda desse ano” mas a perda de anos preciosos na vida dessa geração de estudantes colhidos pela pandemia.

Não me refiro apenas a perdas do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo modelado pela educação escolar; refiro-me às perdas no desenvolvimento pessoal decorrentes da interrupção das relações sociais fora do contexto da família e da comunidade imediata. Perdas derivadas, inclusive, das relações suspensas com os próprios educadores. Isso, é óbvio, afeta duramente as crianças pequenas. Mas, como mostram documentos internacionais (da ONU, do Banco Mundial, da OCDE...), afetam também fortemente o amadurecimento dos jovens e dos jovens adultos. Uma questão a mais para ponderar.

Por isso, um ponto a defender, inclusive no interior das redes de ensino, é o **princípio da autonomia pedagógica das escolas, que deverão resolver situações complexas (outra vez: atravessadas por diferenças de classe, raça e gênero) de acordo com sua singularidade.** Não há receitas para a educação pós-pandemia mas há protocolos que devemos construir no debate público e que deverão orientar a nossa atuação.

Em hipótese alguma, devemos aceitar a banalização da educação como consequência dessa tempestade perfeita: pandemia, Bolsonaro, crise econômica e social. Estamos desafiados nesse quadro tão ingrato a defender os valores que há décadas norteiam a luta brasileira por uma educação de qualidade, democrática e popular. Uma educação que priorize a compreensão do mundo, o desenvolvimento da imaginação e o senso crítico. E, acima de tudo, o papel da solidariedade na interpretação e na transformação da vida.

Como nos lembra Clifford Geertz (1973), um dos maiores antropólogos do século XX, *os seres humanos são animais simbólicos que se sustentam nas redes de significação que eles próprios tecem...*

Ao tempo em que o advento da pandemia incide sobre a agenda educacional, provavelmente de forma irreversível, outras mudanças ocorrem com impacto profundo.

Todos nós que atuamos na esfera pública aprendemos, com ou sem dor, neste período de isolamento social, a fazeremos reuniões “virtuais”, que são em tudo “reais”, exceto por não ocorrerem presencialmente... Haja vista as sessões remotas do Congresso Nacional.

O mesmo ocorre na esfera do trabalho, das transações bancárias e comerciais: não é à toa que uma das principais manifestações de protesto nesse período foi protagonizada pelos entregadores de aplicativos. O mundo conectado impôs-se como alternativa e veio para ficar.

Essas alterações ocorrem num período em que avança no Brasil a radicalização do neoliberalismo: Guedes /Maia/ Alcolumbre lideram etapas sucessivas de reformas trabalhistas, destruindo os direitos do trabalho privado, enquanto juntam forças para um ataque frontal ao serviço público.

Verdade é que o fazem na contramão do mundo, que redescobriu, em meio à pandemia, as virtudes do estado de bem-estar social. Mas aqui, como sabemos, somos “dependentes” e tardios e, por causa disso, votamos no Senado, há poucas semanas atrás, a privatização dos serviços de saneamento básico, política que está sendo revertida nos países que a adotaram há trinta anos atrás (e que estão, na verdade, reestatizando esses serviços).

Nessa triste conjuntura astral (que coliga contra nós dogmatismo em teoria econômica, agenda neoliberal exacerbada e governo capenga e fascista), é fácil culpar a revolução tecnológica como a matriz de todos os males. É o que faz Francisco Louçã num texto tão bonito quanto equivocado, publicado há poucas semanas no Portal da Democracia Socialista.

E de fato é inegável que as TIC tenham eliminado milhões de postos de trabalho no mundo inteiro; que empreendedorismo tenha virado o nome *fashion* do trabalho precarizado; que o capitalismo de plataformas tenha imposto aos “empreendedores” condições de trabalho só comparáveis às dos primórdios da revolução industrial.

1. Paulo Galo é um dos dirigentes das mobilizações dos trabalhadores por aplicativo.

Além disso, os nossos dados pessoais, cedidos de forma gratuita e irrefletida a grandes plataformas de comunicação (Google, FaceBook, WhatsApp...), alimentaram o que Shoshana Zuboff em 2019 denominou “*capitalismo de vigilância*”; e dessa forma, também viabilizaram as manobras de Steve Bannon e da Cambridge Analytics para as vitórias eleitorais da extrema direita no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Brasil.

Junte a isso a privatização das águas, o envenenamento do solo por agrotóxicos, a devastação da Amazônia pelo garimpo e pelo agronegócio, e temos a distopia perfeita!

É um grande desafio para nós socialistas e democratas não nos tornarmos apocalípticos e, de quebra, anti-iluministas nessa conjuntura ameaçadora. Retomando a sempre útil invectiva de Summers, cabe agora dizer: *Não é a tecnologia! É o capitalismo, estúpido!*

Sem fazermos a análise correta, poderemos desperdiçar energia combatendo o inimigo errado. Nesse momento há duas lutas inadiáveis: uma, **garantir os direitos relativos ao novo trabalho**, trincheira de Paulo Galo¹ com os seus ciclistas e motoboys, mas também a ser desbravada pela força de trabalho cativa do trabalho domiciliar e suas condições pseudoconfortáveis; afinal, são muitas as formas da servidão.

A outra luta gira em torno da **apropriação privada do conhecimento, o velho tema da propriedade intelectual**. Esse é um assunto difícil. Tão mais óbvio combater a expropriação pelo capital dos bens materiais e lutar pela reforma agrária, pela reforma urbana, pela participação nos lucros, por todos os direitos sociais. Tudo tão mais compreensível. Só que o capitalismo do conhecimento privatiza bens abstratos que são, na verdade, a expressão mais óbvia da “riqueza comum”: linguagem, cultura, arte e ciência. E é o capitalismo do conhecimento que hoje concentra a riqueza do mundo, inclusive a riqueza financeira, abstração das abstrações.

Todo o imenso avanço que representam as TIC, as biotecnologias, as tecnologias da saúde, especialmente a indústria

farmacêutica, as tecnologias agrárias, as tecnologias das energias, todas se desenvolveram com imenso aporte de investimento público. É o que nos reporta com abundância de detalhes Mariana Mazzucato no já clássico *O capital empreendedor*, de 2014; nos termos dessa autora, o desenvolvimento tecnológico pratica sistematicamente a socialização dos riscos e a privatização das recompensas. Até quando prosseguiremos nessa toada?

A redefinição da agenda da educação na pandemia deveria, por necessidade, colocar as novas formas da sociabilidade, do trabalho e da inovação tecnológica no centro do processo pedagógico. Compreender o contexto que estamos vivendo, descobrir tudo o que nos é saqueado em termos de oportunidades, direitos, expectativas. Imaginar tudo de que podemos nos apropriar se o atrevermos. Como diz Spinoza, na *Ética* (1677): “*Nós ainda não sabemos o que o corpo pode fazer e a mente pode pensar*” ...

A adoção dos meios remotos na educação híbrida não decorreria, então, da necessidade de remendar a rotina rasgada pelo advento da Covid-19 mas uma forma de atualizar a formação de uma nova geração de cientistas, engenheiros e engenheiras, youtubbers, artistas, videastas, trabalhadoras e trabalhadores na saúde, na cidade, no direito, na educação... todo mundo qualificado para expressar sua cidadania e contribuir (se quiser...) com a jornada humana em direção à justiça e à liberdade.

A versão atualizada da educação emancipatória não tem, portanto, medo das tecnologias mas delas se valerá no seu propósito, luminoso e audaz, de conhecer e de transformar.

Por acreditar nisso, profundamente, encerro delficamente esse artigo, assim como o comecei, com Murilo Mendes:

Debruçada no amanhã, suporte o hoje.

Esperança: ato dialético por excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Amaral, Nelson Cardoso do. PEC 241/55: “A “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais”. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. V.32 (3), 2016.

Amaral, Nelson Cardoso do. Apresentação: *O financiamento da Ciência e da Tecnologia; qual a prioridade nacional?*, feita na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados, 29 de outubro de 2019.

Cavalcanti, Bárbara; Nóbrega, Bruna e Campos, Lázaro. *Educação brasileira e seu investimento após teto de gastos*. Publicado pela AUN/USP, em 19 de fevereiro de 2018.

CNTE. *Diretrizes para a Educação Escolar Durante e Pós Pandemia*. www.cnte.org.br. Publicada em 15 de Junho de 2020.

Fundação Ulysses Guimarães – PMDB. *Uma ponte para o futuro*. <https://www.fundacaoulysses.org.br/> 2016

Geertz, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

IBGE. *PNAD Contínua 2019*. Brasília DF, 2020.

INEP/MEC. *Censo da Educação Superior 2018. Notas Estatísticas*. Brasília/DF, 2019.

INEP/MEC. *Notas Estatísticas. Censo Escolar 2018*. Brasília/ DF, 2019.

Mendes, Murilo. Texto Dêlfico. *Poliedro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1972].

Louçã, Francisco. *Os paradoxos da sociedade do medo*. Democracia Socialista; democraciasocialista.org.br. Junho de 2020 [25 de abril de 2020]

Mazzucato, Mariana. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

Medida Provisória 934. *Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979*, de 6 de fevereiro de 2020.

Morozov, Evgeny. *Big Tech*. São Paulo: Ubu, 2018.

OCDE. *Education at a Glance 2019*. https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en

Oliveira, Ana Luisa Matos de. *Educação Superior Brasileira no início do século XXI; inclusão interrompida?* Tese de Doutorado apresentada a UNICAMP, 2019.

Plano Nacional de Educação. *Lei 13005/ 2014*.

Projeto de Lei 1513/2011. *PL REA – Recursos Educacionais Abertos*. Aprovado na Comissão de Cultura em 16/10/ 2019.

Salomão, Maria Margarida Martins. *A tragédia da educação brasileira em tempos de pandemia*. *Teoria e Debate*, 198. Julho de 2020.

Spinoza, Baruch. Ethics. In: *Complete Works*, ed. Samuel Shirley. Indianapolis: Hackett, 2002 [1667].

UNESCO. *Covid-19 Educational Disruption and Response*. <https://plus.google.com/+UNESCO> (2020-03-04). 2020-05-24

Vieira, Padre Antônio. *A História do Futuro*. Publicado postumamente em Lisboa, 1718. Cito a edição de Lisboa: J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, 1855.

Zuboff, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*. New York; Public Affairs Hachette Book Group, 2019.

AMÉRICA LATINA: ATAQUES SISTEMÁTICOS E RESPOSTA ESTRATÉGICA

DANILO URREA E TICA MORENO

Entender-nos como latino-americanas/latino-americanos e neste marco construir nossas lutas é um acúmulo e um desafio permanente para a esquerda nesta parte do mundo.

Nossa região enfrenta uma renovada ofensiva neoliberal liderada por forças de direita e extrema direita. A partir da esquerda e dos movimentos sociais, olhar para a situação atual analisando um cenário mais amplo nos parece fundamental para refletir sobre os desafios, respostas e saídas para a crise que estamos vivendo.

O percurso desse texto parte de uma breve caracterização da ofensiva neoliberal, destacando ações das forças hegemônicas para dismantelar as democracias. Em seguida centramos nosso olhar para a situação da Colômbia. Acreditamos que é importante compreender os traços de um autoritarismo que, sob uma doutrina de “segurança democrática”, se desenvolveu estrategicamente naquele país, enquanto, em outros países, governos progressistas, quase simultaneamente, conse-

DANILO URREA é filósofo da Universidade Nacional da Colômbia.

TICA MORENO é socióloga, militante da Marcha Mundial das Mulheres e trabalha na SOF – Sempreviva Organização Feminista desde 2005, com atividades de formação e capacitação sobre trabalho, economia feminista, políticas públicas e enfrentamento à violência sexista.

guiam dar um tom soberano a suas políticas, não submetidas ao imperialismo estadunidense no continente. Pouco visibilizada em debates entre a militância brasileira, a Colômbia desempenha hoje um papel importante na ofensiva imperialista em nossa região, especialmente – mas não apenas – nos ataques contra a Venezuela. A aproximação do processo histórico colombiano nos ajuda a redimensionar as forças violentas que se movem com o desafio de manter nossos povos e territórios sob controle. A partir desta realidade, propomos algumas reflexões, pistas para seguir e tarefas para nossa construção internacionalista.

A DIREITA USA A PANDEMIA PARA APROFUNDAR SUA POLÍTICA DE MORTE

Em análises e debates recentes, temos visto muitas vezes a afirmação de que a pandemia escancarou as desigualdades estruturais em nosso continente, que em tempos “normais” são frequentemente escondidas e camufladas por narrativas hegemônicas. Além do fato de que as mortes causadas pela Covid-19 são desigualmente distribuídas e da irresponsabilidade de governos como o de Jair Bolsonaro, também é fundamental destacar o que se aprofunda em termos políticos e econômicos. Ou seja, um aprofundamento da ofensiva neoliberal em nossos países, caracterizada por políticas de resgate de grandes empresas, mais endividamento e mais autoritarismo, criminalização e militarização.

Os efeitos da crise são dramaticamente sentidos pela maioria da população da América Latina. As projeções da CEPAL (2020) nos aproximam da magnitude daquilo que as pessoas já sentem em sua vida cotidiana. A previsão é que o desemprego na região atinja 13,5% até o final de 2020, 6,2% a mais do que os 7,3% alcançados após a crise de 2009. A forte informalidade é a condição de uma parte significativa dos trabalhadores e trabalhadoras, tanto urbanos quanto rurais,

especialmente para as mulheres, a população negra e imigrante. Além disso, projeta-se que a pobreza seja uma realidade para 37,3% da população latino-americana, o que significa um total de 230,9 milhões de pessoas (96,2 milhões delas em extrema pobreza). Dada a desigualdade estrutural em nossos países, a previsão é de um aumento ainda maior da desigualdade na distribuição de renda. Os números apontam para os desafios de sustentar a vida nessa situação, e as condições políticas para esse desafio estão longe de ser esperançosas para a maioria de nossos países. Para enfrentar a fome e a pobreza, a auto-organização popular e a ação dos movimentos sociais organizados para a distribuição de alimentos, e para a promoção da saúde comunitária tem sido fundamental.

Os governos neoliberais fazem o movimento contrário: tiram proveito dessa crise para aprofundar sua política de morte. A conhecida receita neoliberal de diminuição dos investimentos públicos, salários e pensões, e de aumento das privatizações é operada em países como o Paraguai e o Uruguai (com a aprovação da Lei de Urgente Consideração). O Fundo Monetário Internacional (FMI) investe em uma retomada de seu papel de dominação, impulsionando um novo ciclo de endividamento na região, com suas conhecidas condições – aceitas, por exemplo, pelo governo do Equador, mas rejeitadas pelo povo massivamente mobilizado em 2019. O imperialismo reforça seus ataques contra a Venezuela e Cuba, com mais sanções e bloqueios. Cuba que encara uma forte crise de abastecimento provocada pelo recrudescimento do bloqueio econômico, com sua política revolucionária de saúde e cuidado, enfrentou a Covid-19 na ilha e em outros países.

A repressão se reposiciona no continente. No ano passado, mobilizações massivas tomaram as ruas do Chile em rechaço ao modelo neoliberal. E, na pandemia, Piñera responde com ainda mais repressão e toque de recolher. O mesmo tom de repressão é vivido na Bolívia, onde o golpe de Estado que começou em 2019 reprime violentamente o povo – espe-

1. A Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo é um processo de articulação entre movimentos sociais como a Confederação Sindical das Américas, CLOC/Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, Amigos da Terra América Latina e Caribe, ALBA Movimentos, Capitulo Cubano dos Movimentos Sociais, Jubileu Sul América, Grassroots Global Justice, entre outros. Esse processo teve início em 2015, em um Encontro que marcou os 10 anos de derrota da ALCA. Para saber mais, ver <https://seguimosenlucha.org/>

cialmente os povos indígenas e a classe trabalhadora que continuam mobilizados – repressão que visa impedir o retorno do Movimento ao Socialismo (MAS) ao governo. As violações dos direitos dos povos e dos direitos humanos estão sendo intensificadas na América Central; e a situação em Honduras é exemplar. Ali, a perseguição de lideranças sociais que lutam em defesa de seus territórios e comunidades é o “novo normal” desde o golpe de 2009. Na Colômbia, o aumento dos assassinatos de lideranças também é uma realidade durante a pandemia.

Hoje, esta conjuntura torna ainda mais necessário avançar no caminho que vem sendo construído, desde 2015, na *Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*¹. Em outras palavras, a luta contra o neoliberalismo na América Latina está totalmente interligada com a redefinição e reconstrução da democracia – ou seja, a uma agenda de radicalização da democracia baseada na soberania popular e não em um regime de aparências. O autoritarismo do mercado, conformado por tratados comerciais e de investimento, o poder corporativo e a militarização, são incompatíveis com a democracia real. Entretanto, enfrentamos hoje níveis ainda mais fortes de autoritarismo do que se anunciava alguns anos atrás, redimensionando nossos desafios em termos de práticas, propostas e processos organizativos.

DEMOCRACIA SOB ATAQUE

Principalmente na primeira década do século XXI, projetos políticos progressistas conseguiram democraticamente o controle governamental em países como Venezuela, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Equador e Bolívia. Impulsionados por demandas e lutas populares, e como consequência de importantes articulações com movimentos sociais/populares nacionais e regionais, se consolidaram como governos de esquerda que enfrentaram a história do colonialismo e do imperialismo na América Latina e no Caribe.

Apesar dos avanços na garantia de direitos, na construção de políticas públicas e processos de participação popular para a dignificação da vida – baseados, entre outras estratégias, na busca da aplicação universal dos direitos à saúde e à educação, e na disputa com as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e suas estratégias de endividamento – os ataques à esquerda latino-americana se deram a partir de diferentes frentes.

Golpes

Foram tempos de ataques às democracias e à esquerda em nosso continente, sob diferentes modalidades de golpes (e tentativas de golpes), de estratégias violentas ou disfarçadas com uma falsa legalidade, para reabrir o caminho para o neoliberalismo subordinado aos Estados Unidos. Os golpes do período mais recente começaram no Haiti, em 2004. Ali a ocupação militar foi disfarçada como uma missão humanitária da ONU. O país foi submetido a uma experiência de militarização articulada a ONGs internacionais, baseada no racismo, na violência e violações para o controle do povo haitiano e de seu território. O golpe em Honduras, em 2009, abriu um período de novos avanços das transnacionais sobre os territórios e os bens comuns, com base na captura do Estado, criminalização e violência contra povos e comunidades organizadas e em resistência. O assassinato de Berta Cáceres em 2016 e a perseguição sistemática do povo Garífuna são expressões da violência racista e patriarcal do poder corporativo². Depois vieram os golpes no Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019). Tentativas de golpes na Venezuela (2002), Bolívia (2008) e Equador (2010) se somam a este quadro indigesto.

Uma revisão dos golpes de Estado em nosso continente exige ir além de um olhar reduzido sobre as forças políticas institucionais. A política não pode ser dissociada da economia, nem podemos isolar a situação de um país de toda a região, diminuindo o peso dos interesses imperialistas em

2. Berta Cáceres foi uma reconhecida lutadora hondurenha, que protagonizou junto ao povo Lenca uma forte luta contra a construção da barragem Água Zarca. Para mais informações sobre os ataques sistemáticos ao povo garífuna, ver <http://ofraneh.org/ofraneh/index.html>

jogo. Além disso, conforme a elaboração da *Jornada Continental* (2016):

Os retrocessos antidemocráticos são precedidos e acompanhados de criminalização. A soberania dos povos sobre seus territórios é ameaçada, um dos elementos centrais é o avanço da militarização que, entre outros, usa a luta contra o tráfico de drogas como desculpa. Os bens comuns são convertidos em mercadoria e privatizados em um processo que atenta contra a realização do direito à justiça ambiental.

O antiextrativismo antiesquerda

Chamamos a atenção para o papel destabilizador que intelectuais latino-americanos, apoiados por agências de cooperação internacional, tiveram e têm como atores e cúmplices de ofensivas contra a esquerda. Em países como Bolívia e Equador, os chamados “intelectuais antiextrativistas”, muitos deles mascarados de ambientalistas, desempenharam um papel funcional às pretensões da direita neoliberal de retomar o poder em países governados pela esquerda progressista. Amparados por articulações de classe média/alta, dissociadas de processos protagonizados por sujeitos coletivos populares, muito menos construídos por movimentos sociais orgânicos e com perspectiva de classe, geraram profundas confusões em diferentes setores da população, atacando a esquerda por manter o modelo econômico baseado no extrativismo (mineração, petróleo, agroindústria).

Sem entregar qualquer tipo de proposta, difundiram críticas generalizadas sem nenhuma consideração aos desafios estruturais para mudar o modelo após centenas de anos de controle da direita, cadeias extrativas e compromissos nacionais aos quais não era fácil escapar. Nos casos em que foram feitas tentativas para frear tais processos de exploração ou para diversificar o modelo, governos progressistas foram denunciados a instâncias como o Centro Internacional para a Arbi-

tragem de Disputas sobre Investimentos do Banco Mundial (CIADI) ou os Tribunais de Resolução de Disputas (ISDS pela sigla em inglês), com resultados desastrosos para os Estados nacionais³.

3. Para mais informações sobre casos de arbitragem investidor x Estado na América Latina e no Caribe, consultar ISDS en números, disponível em: <https://www.tni.org/es/publicacion/isds-en-numeros>. (Consultado em 25/07/2020)

Devemos considerar os limites e os desafios da política progressiva imposta pela globalização neoliberal que, embora tenha conseguido exercer pressão para distribuir os excedentes da exportação de *commodities*, não conseguiu avançar na integração regional em termos de estratégia econômica (Codas, 2015).

Seguindo essa perspectiva, é importante uma análise crítica dos acertos e equívocos dos governos progressistas, e não pretendemos negar os erros cometidos. No entanto, não são estes os termos da estratégia dos “intelectuais” promovida pela duvidosa cooperação internacional, que não apresentava nenhum tipo de alternativa, se baseando em um discurso de comunitarismo dissociado da luta de classes, funcional ao submetimento dos povos às novas formas de dominação, articuladas e/ou coniventes com ações golpistas.

Por outro lado, as lutas dos movimentos sociais pela justiça ambiental nos territórios avançaram amplamente na concretização de propostas e processos de construção, por exemplo, de estratégias para a soberania alimentar, que contribuíram para políticas de agroecologia, ampliando as condições de luta e disputa com o poder corporativo.

A DIREITA COLOMBIANA COMO UM ELO DE CONTENÇÃO E ATAQUE AO PROCESSO PROGRESSISTA

Segurança democrática, doutrina nacional e estratégia “contrainsurgente” regional

Em outros casos, os ataques foram concebidos e ativados por governos que há 200 anos estão subordinados ao im-

4. Para uma radiografia de Álvaro Uribe Vélez apoiada em arquivos judiciais e pesquisa rigorosa sobre sua ascendência política e relações com narcotraficantes e paramilitares, consultar a série Matarife: un genocida innombrable, disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCkcR6LmTzCs93pmZ76bEy_g. Consultada em 04/07/2020.

perialismo estadunidense e ao colonialismo europeu. O governo colombiano representa uma das maiores ameaças, não apenas à possibilidade de mudanças estruturais na região, mas também a seus próprios cidadãos e cidadãs e a qualquer tentativa de democratização política e social na Colômbia, na América Latina e no Caribe.

A doutrina da segurança democrática, promovida na Colômbia pelo ex-presidente e atual senador Álvaro Uribe Vélez⁴, requer menção especial. A descrição e análise desta estratégia de guerra é importante, pois foi ecoada em diferentes lugares, e principalmente entre forças de direita que se articularam vorazmente para retomar seu poder de dominação em cada um dos países.

Em primeiro lugar, é preciso situar que a *segurança democrática* foi apresentada como uma proposta para enfrentar a insurgência colombiana, que, no início do ano 2000, particularmente com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC EP), havia avançado significativamente no controle territorial de povoados e municípios específicos. Nestes, anteriormente, o forte poderio institucional havia sido implantado através da instalação de bases militares, e as FARC ameaçavam tomar o poder do Estado através de sua ação armada.

A *segurança democrática* promoveu dois eixos centrais de seu objetivo contrainsurgente: a garantia de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e a Coesão Social.

Para garantir IED, que significou a entrada no país de uma multiplicidade de projetos extrativistas e corporações de vários tipos, o processo de militarização e controle territorial foi intensificado, acompanhado de assassinatos seletivos, deslocamentos internos forçados, criminalização etc.

Para avançar na Coesão Social, foram desenvolvidas ações cívico-militares em uma estratégia contrainsurgente de guerra de baixa intensidade, na qual a população civil foi envolvida na disputa por meio da criação de redes de informantes. Soma-se a isso a prática já ilegal e genocida de gerar blocos

paramilitares que Uribe Vélez iniciou com a criação de empresas de autodefesa denominadas *Convivir*⁵.

Durante os dois mandatos presidenciais de Uribe (2002–2010) e sob a doutrina de segurança democrática, 4 milhões de camponeses foram deslocados internamente na Colômbia, de acordo com dados oficiais dos Ministérios da Agricultura e do Interior. A ferro e fogo, o paramilitarismo tomou mais de 8 milhões de hectares (ha) de terra produtiva – em um país que tem 120 milhões de ha no total. Os projetos estratégicos extrativistas foram posteriormente estabelecidos nestes 8 milhões de hectares espoliados pelos exércitos paramilitares. Além de favorecerem as corporações transnacionais e seu IED, desempenharam posteriormente um papel geopolítico fundamental na subjugação militar das FARC.

A exportação do modelo paramilitar, que a ala de extrema direita na Colômbia vinha promovendo em nome de Uribe Vélez, foi rapidamente sentida na região. Em alguns casos a estratégia foi ampliada ainda mais, incluindo golpes de Estado como o ocorrido em Honduras em 28 de junho de 2009, e para o qual a instrução de segurança democrática que se espalhava regionalmente foi crucial. Na segunda década do século XXI testemunhamos os outros golpes de Estado já mencionados (Paraguai, Brasil, Bolívia), nos quais forças de direita e ultradireita utilizaram estratégias midiáticas e/ou militares promovidas na Colômbia; curiosamente endossadas pela maioria dos intelectuais críticos do modelo progressista.

CONTINUIDADE DA OFENSIVA NEOLIBERAL-FASCISTA DA COLÔMBIA

Um acontecimento de suma importância para a América Latina e o Caribe foi a vitória do **NÃO** no plebiscito pela paz na Colômbia, em 2016.

Após vários anos de negociações para o fim do conflito armado com as FARC EP, o então presidente da Colômbia,

5. As “cooperativas de vigilância e segurança privadas”, *Convivir*, foram criadas por Uribe Vélez quando ocupada o cargo de governador de Antioquia. Foram constituídas como exércitos privados, legalizados, para a defesa de latifundiários frente aos ataques da insurgência colombiana.

6. Para uma análise sobre o uso da “ideologia de gênero” pela reação conservadora nos processos de fechamento da democracia na América Latina, ver o artigo de Flavia Biroli, “O recesso da democracia e as disputas em torno da agenda de gênero”, disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/24/o-recesso-da-democracia-e-as-disputas-em-torno-da-agenda-de-genero/> (Acesso em 20/07/2020).

7. Para mais informações sobre as redes sociais e a manipulação política na Colômbia, ver: <https://www.senalcolombia.tv/documental/como-nos-manipulan-los-politicos-con-las-redes-sociales>. Consultado em 25/07/2020.

Juan Manuel Santos, convocou um plebiscito em 2 de outubro para que o povo colombiano desse o seu aval à entrega de armas por esse grupo guerrilheiro, como parte da tentativa de pôr fim a mais de 5 décadas de conflito armado entre as FARC EP e o Estado colombiano.

Para além das críticas e análises estruturais sobre as negociações para o fim do conflito armado, para o interesse deste artigo é necessário ressaltar que a vitória do NÃO foi forjada a partir de manipulações de vários tipos, nas quais as mídias nacionais e internacionais tiveram um papel central.

Em primeiro lugar, foi difundida a ideia de que o acordo para o fim do conflito incluía a imposição da “ideologia de gênero”, que atacava os valores familiares da moral cristã e, portanto, a população era colocada em risco pelas “possibilidades da ‘homossexualização’ de crianças e jovens”⁶.

Em segundo lugar, foi construída a ideia de que o acordo levaria a sociedade colombiana a impor a doutrina imaginária do “castro-chavismo”, aludindo especificamente ao fato de que um socialismo cubano-bolivariano seria imposto na Colômbia, um comunismo para a expropriação da propriedade privada. Tudo isso foi trabalhado milimetricamente, utilizando cadeias de mensagens e publicações nas redes sociais, como o *Facebook*⁷.

Deve-se notar que estas estratégias de manipulação midiático-ideológicas foram posteriormente utilizadas em países como o Brasil para impedir o retorno da esquerda ao poder e para favorecer posições da extrema direita fascista, também com uma alta participação de igrejas neopentecostais com interesses políticos associados ao restabelecimento do neoliberalismo e renovação do fascismo.

A geração sistemática de ódio social contra países como Venezuela e Cuba não só tem servido para mostrar a rejeição da sociedade colombiana e de algumas outras sociedades latino-americanas para com esses países, mas também tem servido como legitimação política e social para a ingerência dos

Estados Unidos para fins de desestabilização, colonialismo e violação da soberania dos povos.

No caso da Venezuela, o território colombiano tem servido de espaço para operações militares do Exército dos EUA e de suas frotas navais: existem sete bases militares americanas no país. Atualmente, foram instaladas tropas estadunidenses na Colômbia sob o pretexto da luta contra as drogas, violando também a soberania nacional ao não serem autorizadas pelo Senado da República. A previsão é que essas tropas estejam preparando o trabalho de inteligência e treinamento de grupos paramilitares e do exército colombiano para continuar a cadeia de agressões contra a Venezuela.

Por outra frente de ataque, o Ministério das Relações Exteriores e o próprio presidente atual, Iván Duque Márquez – que faz parte do partido político Centro Democrático do ex-presidente Uribe Vélez – implantaram uma ofensiva diplomática em cenários como as Nações Unidas, desconhecendo o presidente Nicolás Maduro, eleito democraticamente pelo povo venezuelano, e reconhecendo Juan Guaidó, o presidente imaginário, autointitulado, que a direita fascista internacional tenta impor à Venezuela como seu interlocutor.

Cuba serviu como fiador e base fundamental para as negociações com as FARC EP. No entanto, o governo colombiano implantou uma ofensiva aberta contra Cuba após as complicações nas negociações com o Exército de Libertação Nacional (ELN), que também estavam ocorrendo naquele país após alcançados os acordos com as FARC EP.⁸

A partir da ruptura das negociações, consequência de ações militares do ELN durante as negociações, em janeiro de 2019, o governo de direita Iván Duque recusou-se a aplicar os protocolos acordados pelas partes e Cuba como garantidor do processo. O ponto 2 dos protocolos estabelece que, em caso de interrupção das negociações, as partes teriam quinze dias após a interrupção para definir o retorno da delegação guerrilheira à Colômbia. Este procedimento de retorno seria acordado entre os delegados da guerrilha, o governo e os países garantidores.

8. Para mais informações sobre a ruptura das negociações com o ELN e o conflito diplomático entre Colômbia e Cuba, ver <https://www.semana.com/nacion/articulo/protocolos-tras-ruptura-de-negociaciones-de-paz-fueron-aplicados-por-todos-los-gobiernos-colombianos/598727>. Consultado em 04/07/2020.

Entretanto, mesmo que estes aspectos tenham sido definidos e acordados através de documentos assinados por todas as partes, o governo colombiano recusou-se a aplicá-los e solicitou a Cuba que extraditasse os delegados e as delegadas do ELN. Com base nos acordos assinados, Cuba recusou a extradição, e o governo colombiano acusou o país de ser cúmplice do terrorismo. Esta foi uma estratégia odiosa e ingrata, e teve grande influência na inclusão da Ilha, pelos Estados Unidos, como um país que apoia o terrorismo, o que levou a um recrudescimento do bloqueio.

Estes exemplos, entre muitos outros que podem ser dados, mostram o papel dos governos colombianos nas tentativas de desestabilizar alguns países governados pela esquerda na região, e a cumplicidade desses governos de direita e extrema direita na ofensiva imperialista que se desenvolve historicamente na América Latina e no Caribe.

É importante destacar que estas posições racistas, patriarcais, imperialistas e colonialistas dos governos colombianos não representam a vontade dos povos da Colômbia. Homens e mulheres dignos/as seguem lutando contra a dominação interna, a criminalização, o deslocamento forçado, o assassinato permanente de lideranças, o assassinato de ex-combatentes das FARC EP, a violação dos direitos dos povos e seus direitos humanos, a ingerência imperialista e todas as humilhações da oligarquia e das elites colombianas corruptas submetidas a seus chefes do norte.

Na Colômbia, os povos continuam seu processo de reivindicação pacífica e lutam por uma democracia direta na qual a participação popular defina o caminho do país, longe da história de morte e destruição imposta com violência pela maioria dos governantes.

DESAFIOS PARA SEGUIR EM LUTA

Retomamos as ideias iniciais do texto, nossa compreensão como latino-americanos, buscando indicar pistas e refle-

xões que devemos aprofundar, necessariamente articuladas a ações concretas de organização e construção de lutas.

Os desafios que enfrentamos como esquerda são muito grandes se olharmos tanto para a construção de unidade em nível continental, como para os processos políticos dentro dos países, onde fomos derrotados com raras exceções (por exemplo, na Argentina). Construir mais articulação e organicidade em nível internacional, entre movimentos sociais e principalmente entre organizações partidárias, é um desafio.

Em tempos de tantos ataques à política, nos parece fundamental reconhecer e valorizar o que temos acumulado na construção de instrumentos de luta e articulação.

Ao colocar o enfrentamento ao poder corporativo e aos Tratados de Livre Comércio como eixo de luta⁹, construímos sínteses entre diferentes sujeitos políticos, desde os trabalhadores e trabalhadoras organizadas nos movimentos sindicais até os movimentos camponeses. Ao enfrentar o retorno acelerado da dívida e a militarização como instrumentos de dominação, fortalecemos as lutas anticoloniais e antirracistas. Ao dar centralidade à defesa da democracia e à integração dos povos, politizamos os conteúdos substantivos do projeto que estamos lutando para construir, apontando alternativas orientadas pela economia feminista, justiça ambiental, comunicação popular e tecnologias livres.

Colocar a sustentabilidade da vida no centro, como propõe a economia feminista, é um desafio que exige considerar todos os processos, trabalhos e relações que tornam a vida possível no dia a dia. Da mesma forma, o slogan “vida acima do lucro” levanta questões estruturais: energia para quê e para quem? O que é realmente necessário produzir, como a produção deve ser organizada, como a vida é cuidada e quem cuida de quem? Todas estas são perguntas que os movimentos estão colocando e às quais esboçam respostas.

Para cuidar da vida, é necessário desinvestir os recursos utilizados para financiar a violência estatal, as economias de

9. Ver, por exemplo, a Declaração de Montevideo <https://seguimosenlucha.org/index.php/2017/11/24/declaracao-final-do-encontro-jornada-continental-pela-democracia-e-contra-o-neoliberalismo/>

guerra e a extração invasiva e destrutiva. Isso significa desarmar as 800 bases militares [dos EUA] em 80 países ao redor do mundo e remover o meio milhão de soldados que foram colocados nesses lugares violando a soberania dos povos nos quais exibem seus esquadrões da morte. (*Jornada Continental*, 2020)

Na *Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo*, a partir das organizações e movimentos sociais articulamos esforços para construir unidade, buscando construir agendas baseadas em sínteses programáticas e unidade de ação, e não apenas uma soma de perspectivas, fragmentadas e hierárquicas.

A solidariedade internacionalista é um princípio e uma prática que tece esta construção. Concretizar o internacionalismo no dia a dia em um continente sob ataque exige o rechaço às agressões imperialistas contra a soberania do povo cubano e venezuelano.

A principal batalha do momento no nosso continente é a da Venezuela. Se o governo Trump e seus aliados venezuelanos forem vitoriosos, as consequências políticas e econômicas para nossos povos serão terríveis e duradouras. Se o povo venezuelano resistir à agressão do imperialismo estadunidense, os povos de nossa região terão melhores condições para deter o processo pelo qual estamos voltando a ser o “quintal” dos EUA. (Codas e Costa, 2019)

Derrotar Trump nos EUA, Duque e sua imposição de um Estado narcoterrorista na Colômbia, e tirar Bolsonaro do governo no Brasil são tarefas que mobilizam nossas organizações. Pois estas são expressões do avanço do capitalismo autoritário em nosso continente. Mas também não nos resolve tirar a extrema direita do poder sem construir as forças necessárias para alternativas de esquerda. E é por aí que seguem nossos desafios.

A investida autoritária para criminalizar, deslegitimar e desacreditar organizações, partidos de esquerda e movimentos sociais não é pequena. Grandes ONGs, fundações e empresas com maquiagem verde ou lilás estão na ofensiva, capturando ainda mais a democracia, os espaços de debate e a ação política.

O fortalecimento dos instrumentos que temos, que os povos em movimento vêm construindo ao longo de décadas, é fundamental neste momento. Mas é preciso ir além. Devemos aprender com nossa experiência acumulada e também com nossas derrotas. Ampliar o diálogo, construir alianças e lutas conjuntas com sujeitos políticos coletivos que estão promovendo lutas e processos de organização popular. Movimento negro, povos indígenas, feminismo, juventude em movimento.

As formas e métodos de construção estão imbricados ao reconhecimento de sujeitos políticos coletivos e à construção de agendas programáticas. Aí também há um longo caminho a percorrer. Sob tantos ataques do capital contra o trabalho e a vida, não é suficiente aplicar uma receita pré-fabricada e estreita sobre por onde devemos ir.

Compreender o alcance da generalização da precariedade, que há tanto tempo faz parte da vida e do trabalho de uma maioria de trabalhadoras, mulheres e do povo negro, vai de mãos dadas com o fortalecimento das lutas desta parcela da população que há anos enfrentam uma política de morte, resistem para viver. Assumir suas agendas e propostas antirracistas é fundamental.

Com o poder corporativo atingindo dimensões extremas de controle sobre a vida e a política, o autoritarismo do mercado e as tecnologias proprietárias de vigilância avançando em um Estado de exceção que se pretende permanente, também se torna mais evidente que neste sistema não cabe todas/os, que estamos diante de uma política de morte, que a banalização e normalização da violência e da morte são um método da extrema direita.

Contra a desinformação e a manipulação de corações e mentes por abuso econômico e *big data*, somos convocados a fazer um esforço de imaginação política, necessariamente coletivo, para construir as condições de possibilidade de transformações em direção à igualdade, soberania popular, autodeterminação. Seguimos em luta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL. Informe Especial Covid-10 n.5. 15 de julho de 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45782/1/S2000471_es.pdf

CODAS, Gustavo. Problemas de la política económica progresista. *América Latina en movimiento*, 510, año 39, diciembre 2015. Disponível em <https://www.alainet.org/sites/default/files/alai510w.pdf>

CODAS, Gustavo; COSTA, Lúcio. Em defesa da revolução bolivariana! 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://democraciasocialista.org.br/em-defesa-da-revolucao-bolivariana-gustavo-codas-e-lucio-da-costa/>

Jornada Continental. Revista Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo. 2016. Disponível em <https://seguimosenlucha.org/index.php/2016/10/29/revista-jornada-continental-por-la-democracia-y-contra-el-neoliberalismo/>

Jornada Continental. Solidaridad internacionalista con los pueblos de Estados Unidos. 19 de junho de 2020. Disponível em <https://rmr.fm/documentos-posicionamientos-politicos/solidaridad-internacionalista-con-los-pueblos-de-estados-unidos/>

MERCADO E MORAL CONTRA A DEMOCRACIA: COMO O NEOLIBERALISMO CONTRIBUIU PARA O ABISMO ATUAL?¹

CLARISSE GOULART PARADIS

Wendy Brown. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente, livro mais novo da potente teórica política Wendy Brown, lançado em 2019 nos Estados Unidos, é também a primeira obra da autora traduzida no Brasil. Apesar de uma carreira acadêmica de mais vinte anos, sendo professora da Universidade de Berkeley desde 1999, a autora ainda permanece menos conhecida do que deveria no Brasil. Em 2017, Wendy Brown visitou o país e proferiu aulas públicas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Na ocasião, ao lado de sua companheira, Judith Butler, sofreu agressões verbais e físicas de grupos conservadores brasileiros. Os protestos “Fora Butler”, que incluíram gritos de “queimem a bruxa”² já demonstravam que a agressividade dos conservadores se fortalecia na arena pública do Brasil.

A obra *Ruínas* faz parte de um esforço teórico e analítico da autora no campo dos estudos sobre neoliberalismo, Estado e democracia. De acordo com Estevão Cruz e Juarez

CLARISSE GOULART PARADIS é professora adjunta da Unilab (Campus dos Malês, Bahia), mestre e doutora em ciência política pela UFMG. Tem se dedicado ao estudo sobre o feminismo na América Latina, Estado, neoliberalismo. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

WENDY BROWN é cientista política, professora da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Autora de “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão a política antidemocrática no ocidente” (Politeia, 2019), entre outros livros.

1. Resenha publicada no Blog *Marxismo Feminista*.

2. Juliana Gonçalves para Intercept Brasil – <https://theintercept.com/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/>

3. Cruz, Estevão e Guimarães, Juarez. Neoliberalismo e dialética negativa. *A terra é redonda*. Jun. 2020. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-e-dialetica-negativa/>

Guimarães (2020)³, enquanto a esquerda internacional, tanto no âmbito acadêmico quanto militante, tem produzido um rico acúmulo sobre o neoliberalismo e sua vocação hegemônica, este debate ainda se encontra defasado no Brasil, o que, segundo os autores, pode ser um elemento para explicar a legitimação política neoliberal presente no país.

Nesse sentido, há pelo menos quatro motivos para estudar a contribuição de Brown como uma tarefa socialista: 1) a autora reconhece as formações históricas do capitalismo, compreendendo seus aspectos patriarcais e racistas e suas recentes transformações; 2) ela faz parte de um conjunto de cientistas/teóricos políticos que refutaram a cisão entre economia e política, tão comum nas lógicas “departamentalizadas” das universidades do Brasil e do mundo; 3) Brown contribui para uma releitura não dogmática do marxismo, reconhecendo sua importância como horizonte político e formação do pensamento; 4) seu esforço mais recente, de analisar a complexa coalizão que emerge na segunda década do nosso século, nos ajuda a pensar as possibilidades de disputas democráticas no contexto do bolsonarismo e enxergar os quadros ainda incompletos e insuficientes que utilizamos para construir resistências.

Nesse sentido, apresentarei, de modo resumido, os argumentos desenvolvidos pela autora em cada um dos capítulos da obra. E, por fim, vou apresentar algumas intuições sobre como os aspectos de sua análise poderiam nos fornecer elementos para o acúmulo antineoliberal no Brasil.

NEOLIBERALISMO E SEU FRANKENSTEIN

Em 2015, Wendy Brown lançou *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*⁴. Nele, a autora analisa a razão neoliberal como uma forma de racionalidade que converte o caráter político da democracia em econômico. Esse processo opera um vazio da democracia, a partir da “econo-

mização” da vida política e das esferas não econômicas, com uma série de efeitos, por exemplo: concebe sujeitos como capital humano; inviabiliza garantias de segurança, proteção e sobrevivência; legitima a desigualdade como *modus operandi* das relações sociais, que assumem caráter competitivo próprio do comportamento das empresas; torna a categoria trabalho cada vez mais invisível; esvazia, portanto, o domínio da política, produzindo também acirramento nas disputas sobre concepções de liberdade.

Em *Nas ruínas do neoliberalismo*, a autora pretende corrigir alguns aspectos das suas análises anteriores: se antes concebia conservadorismo e neoliberalismo como pensamentos paralelos (Brown, 2006)⁵, seu novo livro localiza o papel do moralismo tradicional desde os primórdios da teoria neoliberal, especialmente proeminente nos escritos de Hayek, como veremos. Ao contrário de “economicizar” todas as esferas, o neoliberalismo hayekiano seria um “projeto político-moral que visa proteger hierarquias tradicionais, negando a ideia do social e restringindo, radicalmente, o alcance do poder político democrático nos Estados-nação” (Brown, 2019, p.23).

Baseando-se nas abordagens neomarxistas e foucaultianas do neoliberalismo, como perspectivas complementares, seu objetivo, portanto, é compreender como a racionalidade neoliberal permitiu a ascensão de forças “ferozmente antidemocráticas”, (Brown, 2019, p.16) na segunda metade do século XX, que possibilitaram a ascensão da extrema direita, a justificação pública de formas de exclusão e o reforço da hegemonia branca, masculina e cristã nos Estados Unidos.

Essas forças antidemocráticas seriam inéditas, diferentes do conservadorismo clássico ou dos fascismos do século XX e, talvez por isso, a esquerda enfrente dificuldades em encontrar uma nomenclatura apropriada para defini-la, como a autora reconhece. Além do ineditismo, apesar de ganharem terreno a partir dos modos como o neoliberalismo atacou a democracia e a política, essas forças produzem uma ordem

4. Brown, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

5. Brown, Wendy. *Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization*. *Political Theory*, vol. 34, n. 6, dez, 2006, p.690-714.

trágica muito diferente daquela vislumbrada pelos neoliberais clássicos, tais como Hayek, Friedman e os ordoliberalis alemães. Ao revisitar os argumentos desses autores, Brown reconhece essas forças ascendentes no mundo, como uma “criação frankensteiniana” (Brown, 2019, p.20).

Seu argumento fundamental é que a ascensão da política antidemocrática, provocada por essa criação, foi possível pelo duplo ataque à ideia de igualdade, deslegitimando a noção de sociedade, e à democracia, construindo uma legitimidade da antipolítica. Nesse duplo ataque, os neoliberais buscaram legitimar o mercado e a moral tradicional, como mediadores de uma ordem em que as pessoas agissem livremente, sem precisarem ser submetidas às conformidades requeridas pela ideia de soberania popular. No entanto, em vez de produzirem uma ordem livre e harmônica e um Estado eficiente, as criaturas frankstenianas disseminaram clientelismos, violências, ressentimentos, plutocracia etc.

SOCIEDADE E POLÍTICA SOB ATAQUE

O primeiro capítulo é dedicado à reflexão sobre como o neoliberalismo atacou a esfera do social. A autora concebe a sociedade como um lugar de convivência entre cidadãos/ãs, intermediária entre Estado e vida pessoal, cujas ideias de justiça e bem comum circulam e modulam os variados poderes capitalistas, coloniais e patriarcais. O discurso neoliberal se empenhou em combater essa concepção, compreendendo o social e suas ideias de justiça como símbolos da tirania e ameaça à liberdade. A ideia de sociedade deveria, então, ser esvaziada de sentidos coletivos e substituída por uma soma de indivíduos e famílias orientados pelo mercado e pela moral.

Desde o fim do século XX, os ataques neoliberais à esfera social teriam produzido uma forma de “empreendedori-

zação” e “capitalização humana dos sujeitos”, impactando formas de produção e reprodução – por exemplo, economia do compartilhamento, terceirização e privatização dos cuidados no âmbito familiar (Brown, 2019, p.50). Esse processo vem reduzindo a concepção da liberdade a uma forma de “licença pessoal”, cuja livre expressão da branquitude e da masculinidade é consagrada (Brown, 2019, p.57). Outro efeito do desmantelamento do social, identificado pela autora, é a dificuldade de imaginar o futuro – “imaginamos futuros nacionalistas autoritários, futuros anarquistas, futuros cosmopolitas transnacionais e futuros fascistas. Falamos em termos vagos como “multidão” e “dos comuns”, sem a democratização concreta dos poderes que eles abrigam e pelos quais eles seriam guiados” (Brown, 2019, p.65).

Se no primeiro capítulo, Brown demonstra os efeitos da demonização da igualdade e do espaço social, no segundo capítulo sua atenção se volta para a demonização do político, descreditando a noção de liberdade e, portanto, da soberania popular. Para a autora, o político seria a arena onde se constroem valores, ações, poderes e deliberações que moldam, governam e refletem a vida comum. Depende dos valores compartilhados, gera identidade individual e coletiva e é a esfera que confere legitimidade para a democracia.

O neoliberalismo buscou depreciar o político, de modo a desdemocratizá-lo. Se detendo mais detalhadamente nas contribuições de Friedman, Hayek e os ordoliberalis, a autora demonstrou que, a partir de diferentes argumentos, estes autores conceberam o político como uma ameaça totalitária, arriscando as liberdades individuais e o funcionamento do mercado. Para Friedman, o poder político ameaça a liberdade por depender de coerção e submissão à maioria. O mercado, alternativamente, dispersaria poder, criando conformidades que não ameaçariam a liberdade individual. Hayek, por sua vez, argumenta, em sua crítica à soberania popular, que esta criaria instituições baseadas em opiniões externas aos in-

divíduos, gerando poderes ilimitados. Os ordoliberalis visualizaram uma forma de Estado tecnocrático, imune às deliberações democráticas e ordenado para garantir estabilidade dos interesses econômicos, formulados de maneira prática e funcional por especialistas.

Wendy Brown demonstra que o ataque ao político e à democracia foi mais longe do que a ordem vislumbrada por esses neoliberais. Ao contrário de um Estado eficiente para gerir a economia e cidadãos pacificados, ele tem se tornado cada vez mais instrumentalizado e desresponsabilizado, com os cidadãos sendo mais suscetíveis às manipulações, pós-verdades e desorientações quanto aos valores da democracia.

A MORAL TRADICIONAL CRISTÃ NO PROJETO NEOLIBERAL

O terceiro capítulo se debruça sobre o lugar da moral tradicional na abordagem hayekiana. Se a relação entre neoliberalismo e conservadorismo tem sido explicada como duas lógicas paralelas, com convergências e interconexões, o exame do papel da moral tradicional no centro do pensamento neoliberal, feito por Wendy Brown, ilumina a possibilidade de compatibilizar disciplina, autoridade, herança com liberdade individual, inovação e independência.

A tradição na teoria hayekiana cumpre uma função muito importante para a superação da democracia. Ela gera uma alternativa de conformidade, livre de qualquer acordo coletivo societário. A tradição, garantida pela religião, forneceria verdades simbólicas calcadas na autoridade e na liberdade individual, contra qualquer noção de justiça formulada fora do escopo da família. De acordo com a autora, os princípios morais tradicionais puderam ser reabilitados a partir da limitação da capacidade de regulação do Estado, da deslegitimação da justiça social e da expansão da “esfera pessoal protegida” (Brown, 2019, p.127).

Essa esfera, em última instância, contribui para criar um quadro em que a vida cotidiana é tanto mercantilizada quanto familiarizada, ameaçando os princípios da igualdade, secularismo, pluralismo, inclusão etc. Se por um lado, a privatização econômica produziu exclusão, legitimidade da desigualdade, plutocracia etc., a privatização, por meio da cristianização e familiarização, legitima valores morais antidemocráticos.

Da mesma forma que nos outros capítulos, Brown reconhece que o projeto hayekiano não se cumpre, gerando distorções. No neoliberalismo “realmente existente” (Brown, 2019, p.132), a moralidade cristã não é expandida de maneira espontânea e orgânica, mas a partir da instrumentalização dos direitos, politizando e armando a moralidade e exigindo proteção estatal. Atores da moralidade tradicional acabam defendendo a autoridade da igreja para gerar obediência, e não defendem a centralidade da liberdade, valor tão fundamental para o projeto neoliberal. Além disso, a autora reconhece que a defesa da moralidade tradicional se encontrou com os ressentimentos do “suposto” deslocamento do homem branco, criando reações raivosas contra direitos que para mulheres, LGBT, entre outros.

O quarto capítulo tem como objetivo mostrar como a linguagem dos mercados e da moral foi modelada em uma jurisprudência antidemocrática, pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Duas sentenças recentes ilustram operações dessa jurisprudência, mostrando como a Suprema Corte, provocada por ricas instituições religiosas, tem criado uma engenharia jurídica e política para expandir os direitos religiosos como reguladores da esfera pública (em conformidade com a expansão de esfera pessoal e da defesa da tradição moral de Hayek). Para tal, organizam sua argumentação associando liberdade de expressão e liberdade religiosa.

Resumidamente, as duas sentenças se referem a dois casos de repercussão nacional: a Suprema Corte decidiu que

o proprietário de uma confeitaria do Colorado não cometeu crime de discriminação ao se recusar a fazer um bolo de casamento para noivos homossexuais; também decidiu que ONGs “antiaborto” da Califórnia tinham seus direitos violados ao serem obrigadas, pelo governo estadual, a divulgar os serviços públicos de planejamento familiar e aborto legal.

Ambas decisões são marcadas por fortes disputas sobre o papel da democracia e da moral. Como afirma Brown, a Suprema Corte, nesses casos, contribui para empoderar a moralidade cristã na esfera social, assim como deslegitimar a justiça assegurada pelo Estado. A estratégia legal seria, portanto, chave para realizar a ambição de Hayek – substituir democracia e justiça social por uma ordem organizada por mercados e pela moralidade tradicional. Ela contribui para que a religião vire uma tática para atacar a democracia e o Estado, destronando a verdade na vida pública. Podemos perceber que os questionamentos sobre o aborto e sobre direitos LGBT não são meramente religiosos ou de fora da luta de classes. Moldam toda a nossa batalha como socialistas.

ATAQUE À DEMOCRACIA E O PAPEL DOS RESENTIMENTOS

Por fim, o último capítulo explora outros efeitos das ruínas do neoliberalismo, marcados pelo niilismo, ressentimento e fatalismo. Retomando as contribuições de Nietzsche, Marcuse, Schmitt, entre outros, a autora reflete sobre o significado do niilismo e sua produção no contexto do capitalismo.

O niilismo seria um fenômeno que assume modos particulares no contexto neoliberal. Em termos conceituais muito resumidos, refere-se ao desenraizamento, desancoramento ou degradação dos valores, tornando-os triviais, efêmeros e instrumentalizáveis. O ressentimento, por sua vez, seria uma forma de sofrimento experimentado como vitimização errônea. Maria Rita Kehl, ao discutir o papel do ressentimento na ascensão

do bolsonarismo, reforça que a figura do ressentido, a partir da psicanálise, é de alguém que não suporta a condição inerente de sujeito dividido, capaz de dúvida, erro e ilusão (estimulado pela passagem para a condição de indivíduo, própria do capitalismo). Assim, “escolhe um culpado a quem atribuir seu infortúnio” (Kehl, 2019)⁶. Esse tipo de “paixão triste”, como denomina Kehl, gera um efeito de passividade, produzindo um “exército de queixosos passivos, prontos a se (re)alinhar ao que existe de pior entre os conservadores, como forma de reação amarga e estéril, carregada de desejos de vingança” (Kehl, 2019).

Esses sentimentos, segundo Wendy Brown, são reforçados pela dupla privatização movida pelo mercado e pela moral, e são intensificados pelo paradoxo, identificado por Carl Schmitt, cujo processo de multiplicação do poder vai rebaixando o ser humano. Justamente, um poder criado pelos seres humanos contra eles próprios. Além disso, a “economicização” das esferas não mercantis transforma os valores em marcas, produtos: “Conforme nos tornamos capital humano de cima para baixo, e também em nosso íntimo, o neoliberalismo torna a venda da alma algo cotidiano, e não um escândalo. E reduz o que restou da virtude ao *branding*, para o capital grande e pequeno” (Brown, 2019, p.200). Também intensificam formas de estratificação que estimulam ressentimentos.

Esses sentimentos criam terrenos férteis para a violência. O niilismo teria efeitos sobre a formação das consciências, liberando formas de agressividade, impulsionadas pelos esquemas de liberdade e prazer, movidos no contexto das sociedades capitalistas mercadorizadas. Dentre as consequências desses processos, identificados por Wendy Brown nas ruínas do neoliberalismo, estão a legitimidade da indiferença, a tolerância sem precedentes a todo tipo de agressão veiculada nas mídias sociais, a valorização da “masculinidade branca ferida e raivosa”, os processos de negação diante da falta de controle e, portanto, a fatalidade dos poderes que organizam o mundo (Brown, 2019, 209).

6. Kehl, Maria Rita. O ressentimento chegou ao poder? *Revista Serrate*, n. 33, nov. 2019. Disponível em <https://www.revistaserrate.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>

7. Zamora, Daniel; Olsen, Niklas. "Nova" ultradireita, filha dos neoliberais. *Outras Palavras*, dez. 2019. Disponível <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-nova-ultradireita-filha-dos-neoliberais/>

PAPEL DAS ESQUERDAS SOCIALISTAS NO COMBATE AO NEOLIBERALISMO

Zamora e Olsen (2019)⁷, ainda que considerem o trabalho de Brown estimulante, reconhecem um espaço muito marginal em sua análise, para pensar “a contribuição da esquerda para a aceitação, desenvolvimento e disseminação do neoliberalismo”. Para os autores, as convergências entre esquerda e o programa neoliberal tiveram expressão em reposição da linguagem da soberania popular, com prevalência para o que denominam “soberania do consumidor”.

Essas convergências foram facilitadas por flertes, namoros e casamentos da centro-esquerda dos anos 1990 com o receituário neoliberal, por certa tradição acadêmica plural que valorizou positivamente os efeitos do mercado e do consumo de massa, pela reorganização do discurso de defesa da igualdade para um discurso de combate à pobreza e por uma certa tradição antiestatista da esquerda, que priorizou os olhares sobre a coerção produzida pelo Estado e não os modos como o mercado produz normatizações.

Nancy Fraser tem também enfatizado a existência de um “neoliberalismo progressista”, especialmente hegemônico, no contexto dos Estados Unidos por muitas décadas, mas recentemente enfraquecido. Para a autora, os progressistas foram funcionais para o projeto neoliberal, de modo a tornar palatável um projeto que é essencialmente ameaçador para a maioria da população. Por outro lado, certos “liberais-individualistas” progressistas não estariam assim tão focados nas questões econômicas e se aproveitaram do neoliberalismo para reverberar uma visão emancipatória da meritocracia (Fraser, 2019)⁸.

Tanto as reflexões de Wendy Brown quanto os debates sobre o “neoliberalismo progressista” são fundamentais para pensar os quadros de resistência. No caso do Brasil, os ataques à sociedade e à democracia devem levar em consideração o pa-

pel histórico das estruturas coloniais, patriarcais e patrimoniais, como também uma análise sobre os instrumentos do judiciário e do legislativo para cumprimento das agendas neoliberais. Também precisamos pensar o papel do militarismo para o *Frankenstein* nacional e como os ressentimentos mobilizados pelo bolsonarismo desbloqueiam violências e agressões, cujos respaldos atravessam classes sociais, ainda que tenham mais forte apelo aos setores moldados pela branquitude patriarcal.

As reflexões sobre o papel da moral tradicional e da cristianização da esfera pública também são bastante sensíveis ao nosso contexto. A reafirmação da família tradicional e o combate às políticas de autonomia das mulheres, organizado pelos conservadores, longe de expressarem meros fanatismos, são instrumentos muito importantes para deslegitimar a democracia brasileira e cruciais para que o Estado seja reformulado, de modo a garantir a prevalência do mercado e da moral tradicional na organização da vida social. Além disso, o neoliberalismo progressista não oferece respostas suficientes. Em alguns casos, acaba por recuperar os valores familiares (mesmo que a partir de conceitos mais ampliados de família) e o papel moral da maternidade.

Estamos diante da desvalorização e deslegitimação da sociedade e da democracia, da colonização da esfera pública pelas corporações cristãs e do desbloqueio cada vez menos inibido de violências, exclusões e agressões, organizadas em torno dos ressentimentos que ganham eco nas franjas da branquitude patriarcal. Nesse cenário, é importante refletir sobre modos de enfrentamento que mobilizem os “contrauniversos”, baseados em relações de igualdade e liberdade, reponham o papel da política, do Estado e das instituições democráticas e recuperem nossa capacidade crítica, a partir de debates e encontros baseados na deliberação pública, em que as ideias possam ser livremente professadas e coletivamente moduladas, no sentido de criarmos projetos comuns. A partir da resistência coletiva, criamos as sementes do mundo novo⁹.

8. Fraser, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

9. A resenha é fruto de um processo coletivo de estudo, organizado pela “Democracia Socialista”, corrente interna do Partido dos Trabalhadores. Ao longo de cinco encontros virtuais, durante o mês de maio, cerca de duzentos/as socialistas de todo o Brasil se reuniram para refletir sobre o livro e, a partir dele, pensar sobre o neoliberalismo no nosso país. Os debates foram ricos e traduziram uma capacidade importante de crítica situada e coletiva. Os erros e inconsistências são, todavia, de minha inteira responsabilidade¹.

MARX NO CENTRO

JUAREZ GUIMARÃES

Kevin B. Anderson, *Marx nas margens: nacionalismo, etnicidade e sociedades não-ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019

O livro de Kevin Anderson, *Marx nas margens: nacionalismo, etnicidade e sociedades não-ocidentais*, faz parte de um esforço internacional de estabelecer um novo paradigma clássico de leitura de Marx, ao mesmo tempo de raiz e contemporâneo dos grandes desafios do socialismo democrático no século XXI.

O modo como Marx foi lido no século XX foi inescapavelmente marcado pela cisão e por um dissenso interpretativo, que estava já na origem do marxismo da II Internacional, depois sob a fatal visão do marxismo da III Internacional estalinizada e, por fim, retido nas polarizações da chamada guerra fria, acompanhando o processo de lenta desagregação do paradigma estalinista. Após o fim da URSS, o que se viu não foi propriamente o que diziam os panfletários neoliberais – o fim do fim do marxismo –, mas mil marxismos, mil flores, em geral ilhados nas concentrações temáticas e nos desdobramentos das várias subculturas que haviam formado a grande galáxia do marxismo no século XX.

JUAREZ GUIMARÃES é professor da UFMG. Doutor em Ciências Sociais, pesquisa principalmente nas áreas de teoria política, com ênfase nas tradições republicanas; marxistas, feministas e antirracistas, na área de pensamento político e social brasileiro, além de políticas públicas relacionadas aos Estados do Bem-Estar Social.

KEVIN B. ANDERSON é professor de sociologia e ciência política na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Autor de "Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não-ocidentais" (Boitempo, 2019) e a "Revolução iraniana: as relações de gênero e as seduções do islamismo" (É Realizações, 2011), entre outros livros.

Mas sob a égide do projeto *Mega 2*, que retoma em um circuito internacional a edição original e completa dos escritos de Marx, em grande medida não publicados em vida, sob a forma de rascunhos e anotações, ou dispersos nos tempos de sua práxis militante, já é possível refundar um paradigma, ao mesmo tempo, clássico e atual, unitário e de totalidade, de sua práxis. Marx foi, junto com Engels, o fundador do socialismo democrático moderno, o grande humanista e atualizador do princípio da liberdade das revoluções republicanas democráticas que formaram a Modernidade, atualizadas para a crítica dos tempos do capitalismo e da visão de mundo liberal, hegemônicas pela Inglaterra no século XIX. Ao mesmo tempo, vários investimentos biográficos, e uma formidável recuperação contextual dos diálogos intelectuais e com os movimentos políticos e sociais da época, permitem uma inteligibilidade enriquecida sobre o texto e contexto de Marx.

A imensa e relevante contribuição de Kevin Anderson, ele próprio membro da coordenação do projeto *Mega 2* e herdeiro das tradições humanistas e socialistas democráticas do marxismo anglo-saxão, deve ser bem compreendida como parte da formação deste novo paradigma clássico e atualíssimo de leitura de Marx. Ele refuta, definitivamente, desleitura de Marx, muito frequentes ainda nas culturas de esquerda mas não marxistas como se encontram nas teorias contemporâneas decoloniais, antirracistas, nacionalistas e pós-estruturalistas, que apontam Marx como eurocêntrico, apegado até o final a um paradigma linear de evolução histórica, subestimador da função da escravidão e do racismo na formação da Modernidade, incapaz de compreender a relevância das lutas nacionais na emancipação, incapaz de pensar as formas do socialismo a partir de um diálogo com as culturas antropologicamente formadas e resistentes ao avanço da sociedade mercantil capitalista. Nesta visão, *O Capital* seria a expressão deste “socialismo científico”, eurocentrado e amarrado a um futuro determinista, assentado no progresso inelutável das forças produtivas.

O que se documenta no belo livro de Kevin Anderson, em diálogo com um conjunto de outras obras clássicas e contemporâneas, é um paradigma alternativo de leitura: um Marx com uma visão de totalidade mundial, no centro de sua obra, um sentimento anticolonial expresso em uma linguagem cada vez mais forte, uma apreciação das potencialidades revolucionárias do nacionalismo, a centralidade conferida à luta pelo fim da escravidão e pela superação do racismo e, enfim, uma visão aberta das possibilidades da história, em diálogo forte com as conquistas antropológicas da época.

SEIS CAPÍTULOS

A partir de um artigo de Marx no *New York Herald Tribune*, “The British rule in India” (“O domínio inglês na Índia”), construiu-se toda uma leitura de que Marx endossaria, mesmo com suas violências, a expansão do capitalismo inglês no Oriente por amadurecer as condições para revoluções socialistas proletárias nestas regiões do mundo. Kevin Anderson mostra esta nunca foi, de fato, a posição de Marx e ao longo dos anos cinquenta e sessenta do século XIX, com uma situação mais informada e mais erudita, ele supera toda ambiguidade textual em uma posição nitidamente antagonista à expansão imperialista inglesa, em seus escritos sobre a Índia, a Indochina e a China. Chega a afirmar, inclusive, que o verdadeiro princípio de civilização estava com os revoltosos chineses e não com a Inglaterra industrial.

O segundo capítulo trata das relações entre o nacionalismo polonês e a revolução na Europa do Leste, tendo como epicentro a luta contra o czarismo. Em torno à luta pelo direito à autoemancipação dos poloneses, o movimento operário europeu organizou jornadas de solidariedade, sob a liderança de Marx e Engels, as quais contribuiriam inclusive para o surgimento da I Internacional.

O terceiro capítulo cobre toda a práxis de Marx e Engels em apoio à luta pelo fim da escravidão nos EUA, aconte-

cimento que Marx já considera como um dos principais fatos históricos do século XIX. Organizando o apoio no movimento operário inglês e europeu contra o Sul escravocrata, ao contrário da maioria dos liberais ingleses da época, dialogando diretamente com Lincoln, pondo o acento no sentido emancipatório classista da luta contra a escravidão para o conjunto dos trabalhadores norte-americanos, reivindicando a continuidade da plena emancipação dos negros como cidadãos, Marx e Engels estão, de fato, muito longe de separar a luta antirracista da luta anticapitalista. Pelo contrário, concebem-nas na convergência de seu sentido anticapitalista.

O rico capítulo quarto trata dos escritos de Marx sobre a Irlanda, sobre a relação da luta pela independência da Irlanda do domínio inglês com as lutas da classe operária inglesa, em parte já formada por imigrantes irlandeses expulsos de sua terra. É muito interessante porque aposta no potencial de radicalização revolucionária dos trabalhadores irlandeses presentes na Inglaterra e a importância de se superarem divisões que ameaçavam a própria unidade dos trabalhadores, já que os capitalistas utilizavam da oferta de trabalho dos imigrantes irlandeses para obter maiores taxas de exploração.

O quinto capítulo revisita os *Grundrisse* e as edições revistas do primeiro volume de *O Capital*, em particular a edição francesa, mostrando o impacto desta visão de totalidade mundial do capitalismo em relação com as diferentes formações sociais e culturas pré-capitalistas, com o nítido abandono de qualquer projeção unilinear do desenvolvimento histórico, na qual cada país tivesse que repetir o movimento de sucessão de modos de produção que ele via como adequado para historiar certas regiões da Europa ocidental, mesmo assim, com suas diferenciações.

Por fim, o sexto capítulo estuda as anotações dos cadernos de estudos antropológicos de Marx, abarcando a América Latina, a Argélia, a civilização islâmica, bem como seus estudos sobre as propriedades comunais na Rússia. Um dos inte-

resses fundamentais de Marx aqui é explorar as possibilidades da construção do socialismo se valer destas formas comunitárias de propriedade, anteriores à generalização da propriedade mercantil capitalista, para a construção do socialismo em uma combinação com um novo desenvolvimento de forças produtivas, sempre em uma escala internacional.

É um limite do trabalho de Kevin Anderson não explorar como estes estudos antropológicos fornecem a Marx uma visão bem mais complexa e plurilinear das relações entre sociedades patriarcais e sociedades clânicas, bem diversa da narrativa oferecida por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Mais do que novas peças em um labirinto interpretativo, do que uma contestação com base em citações descontextualizadas, esta práxis de Marx que vai se constituindo neste novo paradigma de leitura impressiona por sua unidade de sentido e por sua atualidade. O conceito que unifica as lutas classistas contra o capitalismo, as lutas contra o racismo, contra as opressões das mulheres, contra as dimensões de domínio colonial é o conceito de autoemancipação das classes trabalhadoras, como bem formulou Michael Löwy em sua obra clássica *A teoria da revolução no jovem Marx*.

O BÊBADO E A EQUILIBRISTA

ALDIR BLANC E JOÃO BOSCO

Caía a tarde feito um viaduto
E um bêbado trajando luto
Me lembrou Carlitos
A lua tal qual a dona do bordel
Pedia a cada estrela fria
Um brilho de aluguel

E nuvens lá no mata-borrão do céu
Chupavam manchas torturadas
Que sufoco
Louco
O bêbado com chapéu-coco
Fazia irreverências mil
Pra noite do Brasil
Meu Brasil

Que sonha com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora
A nossa pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarices
No solo do Brasil

Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente

A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar

Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar.

Lalalá laiá laiá laiá laiá

Composta no início de 1978, tornou-se uma canção-símbolo da resistência militante à ditadura militar no Brasil, já na sua decadência no final da década de 1970, quando crescia a luta pela anistia política dos militantes de esquerda.

RÉQUIEM PARA ALDIR BLANC

BETO BASTOS

BETO BASTOS é dirigente da Democracia Socialista no Rio de Janeiro e membro da Coordenação Nacional.

Simplemente Aldir!

É perda total. Para a música, o Salgueiro, a torcida do Vasco, os amigos e principalmente a família. Não há como repor tamanho talento e personalidade. Um ser único, nada antes ou depois a ser comparado.

Médico psiquiatra, escritor e poeta, foi na música que revelou seu brutal talento. Um acervo de centenas de músicas cantadas pelas mais belas vozes brasileiras; Elis sua joia mais rara. Letrista incomparável, o que lhe rendeu o título dado por Dorival Caymmi de “O Ourives do Palavreado”, compôs música com muita gente, mas teve ao longo da vida três grandes parceiros: João Bosco, Guinga e Moacyr Luz.

Personagem direto e reto, Aldir não dourava a pílula. Se o substantivo é merda, é merda que vai dar. Vivia em quase isolamento em seu apartamento na Muda, na região da Tijuca, no Rio. Porém, era um cronista do cotidiano. Sem sair de casa! Uma vida intensa na adolescência e juventude no su-

búrbio carioca foi suficiente para entender a complexidade do mundo e as facetas de seus personagens.

Leitor contumaz. Devorador de livros e artigos. Literatura? Também! Mas o cardápio tinha ficção, guerra, política e medicina. Seu recanto era uma grande biblioteca. Livros espalhados em todos os lugares.

Mas Aldir também era um ser político. Essa faceta não pode desaparecer. Era de esquerda, um socialista! Sua obra revela uma constante indignação com os poderosos e sua coluna contundente no jornal *O Globo* não teve sobrevida com os Marinhos.

Como vizinho de prédio, parceiro de bloco, “O Nem Muda Nem Sai de Cima” e, principalmente, cachaceiro de boteco, pude presenciar histórias memoráveis. Lembranças ficarão para sempre. Em função da quarentena, sinto uma dor no peito em não poder me despedir pessoalmente desse que é uma de minhas referências como ser humano.

Agora, Aldir irá ao encontro de Seu Ceceu, o adorado pai.

Um abraço apertado na amiga Mary, esposa e companheira de longa jornada, suas filhas e netos, além do seu melhor amigo, Mello Menezes.

Aldir nos deixa, mas nós não o deixaremos.

Aldir Blanc eterno!

O artigo que abre essa matéria foi publicado no site da Democracia Socialista no dia do falecimento de Aldir Blanc. Traz um bom resumo desse gênio que marcará eternamente a cultura brasileira. Nossa ideia aqui é dar mais elementos de sua vida e trajetória como artista.

Personagem Suburbano

Nasceu no Estácio, mas iniciou a vida em Vila Isabel, dois dos mais importantes terreiros do Samba. De um lado a turma de Ismael Silva, do outro a de Noel. Ainda criança, vol-

ta para o Estácio junto com os avós, mas em pouco tempo, já adolescente, vai para a Tijuca morar na casa de um tio, um importante Geólogo. Ali se junta a um primo mais velho que o apresenta ao mundo da malandragem. Esse primo é o Placidino, figura adorável e conhecido pé de valsa, personagem de várias histórias impagáveis. Começa aí a moldagem do seu perfil. Das noitadas em rodas de samba até mergulhar no Salgueiro, sua escola querida.

A paixão pelo futebol é outro traço marcante da sua personalidade. Vascaíno fanático, as pendengas e rivalidades do esporte o tiravam do sério. Ao esbravejar de sua janela contra jovens vizinhos flamenguistas, chegou a perder um pivô: caiu da boca e foi parar no canteiro do prédio. Mas manteve seu orgulho; afinal, era *Espada, sarado e pagodeiro!*

O subúrbio se mantém vivo e presente na sua trajetória, agora em forma de ilha: Paquetá! A famosa ilha da “Moreninha” marca a sua juventude. Ali, entre namoricos e farras, aparece a veia poética e o encontro com aquele que viria a ser seu maior e eterno amigo, o hoje consagrado artista plástico Mello Menezes. Com este bebeu o subúrbio! Frequentou as biroskas, gafieiras e escolas de samba. Conheceu a nata do samba e passou a ser respeitado por esses bambas. Por décadas, no convívio cotidiano, percebe as mazelas do povo e seus heróis da periferia. Viveu nesse período em alta velocidade, como *um rolimã numa ladeira!* Sem remorsos de pecados, pois *pra que pedir perdão se eu não me perdoo!* Mello o acompanhou por toda a carreira e também fez sucesso na pintura, uma parte importante das capas dos antigos LP’s saiu de seus traços.

Seu Ceceu

Se havia um imortal em sua vida era o pai, Seu Ceceu. Não se conformava em Aldir ter largado a psiquiatria para se dedicar a música. Aliás, essa decisão marcou profundamente a personalidade do artista. Ainda como médico, presenciou a morte das filhas gêmeas do primeiro casamento. “Um pai que não consegue salvar a vida de suas filhas não merece

ser médico!” Foi a ruptura do compositor com a medicina. Seu Ceceu nunca perdoou, embora todos saibam que adorava a arte do filho. Aldir sempre falava sobre isso, é como se ouvisse a música “... ele então me aconselhou sambista não tem valor, nessa terra de doutor...”. Há duas boas histórias conhecidas dessa relação:

Aldir, quando ganhou uma bolada por ter emplacado uma música tema de novela, comprou uma mesa de sinuca oficial e montou na sala de seu apartamento para o pai, que adorava um bilhar. Quando Seu Ceceu foi convidado para estreitar, simplesmente passou o dedo na boca e depois arrastou pelo feltro da mesa. - Essa mesa não presta! - resmungou. Não deu uma só tacada. Parece que ninguém mais, mas a mesa continua lá... cheia livros.

Em outra feita, certa manhã saiu uma matéria jornalística onde alguns críticos elegeram Aldir Blanc como o maior letrista da MPB. Seu Ceceu ligou para dar os parabéns ao filho. Pouco depois ligou de novo – Mas olha que tem o Paulo César Pinheiro!

Foram grandes amigos e quando podiam se encontravam para beber no bar do Momo com os amigos.

A clausura e o boteco

No início da década de 90, Aldir sofreu um grave acidente de carro que limitou o movimento de uma de suas pernas. Ficou com uma “fobia de rua” cuja consequência foi a reclusão no seu apartamento na Rua Garibaldi, região da Muda, no bairro da Tijuca.

Era um bunker, só se entrava com convite prévio. Nesse isolamento devorou livros e estabeleceu uma relação muito forte com a família. A Mary, sua companheira, virou a principal agente de sua carreira. Nesse espaço foram criadas filhas, netos e depois, claro, um cachorro, o Batuque. Nesse ambiente de aconchego, continuou escrevendo e compondo. Mas o boteco não largou sua alma.

Ali na mesma rua, logo ao lado, estava o Bar da D. Maria. Reunia a turma da Muda e seu parceiro e morador de prédio, Moacyr Luz, o Moa. Esse grupo vira uma referência do samba suburbano e funda o bloco de carnaval Nem Muda Nem Sai de Cima. Vez ou outra pintavam ali os já falecidos Zé Ketí, João Nogueira, Luiz Carlos da Vila, Valter Alfaiate, Wilson Moreira, Décio Carvalho e vários sambistas e personagens como Lan e Jaguar. Eram memoráveis rodas de bambas. Beth Carvalho era figurinha carimbada. Mas naquele pedaço a referência era Aldir Blanc. Quando descia para prestigiar essa nata, a turma quase batia continência. Também ali na Garibaldi, a turma da Muda comprou uma ideia do Moacyr Luz. Inaugurou uma barraca na feira livre que acontecia todas as sextas. A única barraca que não vendia, só consumia. Embaixo um engradado de cerveja, ao lado uma churrasqueira e em volta a turma sentada jogando conversa fora. Aldir, vez ou outra, descia para alegria da galera.

Aos frequentadores e cachaceiros do bar cabia uma “dolorosa” tarefa. Quando batia em Aldir uma saudade da rua, a companheira Mary avisava a tropa. Era a senha para se comprar Engov e aguardar o mestre chegar. Só se tinha uma certeza, a bebedeira iria acabar no dia seguinte numa padaria em qualquer lugar da cidade.

Impressiona é que deste quase convívio à distância, o gênio se alimentava da atmosfera desses encontros no bar e na feira. Personagens, histórias e muita inspiração surgiram nesse convívio.

Carreira meteórica

Para muitos, o início da carreira de Aldir está associada à parceria com João Bosco. Baita engano! Ainda como psiquiatra, já era um compositor conhecido na roda de músicos. Ao final da década de 60 participa do MAU, Movimento Artístico Universitário, um grupo de resistência que se reunia na Tijuca. Participavam desse movimento artistas que fa-

riam grande sucesso como Taiguara, Ivan Lins, Gonzaguinha e Paulo Emílio, dentre outros.

Aldir, nesse período, emplacou várias músicas nos Festivais Universitários de MPB, na época transmitida pela TV Tupi. Aí tem seu primeiro sucesso com a música em parceria com Silvío da Silva Jr – *Amigo é para essas coisas*, cantada pelo MPB-4.

Compôs centenas de músicas em diversas parcerias e outras só. Mais de 50 anos seguidos compondo e criando. Cada vez mais agudo e aglutinando uma nata de talentos da MPB ao seu redor. Perdeu no caminho grandes amigos, dentre eles um de seus principais parceiros - Paulo Emílio, este pouco conhecido do público, além de Raphael Rabello, um craque do violão.

João Bosco

Sem dúvida, foi na parceria com João Bosco – às vezes com Paulo Emílio junto – que estourou como sucesso nacional. Foi quando a voz de Elis Regina deu o charme em obras cantadas até hoje. Aldir reconhece esse momento e sempre agradeceu a generosidade e carinho daquela que já era a mais bela voz do Brasil. Foram várias gravações que elevaram a estatura do compositor como um dos pilares da MPB. Alguns dos maiores sucessos “na voz da Pimentinha” foram *O Bêbado e a Equilibrista*, *O Rancho da Goiabada*, *Querelas do Brasil*, *Transversal do Tempo*, *Dois Pra Lá, Dois Pra Cá*, *Bala Com Bala*, *Um Por Todos*, *Jardins de Infância* e *o Mestre Sala dos Mares*. Parte destas músicas também teve sucesso na voz de João Bosco, um excelente intérprete. *Agnus Sei* é uma das que se immortalizaram em sua voz e marcaram um traço da dupla entre letra e o violão.

Estava lapidado o mágico, cuja cabeça fervilhava em ideias!

Guinga

Com a parceria desfeita com João Bosco, Aldir estabelece uma nova parceria de forma também constante com

o excelente músico Guinga. Dentista de profissão e exímio violonista, Guinga traz consigo uma estética e rigor melódico novos. Já compunha desde os anos 70, incluindo aí parcerias com Paulo César Pinheiro, mas ainda pouco conhecido nesse período. No início dos anos 90, a dupla lança o CD *Simples e Absurdo* com uma dezena de músicas consagrando a parceria. Não parariam por aí. Lançaram novos álbuns e compuseram uma centena de pérolas, algumas gravadas por Chico Buarque e Djavan, mas a maioria interpretada pelo próprio Guinga. Tal como na parceria com João Bosco, é na voz de uma mulher que a parceria ganha visibilidade. Leila Pinheiro faz sucesso com *Canibaile* e, posteriormente, *Catavento e Girassol*.

Moacyr Luz

Se misturando no tempo com Guinga, Aldir firma sua terceira parceria mais constante. Dessa vez com o então jovem Moacyr Luz. Este inicia a carreira de músico junto ao grande mestre das cordas Hélio Delmiro. Quando se muda para a Tijuca, vai morar no mesmo prédio de Aldir. Estabelecem aí uma longa parceria que sobreviveu pelo resto de suas vidas. Foram também mais uma centena de composições, desta vez sem uma voz feminina marcante. Foram vozes de mulheres! *O mar de maracanã* com Leila Pinheiro logo no início da dupla, e fizeram muito sucesso *Coração do Agreste* com Fafá de Belém, *Saudades da Guanabara* (com participação de Paulo César Pinheiro) na voz de Beth Carvalho e *Medalha de São Jorge* com Maria Bethânia. A dupla se notabilizou também com sambas antológicos em homenagens a *Nelson Sargento*, *Carlos Cachaca* e *Zeca Pagodinho*. Moa seguiu carreira num segundo momento variando suas parcerias, faz atualmente o Samba do Trabalhador, que se transformou numa roda de samba de referência na cidade, mas são os sambas com seu velho parceiro que fazem mais sucesso junto ao público, como *Cabô meu Pai* (Luiz Carlos da Vila na parceria) e *Pra que pedir perdão?*. A dupla continuou compondo, já de forma mais esporádica, até a

morte de Aldir, sendo uma de suas últimas canções *Palácio de Lágrimas*, ainda a ser gravada.

Um grande intérprete

Uma faceta pouco explorada na carreira, com certeza, foi a de cantor. Tinha uma bela voz que “carregava tensão”, mas praticamente não gravou. A vida na clausura do lar reprimiu esse talento, mas deixou dois memoráveis CD’s. O primeiro, com Maurício Tapajós, gravado em meados dos anos 90; e o segundo em 2005 – *Vida Noturna*, com vários parceiros. Nesse último, há uma marca profunda de sua personalidade, onde sua voz revela essa intimidade. A veia viva ainda de psiquiatra aparece em lindas e duras canções: *Vida Noturna* (retornando a parceria com João Bosco), *Lupicínica* (com Jayme Vignoli), *Me dá a penúltima e Resposta ao Tempo* (com Cristóvão Bastos), essa última um estrondoso sucesso na voz de Nana Caymmi. Também no CD de 50 anos (onde a música que dá o nome ao álbum é gravada por Paulinho da Viola), aparece a voz do artista em várias faixas e o velho psiquiatra ressurge com força em *Retrato Cantado*.

Vida dura de artista

É falsa a ideia que um grande artista, ao fazer sucesso, adquire tranquilidade material para viver. A vida mostra que não, em particular no Brasil. A indústria cultural voltada para o consumo imediato “fabrica talentos” nas diversas áreas. Na música, o estouro nas rádios e tevês é também condicionado por poderosos interesses econômicos. Inúmeros dos nossos verdadeiros talentos matam um leão por dia e envelhecem na dificuldade. Como herança, apenas o legado que não conseguem desfrutar. Mercado canalha! Com Aldir não foi diferente. O CD lançado com show no Canecão para consagrar seus 50 anos de carreira só foi possível graças ao financiamento de um grande amigo, o já falecido Marco Aurélio. Anos de carreira brilhante, mas precisando da ajuda de amigos. A lei Aldir Blanc da Cultura aprovada esse

ano pelo Congresso é uma justa homenagem a quem sempre pautou a luta dos artistas.

A esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar!

Um socialista radical

Não é possível falar de Aldir sem ressaltar o peso da política na sua vida. Iniciou a carreira em plena ditadura militar e se articulou em um círculo de músicos que se opunham ao regime, o MAU. Conheceu de perto a censura e descobre nela a força estrutural do racismo. A famosa música em parceria com João Bosco, *Mestre sala dos mares*, não era liberada em nenhuma hipótese. Por mais que tangenciassem o tema, não conseguiam sucesso, até que um funcionário deu a dica: o problema é o Almirante Negro! Dada a senha, mudaram o Almirante para Navegante... enfim, música liberada. Nesse período, Aldir vira um protagonista contra a ditadura em *O Bêbado e a Equilibrista*, que se consagra como hino da anistia por todo Brasil. Mantém sua militância política escrevendo no maior jornal alternativo da época, *O Pasquim*. Escreve também no jornal Hora da Verdade, ligado à organização política MR-8.

Seu pensamento crítico manteve-se reto ao longo da vida. Suas crônicas nos jornais *O Dia*, *JB* e *O Globo* confirmam um pensamento crítico e independente, que lhe custou contratos não renovados. Jamais se ausentou de polêmicas, mesmo não sendo filiado a partido político estava ali, atento aos acontecimentos da conjuntura, e tinha lado. Esteve com Lula no início do primeiro mandato presidencial na casa do Moacyr Luz para um papo com sambistas. Anos depois, quando Dilma e Serra disputaram a eleição presidencial, travou uma importante polêmica com o músico Guarabira por valores da esquerda em jogo. Nessas eleições, quando uma parte da esquerda e outros seguimentos vacilavam no posicionamento do segundo turno, lança uma carta decisiva para amplos setores apoiarem a candidatura Dilma:

“Carta de Aldir Blanc Mendes”:

Pilatos não pode mais lavar as mãos com sabonete verde. Lamentável que Marina e o PSOL estejam “pensando”. Os que morrem de fome, de pancada, os que foram torturados e mortos, esses não tiveram esse confortável tempo para optar. A reação, desde a Comuna de Paris, desde os Espartaquistas, sempre matou mais rápido, enquanto gente do “Bem” pensava...”

Um gênio nos deixa, mas sua obra será eterna e única.

P.S.: ainda existem aproximadamente 200 canções inéditas do artista que estão sendo catalogadas pela família.

SOPHIA
DE MELLO
BREYNER
ANDRESEN

POESIA
REVOLUÇÃO

Como casa limpa
Como chão varrido
Como porta aberta

Como puro início
Como tempo novo
Sem mancha nem vício

Como a voz do mar
Interior de um povo

Como página em branco
Onde o poema emerge

Como arquitectura
Do homem que ergue
Sua habitação

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN (1919-2004) foi uma das mais importantes poetas portuguesas do século XX. Foi a primeira mulher portuguesa a receber o principal prêmio literário da língua portuguesa, o Prêmio Camões, em 1999. Atuou na resistência contra a longa ditadura de Salazar e, após a Revolução dos Cravos em 1974, foi deputada constituinte pelo Partido Socialista.

Poema do livro *O nome das coisas*, foi publicado no Brasil pela Companhia das Letras, na antologia *Coral e outros poemas* (2018).

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br